

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

THAIS PALMEIRA MORAES

**O ATENDIMENTO À CRIANÇA POBRE,
ABANDONADA E SEM-FAMÍLIA
EM CORUMBÁ (MT): 1904-1927**

**CAMPO GRANDE - MS
2011**

Ficha Catalográfica

Moraes, Thaís Palmeira.

O atendimento à criança pobre, abandonada e sem-família em Corumbá (MT): 1904-1927 / Thaís Palmeira Moraes– Campo Grande, MS: UFMS, 132f. 2011.

Orientador: Monica de Carvalho Magalhães Kassar.
Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

1. Crianças Pobres. 2. Abandonadas e sem-Família. I. Kassar, Monica de Carvalho Magalhães. II Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Mestrado em Educação. III. Título

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

THAIS PALMEIRA MORAES

**O ATENDIMENTO À CRIANÇA POBRE, ABANDONADA
E SEM-FAMÍLIA EM CORUMBÁ (MT): 1904-1927**

Dissertação apresentada à Comissão Julgadora do Curso de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito final à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Professora Doutora Mônica de Carvalho Magalhães Kassar.

**CAMPO GRANDE - MS
2011**

THAIS PALMEIRA MORAES

Dissertação apresentada à Comissão Julgadora do Curso de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito final à obtenção do título de Mestre, sob a orientação da Professora Doutora Mônica de Carvalho Magalhães Kassar.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Mônica de Carvalho Magalhães Kassar
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof.^a Dr.^a Silvia Helena Andrade de Brito
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof.^a Dr.^a Maria de Lourdes Jeffery Contini
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Campo Grande, 17 de julho de 2011.

DEDICATÓRIA

*A Dona Antônia, a “Bolinha”,
criança pobre e órfã, que pelos corredores do colégio
Salesiano se criou e que ao com partilhar sua história de vida
me motivou a seguir estudando.*

AGRADECIMENTOS

Do meu ingresso no programa de pós-graduação em Educação da UFMS até a defesa da dissertação se passaram três anos. Neste período, muitas coisas aconteceram em minha vida, e em meio a estes anos um tanto quanto incomuns pude constatar três coisas: que nem sempre o planejado acontece da forma como tentamos prever, que nem sempre é possível separar os compromissos que assumimos das questões que vão se colocando em nossa vida pessoal, e que sempre é possível se surpreender de uma forma positiva.

Primeiramente gostaria de agradecer à professora Mônica Kassar, a minha orientadora, porque tenho a certeza de que sem o seu apoio a conclusão do mestrado não teria sido possível, assim como todo este percurso possivelmente não teria valido a pena. Professora, muito obrigada por toda compreensão e pela paciência, obrigada por me ajudar a continuar seguindo apesar de todas as minhas dúvidas e incertezas (que a senhora bem sabe que são muitas), obrigada pelas orientações e por todos os retornos. A senhora é um exemplo de educadora, e, acima de tudo, de pessoa.

Em segundo lugar, e não menos importante, gostaria de agradecer aos meus pais, Luciene e Joca, aos meus avós, tios e primos, e aos meus bons amigos: obrigada por confiarem em mim até quando nem eu mesma consegui confiar.

Gostaria também de registrar a minha imensa gratidão aos professores que compuseram a banca examinadora. Muito obrigada por aceitarem fazer parte deste caminho que está sendo a elaboração da dissertação. Não há dúvidas de que seus olhares sobre o meu exercício são fundamentais.

Meu carinhoso agradecimento à professora Biluca: obrigada por me acompanhar desde a graduação!

Em 2010 tive o prazer de cursar algumas disciplinas em outros programas de pós-graduação, e, dessa forma, aqui fica o meu grande agradecimento à professora Marisa Bittar e à professora Mara Regina Martins Jacomeli, por terem me permitido participar de suas aulas.

Agradeço aos professores que ministraram as disciplinas cursadas em 2008, e aqui fica um especial agradecimento à querida professora Silvia Helena: professora, obrigada pelas suas aulas, porque são excelentes, e pelo seu olhar atento e comprometido com a formação de seus alunos.

Um agradecimento muito especial à Jacqueline, secretária do nosso programa: Jacq, muito obrigada por tudo! Pela paciência, por todas as informações que me deu ao longo destes três anos, obrigada por ter dividido comigo as incertezas, as angústias e as alegrias que fizeram parte desse percurso!

Meu agradecimento a todos os Salesianos que me abriram suas portas e possibilitaram, dessa forma, que essa pesquisa fosse realizada. Um agradecimento muito especial à Irmã Mirian e a todas as demais pessoas queridas do colégio Imaculada Conceição, à Irmã Terezinha da Inspetoria Salesiana de Campo Grande, ao Mestre Altair e ao Padre Afonso do colégio Santa Teresa, e ao Padre Gilberto da casa Salesiana de São Carlos. Agradeço também a Lilete, tesoureira do Imaculada Conceição, por ter me ajudado pacientemente a localizar os documentos nos arquivos do colégio.

Um especial agradecimento também às senhorinhas e ao senhor de Corumbá que gentilmente reservaram um tempo para me encontrarem e compartilhar uma época de suas vidas.

Agradeço ao Augusto por ter me ajudado a elaborar o *abstract*.

Agradeço a todos os meus queridos colegas de turma, especialmente a Maria Lucia, que carinhosamente me acolheu em sua casa no período em que realizei a pesquisa documental em Corumbá, e ao André, sempre disposto a esclarecer minhas dúvidas. Ombros amigos que tive a sorte de encontrar em 2008.

Agradeço a minha querida amiga Vanessa, por me receber em sua casa durante todas as idas a Campo Grande.

Agradeço a minha prima Andiará, por ter me acolhido em São Carlos, lugar de onde recomecei, e ao Murilo, por todas as madrugadas que me levou à rodoviária para que eu pudesse viajar até Campinas e assistir as aulas na UNICAMP.

RESUMO

O objetivo da presente pesquisa foi dar início, uma vez que não existem estudos sobre o tema, à recuperação histórica das formas de acolhimento e de atendimento que as crianças pobres, abandonadas e sem-família receberam na região sul de Mato Grosso durante a Primeira República, mais especificamente no período de 1904 a 1927. Como não seria possível realizar uma pesquisa que abarcasse toda região sul de Mato Grosso, tornou-se necessária a escolha de um município para a investigação das fontes primárias. Para tanto, Corumbá foi o município eleito. A pesquisa foi norteadada por quatro questões: 1) Existiram crianças pobres, abandonadas e/ou sem-família em Corumbá? 2) As autoridades locais e/ou as iniciativas particulares ofereceram a estas crianças algum tipo de atendimento? 3) Caso estas crianças tenham existido e recebido algum tipo de atendimento do poder público e de particulares, de que segmento social eram elas? 4) A existência de tais crianças representou um problema social para Corumbá, ou se resumiu a alguns casos isolados, em pequeno número? Ainda que não tenha sido possível responder de forma integral tais questões, a investigação realizada foi capaz de clareá-las. Dessa forma, os dados reunidos apontaram que: existiram em Corumbá crianças pobres, filhas dos trabalhadores braçais, habitantes dos bairros populares do centro urbano, e também filhas dos trabalhadores rurais das fazendas de gado da região; no colégio Salesiano Imaculada Conceição e na Santa Casa da Associação Beneficente de Corumbá crianças pobres, sem-família e indígenas foram acolhidas e criadas pelas Irmãs Salesianas; foi prática difundida e aceita em Corumbá famílias residentes no centro urbano trazerem de suas fazendas crianças, filhas de seus trabalhadores braçais, os *peões*, para com elas residirem; tanto no interior do colégio, quanto no hospital e nas casas das famílias tais crianças acolhidas receberam moradia, alimentação, vestuário e, em alguns casos, educação formal, e trabalharam para aqueles que as acolheram, executando, por exemplo, atividades vinculadas à esfera dos serviços domésticos. Em linhas gerais, os dados empíricos mostraram que em Corumbá crianças foram criadas por outros que não suas próprias famílias, contudo, acolhidas no hospital, no colégio e nas casas de famílias, tais crianças assim o foram não por terem sido encontradas abandonadas pelas ruas ou nas portas das residências de particulares, a exemplo do que acontecia a várias décadas em outras localidades do país; as crianças acolhidas não raro tinham família, conheciam-na e mantinham contato com seus familiares. Possivelmente tais famílias, em sua maioria das camadas pobres da população, entregavam, ainda que de forma temporária, suas crianças a outras famílias e aos Salesianos por considerarem que junto a eles seus filhos poderiam ter melhores condições de viver. Os procedimentos metodológicos empregados na pesquisa foram: a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a realização de entrevistas.

Palavras-chaves: crianças pobres, abandonadas e sem-família; atendimento; Corumbá (1904-1927).

ABSTRACT

The main goal of this research was to start, since there were no previous studies on the subject, the historical recovering of means caring and attending that poor, abandoned and orphan children had received in the southern region of Mato Grosso, during the First Republic, from 1904 to 1927. As we could not conduct a research that includes the entire southern region of Mato Grosso, it became necessary to choose a city to investigate the primary sources. For this matter, Corumbá was the chosen city. The research was guided by four questions: 1) Did poor, abandoned and/or orphan children exist in Corumbá? 2) Did local authorities and/or private initiatives had offered to these children some kind of attention? 3) If these children had existed and had received some assistance from the government and residents of Corumbá, from which social segment were these children? 4) Was the existence of these children a social problem for Corumbá, or they were a few isolated cases? Although it had not been possible to fully answer these questions, the investigation was able to shed a light on them. Therefore, the gathered data had indicated that: there were, in Corumbá, poor children, manual workers offsprings, and residents of poor neighborhoods in the urban centers, and also rural workers offsprings of cattle ranches in the region; poor, orphan and indigenous children were accepted and raised by the Salesian's Sisters at the Colégio Salesiano Imaculada Conceição and at the Santa Casa Hospital; it was a disseminated and accepted custom that families living in urban center of Corumbá bring the children of their farms employers, the *peões*, to live with them; at the Colégio Salesiano, the hospital and at the family's home these children had received housing, food, clothing and, in some cases, formal education, and worked for those who had been caring about them, doing, for example, activities related to the sphere of domestic services. In general, the empirical data showed that children were raised in Corumbá by other than their own families. However, received at the hospital, at school and at family's home those children had not been found abandoned in the streets or at the doors of private residences, as it had happened for decades in other parts of the country; these children often had family, knew them and kept in touch with them. Possibly such families, mostly from poor population, handed over their children, even if temporarily, because they believed that with other families and the Salesians their children could have better living conditions. The methodological procedures employed in this research were: bibliographical research, documental research and interviews.

Keywords: poor, abandoned and orphan children; caring and attending; Corumbá (1904-1927).

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de meninas acolhidas e atividades domésticas por elas executadas – Colégio Imaculada Conceição (1904-1927)	125
--	-----

SUMÁRIO

CAPÍTULO I.....	24
A HISTÓRIA DO ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS POBRES, ABANDONADAS E SEM-FAMÍLIA NO BRASIL: DA COLÔNIA À PRIMEIRA REPÚBLICA	24
1.1 O Brasil dos primeiros tempos: as obras de caridade e as crianças expostas	Erro! Indicador não def
1.1.1 Crianças pobres e órfãs portuguesas aportam na colônia	27
1.1.2 As crianças indígenas e mamelucas.....	29
1.1.3 O nascimento da prática de abandonar crianças no Brasil colonial	33
1.2 A transformação das crianças pobres, abandonadas e sem-família em ameaça social: a filantropia para os menores.....	44
1.2.1 O fim do regime de trabalho escravo e a demanda por novos trabalhadores: o uso da força de trabalho infantil no campo e na indústria.....	46
1.2.2 A intervenção sobre a criança como condição <i>sine qua non</i> para construção de uma nação civilizada.....	50
1.2.3 Médicos e juristas	55
CAPÍTULO II.....	62
MATO GROSSO E CORUMBÁ: DOS PRIMEIROS TEMPOS À REPÚBLICA.....	62
CAPÍTULO III.....	86
O ACOLHIMENTO E O ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS POBRES, ABANDONADAS E SEM-FAMÍLIA EM CORUMBÁ.....	86
3.1 Crianças pobres, abandonadas e sem-família nas vilas de Mato Grosso: algumas considerações	87
3.2 Corumbá: uma cidade de contrastes	90
3.3 O acolhimento de crianças pobres, abandonadas e sem-família em Corumbá: primeiras aproximações	101
3.3.1 A congregação Salesiana no Brasil: sua chegada ao território brasileiro, a penetração em território mato-grossense e sua instalação em Corumbá.....	105
3.3.2 O acolhimento de crianças pobres, abandonadas e sem-família no colégio Salesiano Imaculada Conceição.....	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
REFERÊNCIAS.....	140

INTRODUÇÃO

O levantamento bibliográfico sobre a história do atendimento às crianças pobres, abandonadas e sem-família no Brasil mostrou que raramente o estado de Mato Grosso é abordado nas pesquisas e, quando acontece, à história dessas suas crianças é reservado um pequeno parágrafo que, geralmente, resume-se à informação de que existiu na Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá uma Roda de Expostos no século XIX. As pesquisas sobre o tema retratam predominantemente algumas cidades de Minas Gerais, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, regiões estas que tiveram importância econômica nos séculos anteriores. Nestes núcleos urbanos as crianças em situação de pobreza e abandono, e as crianças sem-família ganharam visibilidade e os primeiros espaços para atendê-las foram fundados logo no século XVIII.

Pelo levantamento de dissertações e teses dos programas de pós-graduação em história e educação das universidades públicas e privadas do estado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, também foi possível notar que são poucos os estudos sobre a história dos dois estados que abordam ou ao menos mencionam o tema *crianças pobres, abandonadas e sem-família*.

Do conhecimento de que existem poucos estudos sobre a referida temática e de que existem poucas informações sistematizadas sobre o acolhimento e o atendimento destas crianças em Mato Grosso, especificamente na região sul¹, nasceu o interesse em pesquisar a trajetória histórica das crianças² em situação de pobreza e abandono, e das crianças sem-família, filhas da população mato-grossense, notadamente, a população da região sul do estado.

Fala-se em pobreza, abandono e orfandade, esta última não restrita à ausência de pai e de mãe, mas de uma família provedora de amparo, porque a história do atendimento à criança no Brasil mostra que os três fatores sempre mantiveram uma íntima ligação entre si e estiveram diretamente vinculados às histórias de vida das crianças que foram institucionalizadas no país. Por exemplo, a fundação do primeiro espaço para receber crianças

¹ Será mencionada região sul do estado de Mato Grosso ao invés de estado de Mato Grosso do Sul porque o recorte temporal da pesquisa corresponde a um período da história em que Mato Grosso ainda era um estado uno. Anterior à proclamação da República, o estado foi capitania e depois província. No ano de 1977, por lei federal, ocorreu a divisão do estado em duas unidades federativas distintas, a saber: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (SENA, 2010).

² No presente trabalho empregamos o termo *criança* e não o termo *infância*, pois se pode indagar se crianças pobres, abandonadas e sem-família tiveram ou não infância naquele período. Por não ser intenção entrar no referido debate neste trabalho decidimos utilizar o termo *criança* associado à idade civil. Assim, segundo a legislação que vigorou ao longo da Primeira República, que corresponde ao recorte temporal da pesquisa, 21 anos foi a idade estabelecida para separar a entrada na vida adulta da menoridade, ou seja, do período em que a pessoa permanecia submetida ao pátrio poder, ou à tutela do Estado, por meio do juiz de órfãos, impedida de assumir responsabilidades civis ou canônicas e sem direito à emancipação (LONDOÑO, 1991).

no Brasil, a Roda de Expostos, como será visto adiante, tornou-se necessária porque bebês começaram a ser abandonados nas ruas e nas portas de residências de particulares; ou seja, a ação de abandonar crianças demandou, ainda no período colonial, a fundação de uma instituição específica para recebê-las e acolhê-las. Por sua vez, a prática de abandonar crianças decorreu, na maioria dos casos, da pobreza dos genitores da criança, que sem recursos financeiros para criá-la, optavam por abandoná-la. A história também mostra que crianças sem-família, por não terem um lar e uma família para ampará-las, também foram atendidas pelas instituições que ao longo dos séculos foram fundadas. Dessa forma, nota-se que na história das crianças institucionalizadas no Brasil existiu uma íntima relação entre a pobreza, o abandono e a orfandade, seja porque de fato houve casos em que a história de vida da criança institucionalizada trouxe os três fatores interligados, seja porque pobre, abandonada ou sem-família, o grupo das crianças marcadas por estas situações de vida recebeu, ao longo da história, um olhar muito semelhante da sociedade brasileira, que ignorando a história de vida por trás de cada criança, simplesmente a conheceu por exposta, enjeitada, desvalida, desgraçada, infeliz, criminosa, viciosa, pervertida, menor.

Como também as terminologias para designar as crianças atendidas pelas obras caritativas e filantrópicas variaram ao longo da história, optou-se por falar em pobreza, abandono e orfandade como forma de se ater às três principais causas que demandaram a institucionalização de crianças no país.

A proposta inicial da pesquisa foi dar início à recuperação da história das crianças pobres, abandonadas e sem-família da região sul de Mato Grosso. Contudo, ao longo do trabalho, os dados documentais e bibliográficos que foram possíveis de ser localizados e utilizados reajustaram o objetivo da pesquisa, que passou a ser:

- Investigar de que forma, ou se de alguma forma, as crianças pobres, abandonadas e sem-família da região sul de Mato Grosso foram acolhidas e atendidas.

Dessa forma, o segmento da população analisado foi o das crianças, e, no interior deste grupo, as crianças pobres, abandonadas e sem-família. Não foi possível eleger apenas uma destas situações para análise, porque os dados documentais e bibliográficos encontrados não permitiram afirmar ao certo por qual destes motivos - pobreza, abandono ou orfandade - crianças foram criadas por outras pessoas que não suas famílias.

Diante da impossibilidade de desenvolver uma pesquisa que abrangesse toda região sul de Mato Grosso, tornou-se necessário delimitar uma localidade para a realização da

investigação documental e bibliográfica. Considerando que as crianças pobres, abandonadas e sem-família despontaram na história do Brasil como um problema social dos núcleos urbanos e não da zona rural, Corumbá foi o município escolhido na região para a realização da pesquisa, por ter se estabelecido desde o século XIX como o núcleo urbano mais importante não apenas da porção sul de Mato Grosso, mas de toda a província/estado, conforme será abordado no segundo capítulo.

Considerando que no período da Primeira República a questão da criança pobre, abandonada e sem-família foi um problema social nos principais centros urbanos do país, que na tentativa de solucioná-lo já elaboravam e implantavam estratégias de controle da população infantil, o recorte temporal da pesquisa correspondeu a esse período da história do Brasil, e foi definido tendo como base os documentos do arquivo do colégio Salesiano Imaculada Conceição, fonte documental que trouxe registros sobre o acolhimento de crianças pobres, abandonadas e sem-família em Corumbá. Mais especificamente, para o recorte temporal foi definido o período de 1904, ano da chegada das Irmãs Salesianas em Corumbá e ano em que o referido estabelecimento de ensino começou a funcionar, a 1927, ano em que se encerrou a segunda direção do colégio Salesiano Imaculada Conceição³.

Algumas questões nortearam a pesquisa, que se não foi capaz de respondê-las todas na íntegra, por elas se orientou e conseguiu clareá-las: 1) Existiram crianças pobres, abandonadas e/ou sem-família na região sul de Mato Grosso, mais especificamente em Corumbá? 2) As autoridades locais e/ou as iniciativas particulares ofereceram a estas crianças algum tipo de atendimento? 3) Caso estas crianças tenham existido e recebido algum tipo de atendimento do poder público e de particulares, qual era a origem social delas, ou seja, eram filhas das camadas pobres da população, eram indígenas provenientes dos aldeamentos que existiam em Mato Grosso, eram nascidas de famílias com recursos financeiros, porém, encontravam-se abandonadas ou órfãs devido a algum motivo específico? 4) A existência dessas crianças foi um problema social para Corumbá, ou se resumiu a alguns casos isolados, em pequeno número?

Os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa foram: a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a realização de entrevistas.

A pesquisa bibliográfica de estudos sobre a historiografia regional apontou que, nas últimas décadas do Império e nos primeiros anos da República, funcionaram em Corumbá três estabelecimentos, que merecem ser mencionados por se aproximarem do objeto de estudo da

³ Do ano da fundação (1904) ao ano de 1922 a diretora do colégio Imaculada Conceição foi a Irmã Natividade Rodrigues; em 1923 a direção foi assumida pela Irmã Maria de Abreu, que permaneceu no cargo até o ano de 1927.

pesquisa e por fazerem parte da trajetória de busca pelos dados empíricos sobre o acolhimento e atendimento de crianças pobres, abandonadas e sem-família no município. Embora não tenham sido localizados registros documentais e bibliográficos específicos dos referidos estabelecimentos, que possibilitariam conhecer a proposta de cada instituição, seu público-alvo e a dinâmica de seu funcionamento, a história do Brasil permite considerar que existe a possibilidade de tais estabelecimentos terem acolhido crianças pobres, abandonadas e sem-família. Ainda que eles não tenham sido o objeto de investigação da pesquisa, outro ponto que justifica a importância de serem mencionados é a possibilidade de poderem vir a ser tema de futuras pesquisas. Dessa forma, os estabelecimentos fundados em Corumbá no final do século XIX e nas primeiras décadas da República, que, possivelmente, acolheram crianças pobres, abandonadas e sem-família foram:

- A Escola de Aprendizes Marinheiros: segundo o livro *Album graphico do estado de Matto-Grosso*, em 1872 foi construída na unidade da Marinha de Ladário, que na época pertencia a Corumbá, a Escola de Aprendizes Marinheiros. O livro traz a seguinte informação: “... A Escola de Aprendizes Marinheiros que, quando aqui funcionava, sempre teve muito maior número de alumnos e prestava ao Estado proveitoso auxilio no **amparo e educação da infância desvalida**” (AYALA, SIMON, 1914, p. 401- grifo nosso). O termo *desvalida* foi bastante utilizado, sobretudo nos anos coloniais e imperiais, para designar as crianças pobres, sem-família e abandonadas, e a literatura sobre o tema explica que as Escolas de Aprendizes Marinheiros criadas em várias unidades da Marinha, localizadas em diversas regiões do país, foram uma instituição completamente pública, destinada acolher e a dar formação de marinheiro às crianças pobres, sem-família e abandonadas do sexo masculino. Pelo trecho do *Album graphico* transcrito é possível afirmar que no ano em que o livro foi publicado, 1914, a escola já não funcionava mais. Ao ser contatada, a unidade da Marinha de Ladário informou que atualmente todo seu arquivo está na sede da Marinha, que se localiza na cidade do Rio de Janeiro. Segundo o comandante responsável pelos arquivos históricos, a Marinha de Ladário não dispõe de nenhum registro sobre a história da Escola de Aprendizes Marinheiros.
- A sociedade Secreta Sinhedrim Secreto do Clube Hebreu, fundada em 1912: mencionada por Corrêa (2006), a sociedade foi uma instituição de caráter social e filantrópico que teve por finalidade oferecer instrução primária e propagar valores morais; no ano de 1925 passou a receber o nome de Seleta Sociedade Caritativa e

Humanitária, e não foi possível, neste momento, investigar se tal entidade desenvolveu ações junto às crianças.

- A Santa Casa da Associação Beneficente de Corumbá, fundada em 1904 e inaugurada no ano de 1913: apesar de o hospital atualmente dispor somente de arquivos referentes ao período 1980-2010, porque alega não dispor de espaço físico o suficiente para abrigar todos os documentos (que por isso são incinerados a cada vinte anos), a história do Brasil mostra que as Santas Casas acolheram crianças pobres, abandonadas e sem-família ao longo do período colonial, imperial e durante a Primeira República. O depoimento de um antigo morador de Corumbá apontou que o hospital de Corumbá dirigiu ação semelhante às demais Santas Casas. Tal informação será retomada e detalhada no terceiro capítulo do presente trabalho.

Na busca por pistas, indícios e informações sobre o atendimento às crianças pobres, abandonadas e sem-família em Mato Grosso e em Corumbá, duas fontes documentais foram utilizadas. A primeira trata-se dos relatórios (provinciais e estaduais) presidenciais de Mato Grosso, documentos que foram escritos pelos presidentes e vice-presidentes de Mato Grosso na capital Cuiabá. Foram lidos os relatórios referentes ao período de 1835 a 1930, com a finalidade de verificar se a questão das crianças pobres, abandonadas e sem-família teve, na Primeira República, alguma visibilidade nas vilas de Mato Grosso, a ponto de ser, de alguma forma, retratada pelas suas autoridades civis. Os relatórios foram organizados e digitalizados pelo *Center of Research Libraries*, e encontram-se disponíveis no endereço eletrônico <http://www.crl.edu/brazil>. A segunda fonte documental utilizada refere-se ao conjunto de cadernos de crônicas do colégio Salesiano Imaculada Conceição, localizado em Corumbá. O colégio mantém nos fundos do prédio um pequeno cômodo onde está guardada parte dos documentos mais antigos da instituição; a outra parte, segundo informações da atual diretora, foi incinerada por não dispor o colégio de espaço físico suficiente para guardar todo seu arquivo histórico.

É importante registrar que a pesquisa de documentos escritos encontrou no prazo temporal para sua execução uma restrição. Dessa forma, não é possível afirmar que as fontes primárias que existem sobre o acolhimento e o atendimento de crianças pobres, abandonadas e sem-família em Corumbá são escassas porque, nesta pesquisa, a questão do tempo esteve em primeiro plano, ou seja, caso dispuséssemos de mais tempo, outras fontes documentais⁴

⁴ Considerando-se que as fontes primárias encontram-se dispersas em vários locais de Corumbá, de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, existem arquivos que mereceriam ser acessados, caso o prazo temporal para realização da pesquisa fosse maior; entre eles: os arquivos da Câmara Municipal de Corumbá, os arquivos dos estados de

que se revelaram importantes no decorrer da investigação poderiam ter sido procuradas e, caso encontradas, utilizadas na pesquisa. Esclarece-se, portanto, que o apresentado no presente trabalho foi a reconstituição possível, dada as condições de realização da pesquisa.

Em Corumbá, a documentação encontrada que trouxe registros sobre o acolhimento de crianças pobres, abandonadas e sem-família, em uma época em que, ao que tudo indica, não existiam instituições específicas para este tipo de atendimento, foram os cadernos de crônicas escritos pelas Irmãs Salesianas do colégio Imaculada Conceição.

As informações contidas nos cadernos de crônicas serão apresentadas no terceiro capítulo, contudo, pensando na utilidade que este trabalho poderá ter para futuros pesquisadores interessados em investigar a temática, vale apresentar o caminho percorrido para se chegar aos dados empíricos utilizados na pesquisa.

Ao ler o livro *Missões Salesianas Em Mato Grosso 1894 – 1908*, escrito por Helvecio de Oliveira (1908), os colégios Salesianos de Corumbá pareceram ser o local onde as informações sobre as crianças pobres, abandonadas e sem-família deveriam ser procuradas. Dois trechos do referido livro apontaram a ligação entre ações Salesianas e as crianças e jovens desamparados. Os trechos do livro são os seguintes: “Em Matto Grosso as necessidades não erão inferiores às dos outros Estados; era notória a deficiência de ministros de Christo e a juventude **desvalida** reclamava a educação e a luz da sciencia” (OLIVEIRA, 1908, p. 12 - grifo nosso).

E ainda:

Este é o quadro actual das Obras salesianas em Matto Grosso: [...] – 1) Collegio Santa Thereza, internato e externato, curso elementar (do Estado) e commercial. Tem uma freqüência média de 150 alumnos, numero que de muito acrece aos domingos e dias feriados, com as aulas catecheticas, de character eminentemente popular. 2) Incipientes **Escolas profissionais e aulas nocturnas**. 3) Missões, Capellarias e auxilios parochiaes às obras diocesanas (OLIVEIRA, 1908, p.15-16 - grifo nosso).

Nestes trechos, duas informações chamaram a atenção: a afirmação de que em Mato Grosso havia, assim como nas demais regiões do Brasil, uma população jovem desvalida, não desconsiderando, contudo, que o termo *desvalida* pode ter sido utilizado pelo autor para designar os jovens desvalidos dos ensinamentos religiosos ou mesmo de escolaridade, e a menção de que o grupo Salesiano dirigia, no Estado, escolas profissionais e aulas noturnas,

Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e o próprio Arquivo Nacional. Os documentos que ao longo da investigação se revelaram importantes foram: os jornais que circularam por Corumbá na época investigada, os relatos de cronistas, viajantes, comerciantes e pecuaristas, as estatísticas criminais de Corumbá e os relatórios do poder público local.

estas certamente destinadas às camadas pobres da população, conforme a história da educação brasileira explica.

O colégio Salesiano Santa Teresa, por ser o colégio particular Salesiano mais antigo da cidade⁵, foi o primeiro estabelecimento a ser contatado.

Em conversa com o atual diretor⁶ do Santa Teresa, ao explicar que a pesquisa tinha por proposta investigar o atendimento à criança pobre, abandonada e sem-família em Corumbá, o Salesiano relatou que nos primeiros anos em que o colégio funcionou, muitas crianças filhas dos fazendeiros da região foram matriculadas, e que estas crianças não raro vinham acompanhadas das crianças filhas dos peões de suas fazendas, que acabavam estudando também no colégio, provavelmente matriculadas e “financiadas” pelos patrões de seus pais. A fim de encontrar registros que comprovassem que tais crianças haviam passado pelo Santa Teresa, os arquivos do colégio me foram abertos. O diretor ainda informou que as oficinas profissionais para a formação profissional dos alunos não existiram na época da fundação e nos primeiros decênios de funcionamento do colégio, tendo sido construídas décadas mais tarde, nos anos de 1970⁷. Tal informação permitiu concluir que as escolas profissionais e as aulas noturnas mencionadas por Helvecio Oliveira (1908) deviam funcionar na capital de Mato Grosso, Cuiabá, que na época contava com alguns colégios Salesianos.

No colégio Santa Teresa, os documentos mais antigos de seus arquivos que puderam ser localizados foram: as plantas do prédio, os prontuários dos alunos, espécie de histórico escolar, e um livro de resultados finais dos exames realizados pelos alunos entre os anos de 1949 e 1962. Nada foi encontrado sobre a época de fundação e sobre os primeiros decênios de funcionamento. Os prontuários mais antigos localizados datam dos anos de 1930 e 1940, e trazem o registro do nome dos alunos matriculados, a filiação, a data de ingresso no colégio, as séries cursadas e os conceitos obtidos nos exames. Apesar de nestes documentos constarem o nome dos progenitores dos alunos, não foram encontrados meios para se chegar à informação sobre a condição financeira das famílias de cada criança, dado este que poderia

⁵ O Santa Teresa foi fundado no ano de 1899 para atender as crianças do sexo masculino, filhas das famílias que tinham renda suficiente para pagar as mensalidades. Sobre o colégio existe a pesquisa realizada por José Manfroí (1997), que foi apresentada em sua dissertação de mestrado, com o título *A missão salesiana e a Educação em Corumbá: 1899 – 1996*. Algumas informações trazidas por Manfroí (1997) serão retomadas no terceiro capítulo. É válido informar que a pesquisa de Manfroí (1997) não abordou a questão das crianças não pagantes que foram eventualmente acolhidas pelo colégio, informação esta conferida pelo atual diretor do colégio, conforme será adiante mencionado no corpo do texto.

⁶ É importante esclarecer que além das pessoas que foram entrevistadas e cujos depoimentos foram em parte transcritos no terceiro capítulo do presente trabalho, por constituírem-se fonte primária da pesquisa, outras pessoas foram contatadas e atuaram como informantes. Este foi o caso do atual diretor do colégio Santa Teresa.

⁷ A literatura aponta que as oficinas para profissionalização implantadas pelos Salesianos em Corumbá não foram construídas no interior do colégio Santa Teresa nos anos de 1970, conforme afirmado pelo atual diretor do colégio, mas sim na Escola Profissional Alexandre de Castro (atual Escola Dom Bosco), criada no ano de 1957 para atender e assistir a juventude marginalizada de Corumbá (ARRUDA e BRITO, 2006).

indicar a origem social do aluno e permitiria conhecer se o aluno tinha família ou não, se era indígena ou estrangeiro. Dos quinze prontuários localizados, apenas em um foi encontrada a informação sobre a profissão do pai da criança, o que permitiu concluir que ela provinha de uma família de comerciantes locais, que nos primeiros decênios da República foi um dos grupos mais fortes economicamente na cidade. Em alguns históricos escolares foi encontrada ainda a informação de que a criança não havia sido registrada pelo pai, pois o documento trazia a seguinte nota: *filho de mãe solteira*. Os históricos com esta informação continham, porém, em anexo os recibos de pagamento de mensalidade, o que indica que tais crianças, ainda que não tivessem um pai conhecido, estavam amparadas por uma família que dispunha de recursos financeiros para matriculá-las no colégio e pagar as mensalidades.

De forma geral, as informações encontradas nos documentos do acervo do colégio Santa Teresa não permitiram chegar às crianças “pobres”, filhas dos trabalhadores rurais, os *peões*, que, segundo informação do atual diretor, foram acolhidas no colégio.

Alguns anos após a fundação do Santa Teresa, outro colégio privado Salesiano foi fundado em Corumbá: o Colégio Imaculada Conceição, criado em 1904 e dirigido pelas filhas de Maria Auxiliadora, as Irmãs da congregação Salesiana. Neste colégio, cadernos de crônicas foram encontrados, e neles, os registros que comprovaram que, apesar de ter sido um estabelecimento privado de ensino destinado à educação das meninas filhas dos comerciantes, dos pecuaristas e políticos locais, nele foram acolhidas crianças não pagantes. Os arquivos do colégio Imaculada Conceição preservam os cadernos de crônicas que foram escritos desde 1904, ano da fundação, até os dias atuais. Para esta pesquisa foram utilizadas as crônicas referentes ao período de 1904 a 1927.

As crônicas são registros dos acontecimentos da vida cotidiana do colégio, organizados em ordem cronológica. Em cada estabelecimento Salesiano elas são redigidas e devem ser enviadas mensalmente à Inspeção Salesiana à qual cada estabelecimento está subordinado. Esta, por sua vez, tem a função de receber as crônicas das casas que fazem parte de sua direção, reuni-las e enviá-las, uma vez ao ano, ao centro da congregação Salesiana, que desde sua fundação está localizada na Itália.

Conforme explicado pela atual diretora da Casa Inspeção Salesiana de Mato Grosso do Sul⁸, as crônicas não devem registrar tudo o que ocorre ao longo do dia no colégio, mas apenas os acontecimentos mais significativos. Dessa forma, as crônicas referentes ao período

⁸ Adiante será apresentado cada sujeito que contribuiu com a pesquisa por meio de seu depoimento, contudo, é válido mencionar que a referida diretora da Casa Inspeção de Mato Grosso do Sul participou tanto como informante, quando trouxe algumas informações e explicações a respeito do funcionamento interno dos estabelecimentos Salesianos, quanto depoente, por também ser ex-aluna do colégio Imaculada Conceição de Corumbá.

1904-1927 versaram predominantemente sobre os seguintes assuntos: os exercícios espirituais praticados pelas Irmãs, as conferências das quais participaram, todas as visitas recebidas pelo colégio, com as datas de chegada e de partida e com o nome do visitante, a data de início e término do ano letivo, o número de alunas matriculadas em cada ano, a data dos exames finais das alunas, todas as festas e eventos organizados pelo colégio, entre eles, as peças de teatro, as quermesses, a celebração de algum santo ou de Maria Auxiliadora, as premiações das alunas e a exposição dos trabalhos manuais feitos por elas, o nome da Irmã diretora do colégio em cada ano, assim como o número de funcionários do estabelecimento, todos Salesianos, com suas respectivas ocupações e atividades. Em cada ano não foram necessariamente registradas informações de todos os doze meses, de forma que, não raro, houve espaços de meses entre um registro e outro. As crônicas foram escritas à mão, não contiveram assinatura, e nos cadernos não há registro que informe quem no colégio era responsável por redigi-las. Segundo a atual diretora da Casa Inspeccional Salesiana de Mato Grosso do Sul, uma Irmã é escolhida pelas demais Irmãs da casa (do estabelecimento Salesiano) para fazer a redação dos registros. Do ano de 1904 ao ano de 1911 as crônicas foram escritas na língua portuguesa, e de 1912 a 1927 na língua italiana.

Conforme anteriormente mencionado, nas crônicas foram encontrados registros que comprovam que o colégio, apesar de ter sido um estabelecimento educacional privado, destinado ao ensino das meninas filhas dos grandes comerciantes, pecuaristas e profissionais liberais, eventualmente acolheu crianças não pagantes. Apesar de as crônicas registrarem a presença de tais meninas, elas não trouxeram maiores detalhes sobre a vida dessas crianças, como quem eram elas, por qual razão haviam sido deixadas no colégio, e como era o dia a dia que levavam no estabelecimento.

Na tentativa de resgatar a história dessas crianças e de preencher as lacunas encontradas nas crônicas, foram procuradas em Corumbá ex-alunas do colégio Imaculada Conceição, a fim de que seus depoimentos pudessem trazer informações adicionais sobre a presença e a vida das crianças acolhidas não pagantes. Como o recorte temporal da pesquisa correspondeu a um período distante pelo menos oitenta anos dos dias atuais, encontrar ex-alunas vivas foi uma tarefa difícil, se não impossível. Dessa forma, foram procuradas as alunas mais velhas o possível, ou seja, as alunas que estudaram em um período mais próximo⁹

⁹ Ainda que as entrevistas tenham sido realizadas com pessoas que estudaram no colégio em um período diferente daquele correspondente ao recorte temporal da pesquisa, a leitura das crônicas referentes aos anos subsequentes ao período 1904-1927 e mesmo a conversa com pessoas que foram alunas de outros colégios Salesianos, que não o Imaculada Conceição, permitiram observar que as Irmãs Salesianas mantiveram entre os anos e entre os estabelecimentos educacionais certa constância na forma de organizar e realizar as atividades e práticas do colégio, assim como na forma de dirigir o estabelecimento. Por exemplo, ao conversar com uma

ao período do recorte temporal da pesquisa. Quatro senhoras foram localizadas e entrevistadas:

- Uma ex-aluna interna: atualmente com oitenta e nove anos de idade, e residente em Corumbá. Filha de paraguaios, quando criança seu pai trabalhava no campo, onde tinha uma pequena chácara para criação de algumas vacas e plantação de verduras e frutas, e sua mãe faleceu durante o parto de sua irmã mais nova. Eram ao todo cinco irmãs. A entrevistada e suas três irmãs foram matriculadas como alunas internas no colégio Imaculada Conceição quando a mãe faleceu, visto que o pai, por trabalhar fora do centro urbano, não tinha como criar as filhas. A irmã caçula, que na época contava um ano de idade, foi a única que não pôde ser matriculada no colégio devido à idade e, dessa forma, foi criada por uma madrinha. A entrevistada ingressou no colégio Salesiano aos nove anos de idade, em 1930, e sua mensalidade, bem como a de suas irmãs, era paga com leite, verduras e frutas fornecidas pelo pai. Mais tarde, a moça se casou e trabalhou na Casa de Comércio de Corumbá e, junto com uma de suas irmãs, construiu um hotel, que é propriedade de sua família até os dias atuais, e onde ainda mora. No terceiro capítulo do presente trabalho, quando trechos de seu depoimento forem transcritos, eles serão identificados como falas de E.S.
- Duas irmãs ex-alunas externas: nascidas e criadas em Corumbá, estudaram no colégio Imaculada Conceição como alunas externas. Filhas de um funcionário público descendente de italianos, a primeira nasceu no ano de 1929, e a outra, três anos mais nova, nasceu no ano de 1932. A irmã mais velha foi matriculada no colégio Imaculada Conceição em 1934, quando contava cinco anos de idade; saiu no ano de 1944, aos quinze anos, quando concluiu o curso ginásial. A outra irmã ingressou três anos depois e também deixou o colégio quando concluiu o ginásio. Essas duas ex-alunas serão identificadas respectivamente por D.L. e D.K.
- Uma ex-aluna externa: atual diretora da Casa Inspetorial das Irmãs Salesianas em Mato Grosso do Sul, estudou no colégio Imaculada Conceição no período de 1953 a 1959.

ex-aluna do colégio Salesiano Maria Auxiliadora de Campo Grande ela relatou que também neste colégio existiu a prática de acolher crianças pobres, abandonadas e sem-família. Tais informações combinadas permitiram presumir que o tipo de acolhimento de crianças que o colégio Salesiano de Corumbá executou no período de 1904 a 1927 basicamente aconteceu de forma semelhante no período em que as ex-alunas entrevistadas estudaram.

Ainda como forma de investigar se crianças pobres, abandonadas e sem-família foram acolhidas pela Santa Casa de Corumbá, uma vez que o objetivo da pesquisa foi encontrar registros sobre as formas de acolhimento e atendimento que as crianças pobres, abandonadas e sem-família receberam em Corumbá, foi entrevistado o médico que há mais tempo trabalha na Santa Casa. Nascido e criado em Corumbá, ele cursou na cidade o ensino primário e ginásial, e o segundo grau, o científico, fez no Rio de Janeiro, no colégio interno Marista São José. Graduou-se em medicina no ano de 1959, no Rio de Janeiro, pela Universidade Nacional de Medicina (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), e, concluído os estudos, retornou a Corumbá, onde começou a trabalhar na Santa Casa em fevereiro de 1961. Atualmente tem 75 anos de idade. Mais uma vez, o depoimento foi um instrumento útil à aproximação de acontecimentos passados que não puderam ser conhecidos por meio dos documentos escritos, pois conforme anteriormente mencionado, os arquivos históricos do hospital anteriores à década de 1980 foram todos incinerados pela instituição. O antigo morador de Corumbá e médico da Santa Casa será identificado por W. B. quando trechos de seu depoimento forem transcritos no terceiro capítulo.

Todos os depoimentos foram gravados e posteriormente transcritos. Como não foram localizadas pessoas que passaram pelo colégio e pela Santa Casa na condição de acolhidos, os entrevistados foram sujeitos que, de alguma forma, testemunharam este acontecimento passado, a saber: a presença de crianças pobres, abandonadas e sem-família nos referidos estabelecimentos. De seus relatos e de suas próprias experiências, seja como alunas internas e externas pagantes, seja como antigo morador de Corumbá e médico da Santa Casa, algumas informações sobre a vida daquelas crianças puderam ser extraídas.

Quanto mais entrevistas pudessem ter sido realizadas, mais consistente seria o material sobre o qual se debruçou a análise, conforme explicado por Alberti (2010). Por não dispor de tempo relativamente longo para a execução das entrevistas, mesmo porque a utilização deste procedimento metodológico foi pensada em um segundo momento, apenas cinco pessoas puderam ser entrevistadas. Contudo, orientada pelo objetivo de conhecer de que forma as crianças pobres, abandonadas e sem-família foram acolhidas e atendidas, e quem foram as crianças que demandaram algum tipo de atendimento, os depoimentos trouxeram grande contribuição ao trazerem informações que se não deram conta, de forma absoluta e definitiva da referida história, foram capazes de tornar o acontecimento passado mais próximo (ALBERTI, 2010).

O presente trabalho é composto por três capítulos.

No primeiro capítulo intitulado *A história do atendimento às crianças pobres, abandonadas e sem-família no Brasil: da colônia à Primeira República*, foi apresentada, de

forma sucinta, a trajetória histórica das instituições criadas no Brasil para atender as crianças em situação de pobreza, abandono, e as crianças sem-família. As duas fases da história do atendimento à criança abandonada no Brasil focadas no capítulo foram a fase caritativa, por conter os antecedentes históricos da fase filantrópica, e a fase filantrópica, por situar-se neste período o objeto de estudo da presente pesquisa. A partir do entendimento de que o aparecimento, nas regiões urbanas, de crianças em condições de pobreza e abandono decorreu da forma como o homem passou a produzir sua vida material, e de que o aparato assistencial, educativo e jurídico montado para atendê-las foi produzido e reproduzido em cada momento da história para atender às necessidades materiais bem definidas, o objetivo maior do capítulo foi apreender as funções concretas que tais instituições desempenharam na sociedade brasileira, em cada período da história, ou seja, pretendeu-se apresentar tais funções “[...] Relacionando-as às demandas geradas pelos câmbios da sociedade [...]” (ALVES, 2004, p. 20). As pesquisas reunidas e apresentadas no primeiro capítulo retrataram, de forma predominante, a história do atendimento às crianças organizado nas cidades de Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e em algumas cidades de Minas Gerais, núcleos urbanos estes onde funcionaram as primeiras instituições de atendimento à criança. A importância do primeiro capítulo reside no fato de que ele mostra as relações que ao longo da história do Brasil foram tecidas entre as demandas econômicas, sociais e políticas e as crianças pobres, abandonadas e sem-família (relações estas materializadas nos tipos de atendimento propostos a estas crianças), para que, nos posteriores capítulos, possam ser buscados os contornos singulares que tais relações assumiram, no mesmo momento histórico, na região sul de Mato Grosso, mais especificamente em Corumbá.

O segundo capítulo, *Mato Grosso e Corumbá: dos primeiros tempos à República*, apresentou, em linhas gerais, a trajetória histórica de Mato Grosso e de Corumbá, desde os tempos coloniais até a Primeira República. Como a história do atendimento à criança no Brasil mostra que grande parte das crianças que foi institucionalizada no país proveio das camadas mais pobres da população, resgatar a trajetória econômica e política de Mato Grosso e Corumbá, com vistas a dar sentido aos dados encontrados sobre a vida das crianças que foram acolhidas e criadas por outros que não suas próprias famílias no referido município, justifica-se por desvelar que ao mesmo tempo em que em Corumbá se desenvolveu e consolidou o poderio econômico dos grandes comerciantes portuários e pecuaristas, formou-se, para grande parte da população corumbaense, uma condição de vida marcada por carências sociais.

Apesar de o recorte temporal da pesquisa corresponder ao período 1904- 1927, nos dois primeiros capítulos, a história do Brasil, bem como as histórias de Mato Grosso e

Corumbá, foram retratadas até o ano de 1930 (ruptura política - fim da Primeira República), por remeter-se à estrutura social da República Velha a história contada por este trabalho.

No terceiro e último capítulo, *O acolhimento e o atendimento às crianças pobres, abandonadas e sem-família em Corumbá*, foram apresentadas as informações e dados que puderam ser reunidos pela pesquisa documental e pelos depoimentos orais. Os dados empíricos encontrados, bem como as considerações tecidas sobre eles, constituem uma primeira aproximação da reconstituição histórica daquelas que foram umas das formas de acolhimento e atendimento que as crianças em situação de pobreza, abandono, e as crianças sem-família de Corumbá e região receberam.

CAPÍTULO I

A HISTÓRIA DO ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS POBRES, ABANDONADAS E SEM-FAMÍLIA NO BRASIL: DA COLÔNIA À PRIMEIRA REPÚBLICA

Neste capítulo será apresentada, de forma sucinta, a história do atendimento às crianças pobres, abandonadas, e sem-família no Brasil.

A partir da compreensão de que o surgimento de crianças pobres, abandonadas e sem-família decorreu da forma como o homem passou a produzir sua vida material, e de que o aparato assistencial, educativo e jurídico montado para atender estas crianças foi produzido e reproduzido em cada período da história com a finalidade de atender a necessidades materiais bem definidas, este texto consiste em uma tentativa de apreender o movimento que a questão social da criança pobre, abandonada e sem-família teve ao longo da história brasileira, assim como as diferentes funções que os espaços criados para acolher e atender tais crianças assumiram no decorrer dos anos.

A historiadora Maria Luiza Marcílio (2006) em sua obra intitulada *História Social da Criança Abandonada* apresentou a trajetória histórica da criança abandonada dividida em três fases: a caritativa, a filantrópica e a do Estado do bem-estar do menor. Tal divisão será utilizada neste texto como norteador para o desenvolvimento das idéias.

A fase da história do atendimento à criança no Brasil que será focado neste capítulo corresponde à fase filantrópica, por situar-se neste período o objeto de estudo pesquisado. De forma breve será apresentada a fase caritativa, que precede a filantrópica, por conter os antecedentes históricos do período que se pretende detalhar. Em cada fase, serão abordadas as seguintes questões: os traços estruturais da sociedade brasileira, a origem social das crianças institucionalizadas, a forma como tais crianças foram percebidas e categorizadas pela sociedade, e a função social que as instituições de atendimento fundadas em cada fase da história assumiram, bem como seus principais traços característicos.

1.1 Brasil dos primeiros tempos: as obras de caridade e as crianças expostas¹⁰

Conforme anteriormente mencionado, Marcílio (2006) divide a história do atendimento à criança abandonada no Brasil em três fases: a caritativa, a filantrópica e a do Estado do bem-estar do menor. A primeira fase recebe o nome de caritativa, teve início na colônia e estendeu-se até meados do século XIX.

Tal fase abarcou um período da história do Brasil em que a sociedade estava estruturada na grande propriedade rural, na monocultura e no regime de trabalho escravo. No período colonial e no período imperial, visto que a proclamação da independência política não promoveu uma ruptura com os traços estruturais da sociedade colonial, a organização econômica do Brasil foi parte integrante da economia européia. Em um período em que os países europeus estavam em expansão comercial, o único interesse que existia sobre o Brasil era fazê-lo produzir mercadorias que tivessem alto valor comercial no mercado externo europeu. Dessa forma, a grande propriedade rural para produção em grande escala de um único produto, gênero agrícola tropical para exportação, movimentada pelo braço escravo constituiu a base da organização econômica, política e social do Brasil durante séculos (HOLANDA, 1973).

Ainda nesse período da história, o Estado, representado pela Corte portuguesa, estava unido à Igreja Católica, de forma que a sociedade agrário-escravocrata foi organizada e consolidada por estes dois poderes, o do Estado e o da Igreja.

A fase caritativa foi marcada pela forte presença religiosa. Através de obras de beneficência e de caridade, a Igreja assistiu homens pobres, doentes, inválidos, e crianças pobres, sem-família e abandonadas, que despontaram pela primeira vez na história do país durante o período colonial. A forte atuação da Igreja Católica, sobretudo nesta primeira fase da história do atendimento às crianças, pode ser compreendida ao ser retomada a história do Brasil, que mostra a estreita relação que ao longo dos séculos foi tecida entre a Igreja Católica e a sociedade brasileira. Torna-se importante, em um primeiro momento, retomar alguns pontos dessa história.

A Igreja Católica está presente no Brasil desde os primeiros anos de sua descoberta. Quando em 1549 desembarcou na colônia seu primeiro governador geral, Tomé de Sousa, com ele vieram os primeiros padres da Companhia de Jesus, Manuel da Nóbrega e mais cinco companheiros (FAUSTO, 2009).

¹⁰ Conforme explica Trindade (1999): “A lógica do abandono passa pelo rigor do termo e sua contextualização. No Brasil, desde a colônia até a crise do império, no final do século XIX, a criança abandonada era tratada pelos termos ‘expostos’ e ‘enjeitados’. Esses termos correspondiam ao tipo de abandono mais comum para o período, qual seja, o de recém-nascidos, e se consubstanciavam nas práticas de enjeitar as crianças expondo-as em locais onde seriam, muito provavelmente, recolhidas”.

Nesta época, a Coroa portuguesa e a Igreja Católica estavam unidas por um mecanismo conhecido como *padroado real*: mediante amplas concessões da Igreja de Roma ao Estado português, este se comprometera a promover e a garantir os direitos e a organização da Igreja Católica em todos os territórios que viessem a ser descobertos. Dessa forma, a Igreja e o Estado organizaram a colonização das terras brasileiras. Ao Estado português coube definir o tipo de vínculo que existiria entre a colônia e a metrópole, desenvolver as políticas de ocupação e de povoamento do território, administrar e impor a soberania da Coroa sobre a colônia. À Igreja coube educar e catequizar para propagar a religião católica e para incutir nos povos nativos aqui encontrados a idéia de obediência ao poder do Estado (FAUSTO, 2009).

Organizar a empresa comercial lusitana e propagar a religião católica, estando o brasão da Coroa e a cruz do catolicismo unidos em defesa da estabilidade social, política e religiosa, para Bittar e Ferreira Jr. (2004), foram os propósitos da colonização que se estabeleceu no Brasil. Segundo os autores, a fusão entre a Igreja e a Coroa portuguesa, materializada no regime de padroado, possibilita compreender o porquê de a Igreja, sobretudo a Companhia de Jesus, ter sido protagonista na história do Brasil, constituindo, suas ações, a própria gênese da sociedade brasileira. Isso também pode explicar, ainda que em parte, porque a atuação da Igreja Católica na esfera do atendimento às crianças foi tão marcante na fase caritativa.

Outro ponto que também merece ser retomado na história do Brasil por explicar em grande parte as características que a fase caritativa assumiu é o regime de trabalho escravo, que ao longo dos anos coloniais e imperiais movimentou toda a sociedade brasileira. Dessa forma, neste período não existiu a necessidade de instruir e de formar profissionalmente a população, enquanto às crianças pobres, abandonadas e sem-família, em uma posição secundária e não importante na sociedade, não coube desempenhar alguma função social de interesse das autoridades. Sobretudo nos anos coloniais, não existiu por parte das autoridades centrais e locais um interesse em desenvolver o próprio território brasileiro, de forma que as instituições de acolhimento e de atendimento que foram criadas neste período, e que teve na Roda de Expostos seu principal expoente, surgiram das iniciativas da Igreja Católica, seja por meio de suas ordens religiosas e de seu clero secular, seja por meio de suas corporações de leigos, organizadas em irmandades e ordens terceiras.

Como se verá adiante, as autoridades civis locais e centrais discursaram sobre a necessidade de fundar em suas regiões instituições para atender as crianças abandonadas, entretanto, muito provavelmente tais autoridades abordaram a referida temática movidas muito mais por aqueles mesmos valores cristãos, de misericórdia e de compaixão pelo próximo, do que por interesses econômicos e políticos definidos. A alta mortalidade infantil que reinou nessa época, possivelmente porque a perda de vidas de crianças ainda não

representava um problema social e um prejuízo para o Estado, é uma possível prova de como neste período não foram atribuídas às crianças funções econômicas, políticas e sociais.

Em linhas gerais, os valores cristãos propagados pela Igreja Católica fundamentaram e orientaram todas as propostas de atendimento que existiram neste período. Mais especificamente, as ações organizadas para atender crianças pobres, abandonadas e sem-família foram pautadas no princípio da caridade, entendida como ato de amor a Deus e ao próximo, e como dever de todo bom cristão. Dessa forma, às pessoas de posse cabia a vontade de ajudar ao próximo, por meio de doações e de esmolas, enquanto aos desvalidos, ou desafortunados, assim como foram enxergados e categorizados os pobres, os doentes, e também as crianças expostas e sem-família, cuja própria condição de vida era explicada pela Igreja como inaptidão individual, cabia sujeitar-se à boa vontade alheia e aceitar aquilo que lhe era oferecido. A desarmonia entre os que detinham a posse das riquezas produzidas e os que viviam à margem dela não era concebida, pois se entendia que quando a caridade era praticada o conflito não existia (RIZZINI, 2008).

Anteriormente ao surgimento das primeiras obras de caridade católicas voltadas ao atendimento das crianças expostas, existiram, portanto, crianças na colônia. Vale examinar, em um primeiro momento, quem foram essas crianças.

1.1.1 Crianças pobres e órfãs portuguesas aportam na colônia

Sobre o período de ocupação das terras americanas recém descobertas, Ramos (2008) apresenta alguns apontamentos a respeito da história da embarcação de crianças portuguesas nas naus que saíam de Portugal com destino as suas colônias, entre elas o Brasil. O autor descreve quais funções cabiam às crianças desempenhar durante as longas viagens, dando uma idéia de como a criança rica e a criança pobre eram vistas pela sociedade portuguesa que colonizou o Brasil. Em uma época em que grande parte dos homens portugueses estava trabalhando nas embarcações ou nas colônias ultramarinas, Ramos (2008) explica que a Coroa portuguesa recrutava crianças para trabalhar nos grandes navios, a fim de suprir a falta de força de trabalho adulta.

Diferente da análise feita por Ramos (2008), Venâncio (2008) atribui o uso da força de trabalho infantil nas embarcações portuguesas a outro motivo; segundo o autor, as caravelas necessitavam de um grande número de marinheiros para movimentá-las de forma veloz. Um grande número de marujos implicava em um grande estoque de alimentos, visto que as viagens entre os continentes demoravam longos meses. Contudo, não havia comida o suficiente para todos, sobretudo, em uma época em que as técnicas de conservação de alimentos eram precárias. A solução encontrada para equacionar o problema de desproporção

entre o tamanho da tripulação e a quantidade de comida disponível foi o uso massivo de crianças para trabalharem nas grandes embarcações, visto que, por serem crianças, elas consumiam uma quantidade menor de alimento.

Por um motivo ou por outro, crianças pobres, abandonadas e órfãs foram recolhidas em Portugal e embarcadas nas grandes navegações para trabalharem nas naus ou para servirem nas colônias. Já as crianças filhas de homens importantes e ricos também viajaram, contudo, apenas como passageiras, acompanhando seus genitores (RAMOS, 2008).

Das famílias pedintes e dos orfanatos, alistados por seus próprios familiares ou recrutados nos asilos, provinham as crianças que trabalhavam nas naus como *grumetes*. Os *grumetes* eram meninos, de idade variando entre nove e dezesseis anos, e compunham a posição mais baixa dentro da hierarquia da marinha portuguesa. Recebiam o soldo, que correspondia a menos da metade do soldo de um marujo, e desempenhavam uma grande variedade de tarefas no navio, sobretudo aquelas mais pesadas e arriscadas. A essas crianças estavam destinadas as piores acomodações no navio, que era o convés, e para alimentação recebiam diariamente uma quantidade mínima de água e de alimento, tão parca que não raro era complementada por ratos e insetos caçados pelos meninos para saciar a fome. Além de doenças como a inanição e o escorbuto acometerem os *grumetes*, decorrentes da precária dieta alimentar, os acidentes fatais gerados pelas péssimas condições de trabalho e pelo próprio tipo de serviço que deviam cumprir, a violência física, como as severas punições, e a violência sexual praticada pelos marujos, faziam entre os *grumetes* inúmeras vítimas (RAMOS, 2008).

As crianças embarcadas para trabalhar como *pagens* estavam na mesma faixa etária que os *grumetes*, ou possivelmente eram mais novas, e nas embarcações trabalhavam servindo os nobres. A elas cabiam tarefas muito mais leves, quando comparadas aos serviços dos *grumetes*, como preparar as câmaras dos oficiais, servir-lhes à mesa e arranjar tudo o que fosse necessário para que seus oficiais tivessem mais conforto ao longo da viagem. Os *pagens* não eram punidos com severidade e chegavam a exercer certo poder e autoridade sobre os *grumetes* e os marujos, devido à proximidade que mantinham dos oficiais, proximidade esta que, contudo, não os protegia dos abusos sexuais, praticados não pelos marujos, mas pelos próprios oficiais. Recebiam também o soldo, mais alto que o recebido pelos *grumetes* e menor do que o soldo dos marinheiros, e eram recrutados entre as famílias pobres de Portugal e também entre as famílias da baixa nobreza; ter um filho *pagem* significava a possibilidade de ascensão social, o que mostra que a categoria gozava de certo prestígio social. Segundo os documentos pesquisados por Ramos (2008), cerca de 4% da tripulação dos navios era composta por *pagens*, enquanto os *grumetes* representavam aproximadamente 18%.

Quanto às crianças que iam acompanhando seus pais, a maioria era filha de algum homem importante e viajava como passageira apenas. Quando filhas de homens ricos ou de

cargo alto dentro da tripulação, essas crianças gozavam de uma série de regalias, não tinham que trabalhar e possuíam total liberdade de movimento dentro dos navios. Embarcavam também as crianças filhas de homens trabalhadores e a elas cabia o mesmo regime alimentar dos grumetes e pagens e estavam sujeitas as mesmas violências e abusos (RAMOS, 2008).

Ramos (2008) aponta ainda a questão da embarcação das meninas portuguesas *órfãs* “Del Rei” nas grandes navegações que seguiam rumo às colônias. Órfãs de pai e provenientes de famílias pobres, essas meninas, cuja idade variava entre quatorze e trinta anos, nem sempre estavam sozinhas no mundo, abandonadas, não raro tinham família e dela eram arrancadas e enviadas às colônias portuguesas para se casarem com os colonos que possuíam algum vínculo com a Coroa, ou seja, homens da baixa nobreza. A Igreja Católica que, segundo Ramos (2008), era contra o abuso sexual praticado pelos colonos contra as mulheres indígenas nativas, via com bons olhos tal medida, adotada como forma de equacionar o problema de falta de mulheres brancas nas colônias, que uma vez ocupadas precisavam ser povoadas. Para se casarem com homens importantes, as meninas órfãs portuguesas embarcavam e, ao longo da viagem, sofriam uma série de violências: eram caçadas e estupradas pela tripulação masculina de marujos e oficiais, quando não morriam de fome ou doença, mesmo antes de chegarem ao destino final.

Além dos grumetes, dos pagens e das meninas órfãs “Del Rei”, para a colônia também foram enviados entre os anos 1550 e 1553 meninos órfãos portugueses. Estes meninos vieram com as expedições dos padres jesuítas e foram trazidos pelos inicianos para exercerem na colônia a função de intérpretes, ou seja, depois de aprenderem o tupi-guarani, língua nativa dos grupos indígenas, eles mediavam a comunicação entre os jesuítas, que falavam o português e o latim e desconheciam a língua nativa, e as crianças indígenas que, por sua vez, desconheciam a língua do colonizador e falavam o tupi-guarani. Os meninos intérpretes, ou *meninos língua*, conforme eram chamados pelos padres, desempenharam, dessa forma, atividade de grande importância junto à missão jesuítica de instruir e catequizar as crianças nativas, sobretudo, durante a confissão dos nativos (DEL PRIORE, 1991).

1.1.2 As crianças indígenas e mamelucas

Quanto às crianças que já habitavam a colônia, ou seja, as crianças índias e as mamelucas, estas últimas filhas de mãe índia e de pai branco e que compuseram sua primeira geração em meados do século XVI, elas foram o foco do interesse e, conseqüentemente, das ações da Companhia de Jesus. Os jesuítas foram os primeiros homens na colônia a voltarem-se às crianças, após terem percebido que a catequese e a conversão da criança se davam mais

facilmente do que a evangelização do adulto. Ao considerarem a criança o papel em branco, a cera virgem, os padres entendiam que na infância a pessoa ainda não tinha sedimentado em si os valores, as crenças e os costumes de sua cultura autóctone, podendo, dessa forma, ter sua alma e sua mente moldadas pelos propósitos jesuítcos de forma mais fácil e rápida. Além disso, as crianças uma vez catequizadas tornavam-se poderoso instrumento para conversão do índio adulto, pois diante de sua cultura nativa, mas já absorvida pelos valores cristãos impostos pela educação e catequese jesuítica, elas passavam a ridicularizar os costumes de seus pais (DEL PRIORE, 1991; BITTAR e FERREIRA JR., 2004). Conforme explica Del Priore (1991), por meio das palavras de padre Anchieta:

Era preciso evitar “os adultos a quem maus costumes de seus pais têm convivido em natureza, cerram os ouvidos para não ouvir a palavra da salvação e converter-se ao verdadeiro culto de Deus...” choramingava Anchieta. Melhor então investir nos “culumins”, nos “meninos da terra”, nos “índiozinhos, filhos de gentios”, que de mãos dadas com os órfãos portugueses enviados pela metrópole para auxiliar os inacianos, encantariam a ambígua mata e seus miméticos habitantes, formando um exército de pequenos-Jesus a pregar e a sacrificar-se entre as “brenhas” e os “sertões”, para a salvação e conseqüente adestramento moral e espiritual destas Índias do Brasil (DEL PRIORE, 1991, p. 12-13).

Del Priore (1991) destaca que logo nos primeiros anos após a chegada da Companhia de Jesus na colônia, aos jesuítas foram cedidas terras pelo governador-geral para que em diversas regiões do Brasil fossem erguidas as *Casas de Muchachos*, as escolas e as igrejas, afinal: “[...] As almas indígenas deviam ser ordenadas e adestradas para receber a semente da palavra de Deus” (DEL PRIORE, 1991, p. 11). As *Casas de Muchachos* reuniam, sob o cuidado dos jesuítas, as crianças indígenas e as crianças mestiças, chamadas pelos padres de *órfãos da terra*, e as crianças órfãs portuguesas.

Bittar e Ferreira Jr. têm uma minuciosa pesquisa sobre a educação jesuítica na colônia. Sobre as casas construídas para abrigar os meninos órfãos portugueses e instruir e catequizar as crianças índias e mamelucas, casas estas que no artigo de Del Priore (1991) aparecem com a denominação *Casa De Muchachos*, os autores trazem detalhadas informações.

As casas de bê-á-bá ou escolas de ler e escrever, segundo denominação de Bittar e Ferreira Jr., foram a primeira forma de organização da educação jesuítica na colônia. Data de 1549, ano da chegada dos jesuítas no Brasil, os primeiros registros históricos sobre as casas de bê-á-bá. Com o objetivo de educar nas primeiras letras e catequizar indígenas e mamelucos, as casas de bê-á-bá foram fundadas em Salvador, São Vicente, Vitória e São Paulo de Piratininga. Erigidas principalmente nos aldeamentos¹¹, faziam vez de sala de

¹¹ A construção de aldeamentos foi uma política estipulada por Tomé de Sousa e teve por objetivo separar os gentios que estavam se tornando cristãos, dos gentios de outros povoados que ainda não haviam recebido os

estudos, Igreja para realização das missas, sacristia, dormitório, cozinha e refeitório (BITTAR e FERREIRA JR., 2007).

Sobre a rotina das crianças nas escolas de ler e escrever, Bittar e Ferreira Jr. (2007) trazem trechos de cartas de Nóbrega onde ele escreve que as crianças eram entregues aos cuidados dos padres por seus pais, de boa vontade, participavam das atividades da casa, que compreendia o ensino das letras e da fé na parte da manhã, a caça e a pesca no período da tarde, pois cada menino devia prover seu próprio sustento, sendo que no final da tarde, depois de cantarem a Salve Rainha, retornavam aos seus pais. O ensino da leitura e da escrita era feito com base no método mnemônico e na aplicação de castigos corporais. Conforme escreve Del Priore (1991), através do castigo físico e do trabalho, que consistia em caçar e pescar para prover o próprio sustento, os pequenos eram disciplinados e convertidos ao catolicismo, uma vez que os jesuítas acreditavam que para Deus amar significava “castigar e dar trabalhos nesta vida” (DEL PRIORE, 1991, p. 13). O castigo, o açoite e a disciplina eram utilizados pelos padres enquanto instrumento para combater os vícios e os pecados e para disciplinar e instruir as crianças na verdadeira fé (DEL PRIORE, 1991, p. 13).

Ainda sobre os castigos físicos, Chambouleyron (2008) e Del Priore (1991) informam que as aldeias indígenas, por decisão do governador-geral, possuíam tronco e pelourinho para que, dessa forma, os índios tivessem tudo o que os demais cristãos tinham, e para que as crianças que fugiam ou faltavam à escola fossem castigadas. O castigo físico era prática comum e, segundo orientações contidas nas Constituições, os padres não deviam aplicá-lo com suas próprias mãos, mas delegar sua execução a pessoas que não fizessem parte da Companhia de Jesus. Este cargo era de responsabilidade de uma pessoa conhecida como corretor, figura tradicional nas casas e nos colégios jesuíticos. Conforme informam Bittar e Ferreira Jr. (1999), para os alunos distraídos com seus deveres da escola, aplicava-se a regra número 40 do *Ratio Studiorum*, *Regra nº40 – Modo de castigar*.

Além da violência física empregada como medida de punição, os jesuítas introduziram ainda a prática do disciplinamento do corpo, para que os índios e mamelucos aprendessem a ter outra relação com o corpo, diferente daquela estabelecida pela sua cultura nativa, que envolvia, entre outros traços culturais, o nudismo. Como explica Del Priore (1991):

[...] Necessário era também impor-lhe uma pedagogia de medo que inspirasse despreço pela carne e pelas necessidades físicas. Daí a exposição do corpo em sangue, machucado e marcado pela autoflagelação. A “disciplina” tornou-se uma das cenas recorrentes do grande espetáculo que foi a catequese [...] Os “indiozinhos” não se fragelavam apenas nas procissões, mas depois de “varrer as ruas... as praticavam pelo espaço de um *Miserere mei Deus* a portas fechadas dentro da

ensinamentos religiosos, porque o contato entre eles era visto como perigoso, capaz de prejudicar todo o trabalho de conversão que vinha sendo feito (FAUSTO, 2009).

Igreja” a ponto de ferir-se que “foi necessário muitos deles curarem-se em casa¹²” (DEL PRIORE, 1991, p. 21-22 – grifo do autor)

Entre os anos de 1570 e 1599 as casas de bê-á-bá foram sendo substituídas pelos colégios. Se as casas atenderam somente crianças índias, mamelucas e órfãs portuguesas, os colégios foram freqüentados predominantemente pelas crianças filhas dos colonos, porque se tornou necessário para a Companhia de Jesus formar sacerdotes na colônia a fim de garantir a continuidade futura da missão jesuítica na colônia, e também porque as populações indígenas foram sendo exterminadas, de forma que as crianças índias foram desaparecendo dos locais onde as casas e os colégios haviam sido erigidos (BITTAR e FERREIRA JR., 2007).

Enquanto para Del Priore a autorização e o apoio financeiro concedidos pelo Rei de Portugal aos jesuítas para construção e manutenção das casas e dos colégios sinalizavam uma “[...] Tendência dos Estados modernos em proteger menores carentes e órfãos” (DEL PRIORE, 1991, p. 19), para Bittar e Ferreira Jr. (2007) a ação de educar e catequizar dos jesuítas, financiada pelo Rei, funcionou como estratégia para consolidação do sistema colonial metropolitano ibérico, tendo como pano de fundo o capitalismo mercantil:

É impossível imaginar o projeto colonizador metropolitano sem o concurso da ação missionária dos padres da Companhia de Jesus. O modelo econômico lusitano assentado no latifúndio, na mão-de-obra escrava e na monocultura da cana-de-açúcar, com a produção final voltada para o mercado externo, não teria logrado êxito sem o apoio dos religiosos inacianos. A catequese foi um elemento decisivo no processo de neutralização da resistência das sociedades indígenas e, por conseguinte, de facilitação da penetração dos interesses econômicos da Coroa Portuguesa (BITTAR e FERREIRA JR., 2007, p. 51).

Em linhas gerais, os primeiros estabelecimentos criados na colônia para receber crianças foram dirigidos pelos padres jesuítas, ou seja, pela Igreja Católica, com os propósitos de instruir e catequizar as crianças indígenas e mamelucas, para expandir o catolicismo, impor a cultura européia, consolidar a empresa comercial lusa e também com o objetivo de formar as crianças brancas filhas dos colonos, para que elas viessem a compor, no futuro, os quadros eclesiásticos da missão jesuítica na colônia. Dessa forma, nota-se que a criança esteve em destaque logo nos primeiros anos após a descoberta do território brasileiro e, neste momento da história, ela teve a função de servir como instrumento para conversão e aculturação dos povos indígenas nativos e, portanto, para a consolidação da empresa comercial portuguesa.

O culumin tornou-se o cúmplice do invasor na obra de tirar à cultura nativa osso por osso, para melhor assimilação da parte mole aos padrões de moral católica e de vida

¹² Neste trecho Del Priore (1991) cita algumas passagens da carta de Antonio Blazquez, 1564, *in* Cartas... Azpicuelta... p. 446.

européia; tornou-se o inimigo dos pais, dos pajés, dos maracás sagrados, das sociedades secretas [...] Longe dos padres quererem a destruição da raça indígena: queriam era vê-la aos pés do Senhor, domesticada para Jesus [...] A posse do culumín significava a conservação, tanto quanto possível, da raça indígena sem a preservação de sua cultura (FREYRE, 2006, p. 218).

Neste período da história do Brasil a prática de abandonar crianças ainda não havia despontado na sociedade colonial que estava se formando, tampouco as instituições específicas para receber as crianças pobres, abandonadas e sem-família. Entretanto, a apresentação de algumas características destes primeiros tempos de colonização se fez importante por permitir identificar quem foram as crianças que compuseram a sociedade naquele período da história, bem como os papéis que lhe couberam desempenhar nesta sociedade, e por mostrar a forte atuação da Igreja Católica na formação da sociedade colonial.

1.1.3 O nascimento da prática de abandonar crianças no Brasil colonial

Não é possível compreender as necessidades sociais que demandaram a criação dos primeiros espaços para receber crianças pobres, abandonadas e sem-família no Brasil sem se remeter à questão do abandono de crianças, que, ao se tornar um problema para a sociedade brasileira, gerou a necessidade de formas de atendimento serem organizadas. Embora a pobreza sempre tenha sido intrínseca ao abandono de crianças, foi o ato de abandoná-las que demandou no país, ainda colônia, ações destinadas a acolhê-las.

Sobre a prática de abandonar crianças, o artigo de Berger e Gracino (2005) traz uma pequena síntese da trajetória histórica das políticas para atendimento das crianças pobres, abandonadas e sem-família no Brasil, onde as autoras apontam as circunstâncias que, segundo elas, explicam a origem dessa prática. Berger e Gracino (2005) atribuem ao nascimento de crianças filhas de mães negras escravas¹³ ou índias e de pais brancos colonizadores, tidas fora do casamento e, portanto, ilegítimas, o pontapé inicial da prática de abandonar crianças nos núcleos populacionais¹⁴ ainda na época colonial.

Além do nascimento de crianças concebidas fora do casamento ter representado um problema de ordem moral, na medida em que o concubinato feria os valores morais cristãos defendidos pela Igreja Católica, o nascimento de crianças negras e mulatas passou a ser um

¹³ Fausto (2009) informa que a partir da década de 1570 foi incentivada a importação de escravos africanos. Existe uma estimativa de que quatro milhões de escravos africanos entraram pelos portos brasileiros entre os anos de 1550 e 1855.

¹⁴ Segundo Trindade (1999), a prática de abandonar crianças também existiu nas zonas rurais, que abrigaram, inclusive, a maior parte da população nos períodos colonial e imperial. Entretanto, devido à falta de informações sistematizadas sobre o tema, pode-se inferir que a prática de abandonar crianças no meio rural migrou para os espaços urbanos, assim como aconteceu na Europa ao longo dos anos medievais.

problema de ordem econômica para os senhores rurais donos de terras e de escravos. Os custos com a criação de uma criança escrava, em uma época em que o maior número de casos extraconjugais acontecia entre os senhores e suas escravas, eram mais altos do que o custo de importação de um escravo adulto, que com um ano de trabalho já cobria o preço pelo qual havia sido comprado. Ou seja, era mais lucrativo para o senhor abandonar os filhos de suas escravas e comprar escravos adultos, do que arcar com os gastos da criação dessas crianças até que elas atingissem a idade dos sete anos, quando eram então consideradas capazes de trabalhar (BERGER e GRACINO, 2005).

Aliada à pobreza, tida por Marcílio (2006) como a primeira e a maior causa do enfeitamento de crianças no Brasil em todas as épocas, para Berger e Gracino (2005) nascer negra ou mulata, e, portanto, ilegítima, fadava a criança ao abandono, quando não morria, visto que a mortalidade infantil nesta época era alta.

Com o objetivo de conhecer e regatar a vida cotidiana das crianças negras e mestiças filhas das escravas, Scarano (2008) reuniu algumas informações sobre as condições de vida dos escravos na capitania de Minas Gerais nos anos da mineração. A gravidez entre as mulheres negras escravas nem sempre era por elas desejada, muito pelo contrário, na maioria dos casos as escravas não queriam que seus filhos nascessem no cativeiro; métodos para contracepção eram conhecidos e utilizados e o aborto era praticado. A escrava podia chegar a desejar o nascimento de um filho, nos casos em que esperava que a criança viesse a transformar seu senhor, que era na maioria das vezes o pai da criança, em seu protetor. Entretanto, mesmo quando a gravidez era desejada, raramente a gestação se completava, porque além de contarem com uma alimentação deficiente e com más condições de moradia e de higiene nas senzalas, às mulheres escravas cabiam serviços demasiadamente pesados e um intenso horário de trabalho, que variava entre dezesseis e dezoito horas diárias. Todos esses fatores combinados contribuía para que elas abortassem espontaneamente. O pequeno número de crianças que conseguia nascer era forçosamente separado de sua mãe logo nos primeiros dias de vida, pois as mulheres eram obrigadas a voltar ao trabalho três dias após terem dado a luz. Durante o tempo em que trabalhavam, seus bebês ficavam sob os cuidados dos escravos idosos ou de outras crianças e tal situação favorecia o grande número de mortes entre os recém-nascidos, que chegava ao índice de 88% (SCARANO, 2008; HOLANDA, 1969).

Somado a esta situação, conforme anteriormente mencionado, não raro as escravas negras eram obrigadas por seus senhores a abandonar seus filhos, para que eles não tivessem que arcar com os gastos da criação das crianças, e para que pudessem ser alugadas como amas-de-leite (MARCÍLIO, 2006; BERGER e GRACINO, 2005; SCARANO, 2008; LIMA e VENÂNCIO, 1991).

Trechos do *Jornal do Commercio*, de 1850, apresentados por Lima e Venâncio (1991) ilustram de forma clara esta questão: “Na rua Espírito Santo há uma ama-de-leite para alugar, parida de 8 dias, *sem pensão do filho*” (*Jornal do Commercio*, 24 de fevereiro de 1850, *citado por* LIMA e VENÂNCIO, 1991, p. 67 – grifo dos autores). E ainda: “Aluga-se uma preta, para ama com muito bom leite, de 40 dias e do primeiro parto, é muito carinhosa para crianças, não tem vício algum e é muito sadia e *também se vende a cria*” (*Jornal do Commercio*, 24 de fevereiro de 1850, *citado por* LIMA e VENÂNCIO, 1991, p. 68 – grifo dos autores).

A despeito da informação contida neste trecho, a saber, a informação de que a *cria*, ou o filho da escrava também estava à venda, segundo Goés e Florentino (2008), durante os séculos em que vigorou no Brasil o regime de trabalho escravo, não existiu um mercado específico de crianças escravas. Por não disporem de força física suficiente para conseguir trabalhar, conforme anteriormente explicado, a compra e a criação de crianças não eram considerados bons investimentos para os senhores de terras e escravos. Entretanto, a compra de crianças negras acontecia eventualmente, quando as esposas dos senhores desejavam possuir uma dessas crianças para se distraírem, para entreterem-se. Conforme Scarano (2008) explica, as crianças negras menores de sete anos, pois tal idade as separava do mundo infantil e as introduzia no mundo adulto e, portanto, no mundo do trabalho, participavam do dia a dia das casas grandes. Misturadas às crianças brancas, filhas de seus senhores, elas eram bem aceitas e tratadas como brinquedos por suas senhoras, cumprindo a função de objetos de diversão e distração.

Retomando a questão da pobreza apontada por Marcílio (2006), segundo a autora esta situação foi sempre a maior e a primeira causa do abandono de crianças no Brasil. O tipo de colonização implantado no território brasileiro – cuja base econômica por séculos esteve estruturada no latifúndio, na monocultura e no escravismo – concentrou toda riqueza produzida pelas atividades econômicas nas mãos de um reduzido número de pessoas, ao mesmo tempo em que colocou grande parte da população do Brasil à margem de tudo o que era produzido e acumulado. Pobres, mendigos, desempregados, imigrantes e enfermos por não disporem de recursos para criar seus filhos deixavam-nos junto às portas de residências de particulares, nas ruas, e mais tarde, com a fundação da Roda de Expostos, em tal instituição. Marcílio (2006) informa, por exemplo, que não raro as crianças que eram depositadas nas Rodas de Expostos traziam consigo bilhetes, onde as mães declaravam que devido à falta de recursos materiais estavam deixando seus filhos na instituição. O que comprova que filhos legítimos também eram abandonados.

Não somente as famílias pobres enjeitavam suas crianças, mas entre os abastados a prática de abandonar crianças também foi comum. Preocupados em preservar a honra de suas

famílias e de suas mulheres, quando estas engravidavam sem estarem resguardadas pelo sacramento do matrimônio, em uma época em que era forte o valor da honra e a moral cristã, os bebês que nasciam em tal circunstância eram abandonados (MARCÍLIO, 2006).

Como apontando acima, anteriormente ao surgimento dos primeiros espaços para receber crianças abandonadas no Brasil, as crianças enjeitadas eram deixadas nas ruas ou nas portas de residências de particulares. Segundo Marcílio (2006), o acolhimento e a criação de expostos por famílias foi o tipo de assistência de maior abrangência no Brasil. Tanto famílias ricas quanto famílias pobres acolheram crianças enjeitadas. Em uma época em que a Igreja Católica regia tão fortemente a sociedade por meio de seus valores e normas propagados, era considerado dever de todo bom cristão ter compaixão pelo próximo e praticar a caridade. Por outro lado, uma criança acolhida representava força de trabalho complementar e gratuita para a família que chegava a preferir o trabalho de uma criança acolhida ao trabalho de um escravo, pois se acreditava que a criança, por ter sido acolhida e criada pela família, subordinava-se mais a ela, já que a relação entre ambas era permeada pela fidelidade, obediência e afeição. A criança acolhida ora era aceita como membro da família, ora era confundida com os demais serviçais da casa e, nesta relação ambígua, perpetrada não raro por todos os tipos de violência, a criança raramente era incluída na partilha dos bens familiares.

Segundo Marcílio (2006), mesmo quando os núcleos urbanos passaram a contar com a Roda de Expostos, ou seja, mesmo quando passou a existir uma instituição específica para receber enjeitados, as famílias não somente continuaram a acolher as crianças deixadas junto as suas portas, sem encaminhá-las à Roda, como muitas outras passaram a se dirigir à instituição para requerer a guarda de algum bebê ali deixado.

A Câmara Municipal, um dos órgãos mais poderosos da administração colonial, que inclusive sobreviveu à Independência, desde a colônia até o século XIX foi o órgão oficialmente encarregado de assistir as crianças expostas. Mesmo nas ocasiões em que assinavam convênios, transferindo a responsabilidade para outras instituições, como para a Santa Casa, as Câmaras tinham a obrigação de financiar as obras assistenciais. Mello e Souza (1991) retoma a obra de José Joaquim da Rocha (1781), *Memória histórica da capitania de Minas Gerais*, para afirmar que a criação das crianças enjeitadas foi inclusa no século XVII nas despesas de, ao menos, três Câmaras Municipais: na Vila de Nova Rainha (Caeté), Vila do Príncipe e São João Del Rei.

Apesar desse encargo determinado por lei, foram raras as vezes em que o órgão cumpriu tal tarefa. Como aponta Marcílio (2006), de forma freqüente se fez necessária uma intervenção direta do Rei para que as Câmaras agissem.

Nos casos de abandono infantil, usualmente, quando a criança era encontrada e acolhida por alguma família, esta primeiramente se dirigia à Igreja para batizar o exposto.

Após o batismo, a família caso considerasse necessário podia requerer da Câmara local auxílio financeiro para criação da criança acolhida. Nos casos em que a criança era encontrada e nenhuma família se oferecia para acolhê-la, era responsabilidade da Câmara encontrar e pagar uma criadeira para amamentar e cuidar da criança (MARCÍLIO, 2006; MELLO e SOUZA, 1991).

A Lei dos Municípios de 1828 introduziu uma modificação sobre quem deveria se responsabilizar pelo encargo das crianças abandonadas. A lei estabeleceu que em todos os núcleos urbanos que houvesse instalada uma Santa Casa de Misericórdia, as Câmaras podiam transferir à instituição o encargo do atendimento às crianças abandonadas. Entretanto, nas localidades onde não existiam as Misericórdias, a Câmara continuava a ser responsável pelas crianças (MARCÍLIO, 2006).

De forma geral, as Câmaras se omitiram ou foram parciais em suas ações, a saber: o pagamento de mensalidades às amas-de-leite e às famílias que acolhiam as crianças expostas. Assinando convênios com as Misericórdias ou contratando amas-de-leite, o órgão raramente atendeu todas as crianças expostas de seu território (MARCÍLIO, 2006; MELLO e SOUZA, 1991).

Encoberta pelo véu do amor ao próximo e da caridade, a prática de acolher crianças pobres, abandonadas e sem família foi aceita, difundida e valorizada pela sociedade brasileira muito provavelmente porque a criança passou naquele momento a representar uma fonte de renda para essas famílias, já que tais famílias passavam a poder contar com as mensalidades pagas pelas Câmaras locais. Isso somado ao uso que era feito das crianças na esfera doméstica, uma vez que representavam força de trabalho gratuita a ser aproveitada, talvez explique em grande parte porque o acolhimento de crianças sem-família, pobres e abandonadas por famílias foi o tipo de assistência de maior abrangência no Brasil.

1.1.4 Instituições coloniais para o atendimento às crianças pobres, abandonadas e sem-família: a Roda de Expostos, os Recolhimentos e os Seminários

A Roda de Expostos é a instituição que melhor ilustra a fase caritativa, e examinar algumas características da instituição permite compreender os princípios que regeram o atendimento às crianças nesta primeira fase.

Durante o período colonial, momento histórico em que nasceu no Brasil a prática de abandonar crianças, os governadores locais discursaram sobre o abandono infantil e sobre a necessidade de rodas serem criadas em suas regiões. Buscando conscientizar o Rei e a população sobre a necessidade de amparar um número cada vez maior de crianças em

situação de abandono, em seus discursos os governadores justificavam sua preocupação com o horror que diziam sentir diante da realidade das crianças encontradas nas ruas, em lugares ermos e nos montes de lixo, tantas vezes mortas pelo frio, pela fome ou ainda devoradas por animais (MARCÍLIO, 2006; MELLO e SOUZA, 1991).

As Rodas foram criadas no Brasil no interior das Santas Casas de Misericórdia. As Misericórdias nasceram em Portugal em fins do século XV e em cinquenta anos espalharam-se não apenas pelo território português, mas também pelas possessões ultramarinas da Coroa. Subsidiadas por dotação régia, as Santas Casas se disseminaram de forma rápida pelas colônias portuguesas. No Brasil, chegaram nos anos de 1500 e os primeiros núcleos urbanos que receberam sua instalações foram Salvador, Santos e Rio de Janeiro (ABREU, 2001).

A primeira Roda de Expostos foi fundada em Salvador, em 1726, e até o ano da Independência, a instituição existiu apenas na Bahia, no Rio de Janeiro, 1738, e em Recife, 1789. As Rodas no Brasil foram organizadas segundo os moldes europeus, mais especificamente segundo o modelo da Roda de Expostos da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, e mantidas por doações de particulares e também por auxílio financeiro pago pelas Câmaras locais. A Roda foi o primeiro sistema organizado no Brasil para acolher bebês abandonados e, segundo Marcílio (2006), o que justificou sua fundação foi a idéia de que a instituição funcionaria como meio para combater o aborto e o infanticídio, ações estas duramente criticadas pela Igreja Católica.

Nota-se que neste período em que a Igreja monopolizou a esfera do atendimento às crianças, o grande compromisso das obras caritativas por ela encabeçadas, como a Roda de Expostos, foi salvar a alma da criança acolhida, enquanto que o corpo físico havia uma importância secundária. A preocupação em salvar a alma da criança deriva do dogma cristão do pecado original, segundo o qual todo ser humano nasce portador de pecado, de más inclinações. Dessa forma, a salvação da alma era ação prioritária, conferida por meio do sacramento do batismo. Isso explica o descaso com a mortalidade infantil, que era alta neste período, e as duras críticas que a Igreja Católica fazia ao aborto e ao infanticídio, práticas estas que aniquilavam a possibilidade de a criança ser batizada (RIZZINI, 2008).

Apesar de no século XIX a Roda de Expostos ter se expandido para um maior número de províncias e vilas, de forma geral, ao longo dos séculos em que funcionou, a Roda conseguiu atender somente uma pequena parcela de enjeitados; a maioria das crianças continuou a ser acolhida por famílias ou morreu (MARCÍLIO, 1997, 2006).

Uma vez depositado na Roda de Expostos, a primeira providência que as rodeiras tomavam com o bebê era batizá-lo. Em seguida, ele era encaminhado às amas-de-leite, mulheres que acolhiam em suas casas as crianças enjeitadas, para ser amamentado e criado. No Brasil, as Rodas não funcionaram em regime de internato; sua organização espacial

contava com poucos cômodos, sem a infra-estrutura necessária para acolher e manter em seu interior as crianças e as amas. A função da instituição era, dessa forma, receber a criança enjeitada e encaminhá-la aos cuidados das amas. Pelas amas-de-leite os bebês eram amamentados e criados até os sete anos e atingida esta idade, retornavam à Roda, cuja função neste segundo momento era conseguir uma família que se dispusesse a acolhê-los. Em tese, os administradores das Rodas visitavam as casas das amas com certa regularidade, para avaliarem o estado de saúde das crianças e para providenciarem eventuais necessidades materiais das amas; estas, também em tese, porque na realidade as Rodas não tinham este controle, quando iam receber o pagamento, o que acontecia a cada quatro meses aproximadamente, deviam levar consigo as crianças para que na instituição elas pudessem ser examinadas por um médico ou pelas próprias rodeiras (MARCÍLIO, 2006).

Apesar de teoricamente existirem estes mecanismos para controlar o estado de saúde das crianças recebidas e encaminhadas aos cuidados das amas-de-leite, segundo Marcílio (2006), na realidade apenas uma pequena parte das crianças retornava à tutela da Roda no final do período de amamentação. A grande maioria morria logo nos primeiros meses de vida, de muitos bebês simplesmente não se tinha mais notícia, outros após atingirem os sete anos de idade permaneciam nos lares das amas, quando elas se afeiçoavam às crianças ou quando tinham o interesse de usá-las nos trabalhos domésticos, e outras poucas crianças eram ainda reclamadas por suas famílias biológicas.

Mirian L. M. Leite (1991), em seu artigo *O Óbvio e o Contraditório da Roda*, apresentou alguns trechos de depoimentos sobre a Roda de Expostos feitos por viajantes estrangeiros que passaram pelo Brasil colonial. É interessante transcrever um trecho do diário da inglesa Maria Graham, que foi governanta dos filhos de D. Pedro e de D. Leopoldina, por se tratar do relato de uma pessoa que viveu naquela época e que, de fato, visitou uma Roda. Estas foram, portanto, as impressões de uma testemunha ocular:

A primeira vez que fui à Roda dos Expostos (parece impossível) achei sete crianças com duas amas; nem berços, nem vestuário. Pedi o mapa e vi que em treze anos tinham entrado perto de 12000 e apenas vingado 1000, não sabendo a Misericórdia verdadeiramente onde eles se achavam [...] Os rapazes recebem instrução profissional em idade adequada. As moças recebem um dote de 200 mil réis que, apesar de pequeno, as ajuda a estabelecerem-se e é muitas vezes acrescido por outros fundos [...] Até ultimamente têm morrido numa proporção apavorante em relação ao seu número. Dentro de pouco mais de nove anos foram recebidas 10000 crianças; estas eram dadas a criar fora, e de muitas nunca mais houve notícia. Não talvez porque todas tenham morrido, mas porque a tentação de conservar uma mulata como escrava deve, ao que parece, garantir o cuidado com sua vida, mas as brancas nem ao menos têm esta possibilidade de salvação. Além disso, as pensões pagas para a alimentação de cada uma eram, a princípio, tão pequenas que as pessoas pobres que as recebiam, dificilmente podiam proporcionar-lhes meios de subsistência [...] Muitos expostos são colocados na Roda, cheios de doenças, com febre ou, mais freqüentemente, com uma espécie de comichão chamada sarna, que lhes é freqüentemente fatal. Por outro lado aparecem também crianças mortas, a fim

de que sejam decentemente enterradas (GRAHAM, 1821, *citado por* LEITE, 1991, p. 102-103).

Sobre a questão da alta mortalidade infantil no Brasil colonial e imperial, especificamente no interior das Rodas de Expostos, Leite (1991), que entende que a instituição foi criada pelos governantes brasileiros para salvar a vida dos bebês abandonados a fim de mais tarde poder encaminhá-los “[...] Para trabalhos produtivos e forçados [...]” (LEITE, 1991, p. 99), traz algumas informações. A autora fala sobre as epidemias e endemias de difteria, disenteria e varíola que não raro acometiam a população, fazendo entre as crianças inúmeras vítimas, traz a questão da qualidade da água que abastecia as casas, que não recebia tratamento algum e provinha de poços rasos e contaminados, aponta também que as vielas das vilas eram cheias de poças de água parada, que se transformavam em verdadeiros focos transmissores de febre amarela e traz ainda a questão da má nutrição e das doenças infecto-contagiosas das amas, que acabavam fornecendo aos recém-nascidos um leite não apenas de baixo valor nutritivo, mas contaminado.

Estas questões apontadas por Leite (1991), sobre as condições sanitárias em meio às quais as pessoas viviam nas vilas do Brasil colonial e imperial, remetem também à estrutura das próprias instituições surgidas neste período para assistir as crianças abandonadas, visto que tudo e todos compartilhavam o mesmo espaço urbano que não contava, naquela época, com medidas de saneamento. Dessa forma, as quinze Rodas que giraram no Brasil compartilharam dificuldades muito semelhantes: funcionamento precário em prédios provisórios e improvisados, falta de infra-estrutura, como água encanada, rede de esgoto, ventilação e boa iluminação, e poucos recursos financeiros, insuficientes para boa manutenção dos prédios e para o pagamento das amas. Todas essas dificuldades contribuíram, em maior ou em menor grau, para que a mortalidade de crianças fosse alta.

Alguns dados sobre a mortalidade infantil merecem ser apontados. Segundo o relatório do Ministro do Império, no ano de 1853 a Roda de Expostos do Rio de Janeiro recebeu 630 crianças, das quais 515 morreram. No ano seguinte, das 656 crianças que entraram na instituição, 435 vieram a óbito. Sobre as crianças entregues pela Roda aos cuidados das amas-de-leite em São Paulo no século XX, no ano de 1909, das 25 crianças que foram morar com amas residentes na área urbana, 12 vieram a óbito (LEITE, 1991; KUHLMANN JR. e ROCHA, 2006).

No Brasil, existiram Santas Casas que não tiveram a Roda e que, entretanto, acolheram da mesma forma crianças expostas. Por exemplo, a Misericórdia de São Paulo “[...] Muito antes da criação de sua Roda dos Expostos, já amparava meninas desvalidas, dando a algumas delas dotes para poderem constituir famílias” (MARCÍLIO, 2006, p. 153).

Na província de Mato Grosso, Marcílio (2006) aponta que uma Roda de Expostos foi instalada em 1833, sob direção do Hospital de Nossa Senhora da Conceição da Misericórdia em Cuiabá. Segundo relatórios de 1850 e 1852 do presidente da província, durante anos a Roda não recebeu nenhuma criança, embora fosse sabido que bebês recém-nascidos eram deixados diante da porta da residência de particulares. No ano de 1839, a Roda de Expostos da Santa Casa de Cuiabá abrigava apenas três crianças abandonadas.

Além da fundação da Roda de Expostos, durante o período colonial, outras duas instituições foram criadas para atender crianças pobres, sem-família e abandonadas: os Recolhimentos para meninas, e os Seminários para meninos.

Sobre os Recolhimentos para meninas, em 1700, um rico comerciante deixou para a Santa Casa de Misericórdia da Bahia uma exorbitante quantia de dinheiro a ser destinada às meninas pobres desamparadas. No século XVIII, devido a essa iniciativa, a Santa Casa da Bahia fundou o primeiro Recolhimento do Brasil, para amparar e assistir as meninas pobres e sem-família. Marcílio (2006) afirma que de forma geral, os Recolhimentos tiveram os seguintes objetivos: resguardar a honra e a virgindade das meninas, protegendo-as da prostituição e da mendicância e entregar um dote para cada uma delas, para, dessa forma, encaminhá-las ao casamento.

As meninas provenientes da Roda eram encaminhadas ao Recolhimento quando, com sete anos de idade, retornadas das casas das amas, nenhuma família era encontrada para acolhê-la. Nos Recolhimentos elas permaneciam à espera de alguma família ou de casamento. Muitas meninas, contudo, não se casavam e nem eram recolocadas em alguma família, e nos Recolhimentos permaneciam por anos, responsáveis por algum ofício. Anteriormente à fundação dos Recolhimentos, as meninas não tinham para onde ir, visto que a Roda não dispunha de quartos para acomodação de pessoas. Dessa forma, elas permaneciam nas ruas, a mercê da piedade alheia (MARCÍLIO, 2006).

No século XVIII e, sobretudo, no século XIX, os Recolhimentos, fundados primeiramente em Salvador (1716) e no Rio de Janeiro (Recolhimento de Santa Teresa, 1739), se estenderam para outras províncias do Brasil, como São Luís do Maranhão, Belém do Pará e São Paulo, que em 1824 criou o Seminário da Glória (MARCÍLIO, 2006).

Sobre o Seminário da Glória, o artigo de Carmen Sylvia Vidigal Moraes (2000) traz algumas informações, que apesar de serem referentes ao Recolhimento de São Paulo, apontam os traços gerais do estabelecimento. Única instituição que na época foi sustentada pelo governo da província, o Seminário da Glória foi organizado de modo semelhante ao modelo de um convento. Sua função moralizadora era bastante explícita, na medida em que a mulher, sobretudo a pobre, a órfã e a abandonada, era vista na época como o sexo que carregava em sua própria natureza biológica a degenerescência e a perversão. Em pleno acordo com uma

sociedade agrário-escravocrata dirigida por homens, em que a mulher estava restrita ao papel de esposa e de mãe e ao ambiente doméstico, o Recolhimento oferecia alfabetização e o ensino de trabalhos manuais e prendas domésticas, além da tradicional educação moral e religiosa. Geralmente, as meninas permaneciam na instituição até atingirem a idade de quinze ou vinte anos. De lá saíam para se casar, para ser professora ou ainda para trabalhar como doméstica na casa de alguma família, destinos estes considerados naturais das mulheres.

Nota-se a forte presença da Igreja Católica no tipo de atendimento que na instituição era oferecido às meninas pobres, abandonadas e sem família, a saber: a educação religiosa, a organização e dinâmica institucional segundo os moldes de um convento, e a própria concepção de mulher.

Quanto ao destino dos meninos, após terem atingido a idade do desmame e retornado à Roda, que nem sempre conseguia recolocá-los em alguma família, este era bem mais complicado do que o das meninas, uma vez que as crianças do sexo masculino não estavam envoltas pela preocupação da sociedade em proteger sua honra e preservar sua virgindade. Poucas eram as possibilidades de vida futura para os meninos, que, na maioria dos casos, acabavam desamparados nas ruas ou mortos. Completados os sete anos de idade, os meninos retornavam das casas das amas-de-leite à Roda de Expostos. As possibilidades de sobrevivência ocorriam quando: eram reclamados pelos pais biológicos ou quando as amas se afeiçoavam e acabavam permanecendo com eles. As crianças negras e mulatas após o período de amamentação não raro eram transformadas em escravos por suas amas, enquanto muitas outras eram recuperadas pelos senhores de suas mães, por terem atingido idade suficiente para poder trabalhar (MARCÍLIO, 2006).

No final do século XVIII foram criados alguns Seminários para receber meninos pobres, abandonados e sem-família. Os Seminários funcionaram como colégios internos e tiveram os objetivos de amparar estas crianças e oferecer ensino das primeiras letras, educação religiosa e formação profissional. Alguns destes seminários foram: a Casa Pia e Colégio de Órfãos de São Joaquim, criado em Salvador no ano de 1825, o Seminário de Santo Antônio do Rio de Janeiro, que entre os anos de 1751 e 1850 acolheu dezoito meninos desvalidos, e o Seminário de Santana em São Paulo, fundado em 1824 (MARCÍLIO, 2006).

Em linhas gerais, até meados do século XIX, o atendimento às crianças pobres, abandonadas e sem-família que existiu no Brasil foi dirigido pelas Misericórdias, organizadas por leigos da Irmandade e com propostas de ações assistenciais caritativas cristãs. A Roda de Expostos, os Recolhimentos para meninas e os Seminários para meninos foram as três instituições criadas no período colonial para atender as crianças. Tudo indica que a razão de existir de tais instituições se resumiu, basicamente, aos princípios cristãos difundidos pela Igreja Católica, a saber: o amor ao próximo e a prática da caridade. Ora dirigidos por

voluntários, ora dirigidos por membros da Igreja Católica, tais instituições tiveram, neste período, a função de receber crianças abandonadas e encaminhá-las aos cuidados de amas-de-leite e de famílias dispostas a acolhê-las.

Em um período da história do Brasil em que o regime de trabalho esteve fundamentado na força de trabalho escrava e em que a Igreja se fez tão fortemente presente na sociedade brasileira, a grande preocupação com as crianças em situação de abandono se resumiu em não deixar morrer a criança sem antes salvar sua alma, por meio do sacramento do batismo. As crianças abandonadas representaram, neste período da história, um prejuízo econômico para os senhores donos de terras e de escravos, um encargo indesejado para as Câmaras locais e uma fonte de renda para as famílias dispostas a acolhê-las. Tais instituições adentraram ao Império e, inclusive, à República, no caso da Roda, em pleno funcionamento, ainda que tenham enfrentando, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX e nos primeiros decênios do século XX, duras críticas.

Antes de passar à fase seguinte, a filantrópica, é necessário mencionar que a partir de 1840, foram instituídas no Brasil as Companhias de Aprendizes Marinheiros. Segundo Venâncio (2008), em uma época marcada pelo predomínio de ações caritativas, a companhia da Marinha foi a primeira instituição completamente pública criada no país para atender meninos pobres, abandonados e sem-família.

A Marinha, carente de força de trabalho barata, passou a acolher tais meninos, e na época acreditava-se que as crianças desvalidas tornar-se-iam mais facilmente soldados, porque por serem filhas da pátria, a ela dedicariam todo seu amor, sua obediência e lealdade (MARCÍLIO, 2006; VENÂNCIO, 2008).

Nas companhias da Marinha as crianças viviam em um regime de vida militar, marcado pela rígida disciplina e pela aplicação de violentos castigos corporais. A alimentação fornecida às crianças era insuficiente e pobre, enquanto as acomodações não contavam com as mínimas condições de higiene, de forma que os meninos eram acometidos por uma grande variedade de doenças. Até os quatorze anos de idade as crianças trabalhavam para a Marinha na condição de aprendiz e esta categoria de trabalhador não recebia pagamento algum (MARCÍLIO, 2006).

As crianças que preencheram a grande maioria das vagas das Companhias de Aprendizes Marinheiros foram aquelas consideradas delinqüentes, enviadas pela polícia, e as provenientes de famílias pobres das vilas onde as companhias estavam instaladas, uma vez que, sobretudo até a Guerra do Paraguai (1864), ter um filho na companhia da Marinha significava possibilidade de ascensão social e era motivo de orgulho para os familiares. A Companhia de Aprendizes Marinheiros da Bahia, por exemplo, no ano de 1863, matriculou 139 meninos, dos quais 102 eram voluntários, ou seja, inscritos pelas próprias famílias, 35

haviam sido encaminhados pela polícia, e 02 eram provenientes da Roda (VENÂNCIO, 2008). Nota-se que a Marinha não recebeu, de forma predominante, crianças provenientes das Rodas de Expostos, porque:

[...] A experiência mostrara que os meninos saídos do turbilhão do abandono eram quase sempre seres de saúde precária e que, por razões óbvias, não tinham a menor noção do que significava o “devotado amor filial à nação”, permanecendo vinculados as suas amas e aias como se elas fossem [...] Suas verdadeiras famílias (VENÂNCIO, 2008, p. 198).

Segundo o levantamento feito por Venâncio (1988), apresentado por Marcílio (2006), durante o Império foram criadas dezessete companhias da Marinha e do Arsenal de Guerra, a maioria concentrada no litoral nordestino.

No ano de 1855 o nome da Companhia de Aprendizes Marinheiros mudou para Escola de Aprendizes Marinheiros que, entre outras localidades do Império, foi construída, em 1872, na Marinha de Ladário (MT), que na época pertencia à vila de Corumbá (AYALA e SIMON, 1914).

1.2 A transformação das crianças pobres, abandonadas e sem-família em ameaça social: a filantropia para os menores¹⁵

Conforme anteriormente mencionado, a segunda fase da história do atendimento à criança pobre, abandonada e sem família no Brasil foi definida por Marcílio (2006) como tendo início na metade do século XIX e estendendo-se até a instauração do regime militar no país (1964). Esta fase recebeu o nome de filantrópica. Neste tópico, tal fase será examinada até o ano de 1930, por situar-se no período da Primeira República o objeto de estudo da presente pesquisa.

Na segunda metade do século XIX a sociedade brasileira começou a mudar a forma de perceber e categorizar as crianças pobres, abandonadas e sem-família. Neste período, a organização do atendimento à criança deixou de ser organizado com base no princípio da caridade e incorporou a formação profissional da criança, em pleno acordo com a nova demanda econômica do país: aproveitar a força de trabalho dessas crianças, inserindo-as, através da formação profissional, no mundo do trabalho.

¹⁵ Conforme será adiante retratado, o termo *menor* foi propagado pelos juristas brasileiros, e, neste período da história do atendimento à criança, passou a designar “[...] Crianças e adolescentes pobres das cidades, que por não estarem sob a autoridade dos seus pais e tutores são chamadas pelos juristas de abandonadas. Eram pois, menores abandonados as crianças que povoavam as ruas do centro das cidades, os mercados, as praças e que por incorrer em delitos freqüentavam o xadrez e a cadeia, neste caso passando a serem chamadas de menores criminosos” (LONDOÑO, 1991, p. 135).

No período abrangido pela fase filantrópica, como será retratado adiante, as teorias científicas ganharam força na sociedade brasileira, remetendo o viés religioso a um segundo plano e criando olhares distintos para as crianças das diferentes camadas sociais. Se de um lado, a filosofia moderna, inaugurada por Rousseau, laicizou a idéia de Deus quando postulou que todos os homens tinham uma origem comum (a Natureza), o que tornava todos naturalmente iguais, as teorias evolucionistas em voga na época trataram de estabelecer significativas diferenças entre esses homens, e, portanto, entre as crianças. Dessa forma, passou a ser concebido que todos os homens eram iguais, com exceção daqueles provenientes das camadas mais pobres da população, que eram diferentes porque carregavam em sua própria natureza, em sua genética, a célula do crime, da degenerescência, da perversão. A criança pobre, abandonada e sem-família logo deixou de ser assunto competente à caridade cristã para ser responsabilidade do Estado, por meio da polícia, do juiz e do médico. Antes considerada um ser digno de pena e desafortunado, neste momento a criança se tornou *menor*, uma criminosa em potencial, logo ameaça perigosa para a paz social (CHARLOT, 1979; RIZZINI, 2008).

A fase da filantropia abrangeu as últimas décadas do Império e os primeiros anos da República, período este marcado por alguns acontecimentos, que se não trouxeram transformações imediatas, fizeram parte de lentas mudanças que, com o passar dos anos, concorreram para a transformação econômica, política e social do país. Alguns destes acontecimentos merecem ser mencionados: a proclamação da República (1889), momento este marcado por um fervor ideológico decorrente da grande circulação no país dos ideais positivistas e da organização e mobilização dos pensadores liberais e positivistas, críticos da sociedade vigente e defensores da reforma das antigas instituições; o fim do regime de união entre o Estado e a Igreja Católica (ruptura esta marcada pela Constituição de 1891), com a quebra do monopólio religioso na área educacional e no atendimento às crianças pobres, abandonadas e sem família; a abolição da escravatura (1888) e a substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado, com a consolidação das relações capitalistas de produção e com a entrada crescente no país de levas de imigrantes europeus (FAUSTO, 2009; MARCÍLIO, 2006).

Neste período, o setor dominante da economia brasileira foi a cafeicultura, que trouxe significativo desenvolvimento econômico para o país, sobretudo na segunda metade do século XIX, graças ao alto valor que o café alcançou no mercado exterior. Parte do lucro obtido com as exportações começou, ainda que de forma ínfima, a ser aplicado em novas atividades produtivas, de forma que começaram a despontar em alguns núcleos urbanos as primeiras indústrias. Tal desenvolvimento econômico deu início à progressiva diferenciação das ocupações e das relações sociais e à expansão dos setores manufatureiros e de serviços. Os

núcleos urbanos começaram a ganhar fisionomia própria e o espaço urbano passou a suplantar o campo (HOLANDA, 1969).

Em linhas gerais, ao longo da fase filantrópica a estrutura da sociedade brasileira foi transformada da condição agrário-escravocrata para a urbano-industrial e esta transição estrutural do país teve repercussão na forma de atender as crianças, e na própria concepção de criança pobre, abandonada e sem-família.

Mais especificamente, a redefinição do papel social destas crianças e da função das instituições de atendimento decorreu de dois principais acontecimentos: o surgimento de uma nova demanda econômica e de um novo projeto político para a nação.

1.2.1 O fim do regime de trabalho escravo e a demanda por novos trabalhadores: o uso da força de trabalho infantil no campo e na indústria

O início do processo produtivo capitalista no Brasil, baseado na cafeicultura para exportação e em vínculos externos importantes, tornou o regime de trabalho escravo incompatível com a nova estrutura econômica, política e social que começou a ser organizada no país. Tornou-se necessário que tudo e todos se conformassem à exigência de produzir lucro. De um lado, passou a ser imperativo que o trabalhador fosse livre, a fim de que pudesse oferecer sua capacidade de produzir valor, sua força de trabalho no mercado e, por outro lado, a empresa passou a ter a necessidade de dispor da possibilidade de comprar essa força de trabalho, segundo as necessidades de seu empreendimento econômico. Foi imposta, dessa forma, a humanização do escravo, ou seja, sua libertação, e este foi o sentido da abolição, imprescindível para o ingresso da economia nacional no ciclo da industrialização (HOLANDA, 1969).

Na segunda metade do século XIX, o movimento a favor do fim do regime de trabalho escravo e o triunfo deste movimento, materializado pela aprovação das leis Eusébio de Queirós (1850), a lei do Ventre Livre (1871) e a Lei Áurea (1888), justamente em um período de desenvolvimento econômico, criaram uma nova demanda para a sociedade brasileira: substituir a força de trabalho escrava.

Para Marcílio (2006), as modificações que o atendimento às crianças pobres, abandonadas e sem-família sofreu decorreram, em grande parte, de dois importantes acontecimentos: as pandemias de febre amarela, em 1849, e de cólera, em 1855, que deixaram um grande número de crianças órfãs e desamparadas; e a extinção do tráfico de escravos, Lei Eusébio de Queirós de 1850, que deixou a elite agrário-escravocrata preocupada com a necessidade surgida de se substituir a força de trabalho escrava. Segundo a autora, como clara

evidência de que as demandas econômicas da sociedade estabelecem as funções das instituições sociais, cinco anos após a Lei Eusébio de Queirós ter sido aprovada “[...] Houve como que um primeiro Programa Nacional de Políticas Públicas voltado para a criança desvalida” (MARCÍLIO, 2006, p. 203) cuja orientação na área do atendimento público à criança constituiu “[...] A primeira etapa da construção de uma assistência filantrópico-científica no Brasil” (MARCÍLIO, 2006, p. 203). Desta espécie de programa decorreu a fundação em quase todas as províncias brasileiras de Asilos de Educandos, organizados por estatutos próprios e com a proposta de oferecer ensino elementar e profissional, além da formação cívica.

Neste momento histórico, as instituições não puderam mais funcionar como meros depósitos de crianças; a partir daí elas passaram a ter que fazer sobreviver estas crianças, que até então morriam aos montes sob sua responsabilidade, para poder formá-las em algum ofício, com o objetivo maior de torná-las economicamente produtivas e, portanto, úteis ao desenvolvimento da nação (RIZZINI, 2008).

Para exemplificar como a tônica do atendimento oferecido pelas instituições de atendimento às crianças pobres, abandonadas e sem-família mudou, os Recolhimentos que até meados do século XIX funcionaram apenas como abrigo, oferecendo uma assistência meramente caritativa, sem planos e objetivos educacionais ou profissionalizantes definidos, neste período histórico passaram a oferecer educação elementar e profissional, a fim de preparar as meninas não somente para o mundo do casamento, mas também para o mundo do trabalho (MARCÍLIO, 2006).

Tal mudança decorreu da nova demanda econômica que surgiu e transformou o papel a ser cumprido pelas crianças pobres, abandonadas e sem-família. O discurso proferido pelo governador da província de São Paulo ilustra de forma clara a nova função conferida a estas crianças no fim do século XIX. Com um conteúdo diferente daqueles proferidos pelos governadores de outras províncias, cujos discursos justificavam a necessidade de criar instituições de atendimento com o horror que diziam sentir ao encontrar uma criança abandonada pelas ruas, a mercê do frio, da fome e de animais famintos, e sem batismo, o discurso do governador Antonio Manuel de Mello e Castro Mendonça, ao reclamar a necessidade de fundar uma Roda de Expostos em sua província, trouxe um olhar diferente sobre as crianças, apontando novo motivo pelo qual entendia ser necessário o atendimento aos expostos. Segundo o governador, as crianças abandonadas que morriam pelas ruas tinham que ser salvas e assistidas porque, instruídas e formadas em algum ofício, poderiam trazer ao Estado retorno econômico. Em suas próprias palavras:

Os meninos varões poderão ser aplicados a diferentes ramos de indústria, ou mesmo aos ofícios mecânicos, pelos quais sempre ganharão para a sua subsistência; e as fêmeas, depois de aprenderem aquelas coisas mais necessárias relativas e concernentes a seu sexo e condição, tendo a idade suficiente, se poderão fazer casar, assinando-lhes pela contribuição das Câmaras, de que se deverá fazer um cofre, com a sua competente escrituração, um dote suficiente para esse fim. Desta sorte, com pouca, ou nenhuma despesa da Real Fazenda se cria um hospital de tão absoluta necessidade... (MENDONÇA, 1800, *citado por* MARCÍLIO, 2006, p. 154).

Em 1871, com a Lei do Ventre Livre, que reforçou a grande preocupação da elite agrária de ficar sem trabalhadores, a idéia de preparar as crianças pobres, abandonadas e sem-família para os serviços braçais, que eram antes desempenhados pelos escravos, ficou ainda mais forte, como mostra um discurso proferido no ano de 1873, que sugeria a fundação de colônias agrícolas para tais crianças: “Nas nossas mãos temos um paliativo, senão um remédio, para os males que possam cair sobre a agricultura: temos os meninos do país, que podem tornar-se excelentes obreiros, bons agricultores; temos todos esses crioulinhos libertos” (*citado por* LIMA e VENÂNCIO, 1991, p. 72).

Além da Lei Eusébio de Queirós e da Lei do Ventre Livre concorrerem para a mudança da tônica das instituições para crianças pobres, sem-família e abandonadas, Lima e Venâncio (1991) encontraram relações entre a Lei do Ventre Livre e o aumento do número de crianças negras abandonadas no Rio de Janeiro no período que se sucedeu à homologação da lei. Aprovada no ano de 1871, a Lei do Ventre Livre estabeleceu que os senhores donos de terras e escravos teriam o dever de cuidar e de criar as crianças filhas de suas escravas até a idade de oito anos. Completados os oito anos, os senhores teriam que optar ou por continuar com a criança, a qual deveria trabalhar para seu senhor até completar vinte e um anos de idade como compensação ou pagamento dos recursos empregados em sua criação, ou por entregá-la ao Estado, mediante o recebimento de uma indenização. Quando os senhores se decidiam por entregar as crianças ao Estado, sob tutela deste, elas eram encaminhadas a alguma instituição pública ou privada “[...] Passando a tais instituições o direito de explorar seus serviços até completarem 21 anos [...]” (LIMA e VENÂNCIO, 1991, p. 64).

Segundo os autores, apesar de os historiadores brasileiros serem unânimes na afirmativa de que a Lei do Ventre Livre não alterou em nada a situação das crianças negras, que continuou a maior parte escrava contra um reduzido número de crianças libertas, as diferenças regionais e o impacto que a Lei do Ventre Livre teve em cada região não podem ser desprezados. No Rio de Janeiro, por exemplo, após a aprovação da lei, o abandono de crianças negras cresceu significativamente: “[...] De 1864 a 1881, o número de crianças entregues à Santa Casa praticamente dobrou, no caso dos pardos [...] E triplicou no caso dos negros [...]” (LIMA e VENÂNCIO, 1991, p. 68).

Tal crescimento foi explicado pelos autores pelos mesmos motivos econômicos anteriormente mencionados: para os senhores donos de terras e de escravos era preferível abandonar as crianças negras e mulatas que nasciam em suas propriedades e alugar as mães escravas como amas-de-leite, porque, dessa forma, a obtenção de lucro era imediata. Arcar com os gastos da criação das crianças filhas das escravas além de ser oneroso, era um investimento incerto, visto que a mortalidade entre essas crianças era alta (LIMA e VENÂNCIO, 1991).

Além da abolição da escravatura, que criou a necessidade de força de trabalho ser recrutada e enviada ao campo para substituir o trabalho escravo, do que decorreu a introdução da formação profissional nas instituições de atendimento às crianças, as indústrias que começaram a despontar em alguns centros urbanos na passagem do século XIX para o século XX também passaram a demandar o reaproveitamento das crianças pobres, abandonadas e sem-família no trabalho industrial.

Nos centros urbanos onde começaram a despontar as primeiras indústrias, e que mais tarde se tornaram os grandes pólos industriais do país, como São Paulo, as crianças foram usadas de forma massiva no interior das fábricas. Apesar de serem inexperientes, a maquinaria possibilitou às crianças produzir tanto quanto um homem adulto e, uma vez que a força de trabalho infantil valia quase nada, o emprego de crianças passou a ser preferido ao emprego de adultos. Para o industrial, cujo maior interesse era produzir o máximo com um baixo custo de produção, os salários baixíssimos ou simplesmente inexistentes das crianças tornaram a força de trabalho infantil grande atrativo (MOURA, 1991).

As crianças eram empregadas na condição de aprendiz; esta categoria de trabalhadores não recebia salário e era, portanto, a categoria mais explorada. Os industriais que empregavam crianças na condição de aprendiz o faziam sob o pretexto de estarem oferecendo a elas uma boa oportunidade para melhorarem de vida, afinal, eles estavam dando a elas a possibilidade de adquirirem alguma habilidade profissional. Enquanto o Estado se omitia em matéria de oferecimento de educação infantil, os industriais, por sua vez, necessitados de força de trabalho abundante e barata para fazer funcionar suas fábricas, empregavam as crianças desamparadas e, não raro, consideradas criminosas, com a justificativa louvável de que o trabalho por eles oferecido as salvaria e regeneraria (MOURA, 1991).

[...] A ideologia do trabalho fez com que a condição de trabalhador funcionasse como um atestado de virtude e condição básica de aprovação na sociedade, constituindo instrumento poderoso de regulação econômica e social... No caso da criança, a lógica era adaptá-la desde cedo para o trabalho. Portanto, a sua inserção, a mais precoce possível no mundo do trabalho, era vantajosa na época. Ao mesmo tempo em que o processo de acumulação capitalista absorvia vorazmente todo e qualquer braço, e sem hesitar, o infantil, como apontou Marx, interessava acostumar

a criança ao trabalho árduo como forma eficaz de mantê-la ocupada e conformada na luta exclusiva por sua subsistência (RIZZINI, 2008, p. 103).

Com uma remuneração irrisória e longas jornadas de trabalho que comportavam condições de trabalho arriscadas, muitas das crianças empregadas tinham família e trabalhavam para poder ajudar a aumentar o orçamento familiar. Em outros casos, conforme informa Esmeralda B. B. de Moura (1991), muitas vezes os curadores de órfãos faziam acordos com os fazendeiros e industriais de suas regiões e, em troca de dinheiro, enviavam as crianças das instituições de atendimento às fábricas e também aos campos para trabalharem.

As mulheres, por outro lado, incorporadas, de forma crescente, à nova ordem econômica e social e, portanto, ao mundo do trabalho, sem o respaldo de uma estrutura de creches e escolas para deixarem seus filhos durante o período em que trabalhavam e, não raro, sem disporem de meios para garantir o sustento de seus filhos, muitas vezes viam-se obrigadas a abandoná-los (MOURA, 1991).

Aliado a nova demanda econômica, que transformou a criança pobre, abandonada e sem família em força de trabalho a ser aproveitada no campo e na indústria, o surgimento de um novo projeto político para o Brasil repercutiu na esfera do atendimento a essa população, contribuindo igualmente para transformação do olhar da sociedade sobre a criança, bem como sobre sua categorização, e atribuindo às instituições de atendimento funções adicionais à formação profissional.

1.2.2 A intervenção sobre a criança como condição *sine qua non* para construção de uma nação civilizada

Enquanto Marcílio (2006) chama atenção para os aspectos econômicos que criaram no Brasil do século XIX novas demandas sociais, Rizzini (2008), em seu livro *O Século Perdido, raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*, discute os aspectos políticos que contribuíram para redefinição do papel das crianças pobres, abandonadas e sem-família, e das instituições de atendimento.

Os últimos anos do Império e as primeiras décadas do século XX foram um período em que a preocupação com a criança pobre, materializada por ações de caráter diferente daquelas que haviam funcionado até então (obras religiosas caritativas), tornou-se intensa. A idéia básica que predominou nessa época foi a de que era necessário proteger a criança pobre dos perigos que a pudessem desviar do caminho da ordem e da moral, e a de que era igualmente necessário defender a sociedade das crianças pobres que já haviam ingressado no mundo do crime, do vício e do ócio. O objetivo maior de tal preocupação era moldar a criança

pobre, abandonada, sem-família, e, a partir deste momento, criminosa¹⁶, a fim de que fossem garantidos o progresso econômico do país e a paz social.

Com a instauração do regime republicano, nasceu o desejo de tornar o Brasil uma nação civilizada e com identidade própria. A influência das idéias em circulação na Europa e nos Estados Unidos do século XIX foi grande no Brasil, em um momento em que o país dava os primeiros passos rumo a sua consolidação como nação. A concepção positivista do mundo, em oposição à antiga visão metafísica, as revolucionárias teorias evolucionistas e a eugenia, ciência que visava o aperfeiçoamento físico, intelectual e moral da espécie humana, foram idéias que penetraram o Brasil e tiveram grande repercussão social, uma vez que se afinaram perfeitamente com os anseios de parte da elite política e intelectual brasileira de transformar o país em uma nação culta e civilizada. Por influência dos nossos principais mentores, as nações européias e norte-americana, foi propagada no Brasil a idéia de que a criança era a *chave para o futuro*¹⁷, o homem de amanhã, e assim, o novo projeto político, imbuído dessa nova concepção de criança, tornou necessária e urgente a intervenção sobre as crianças provenientes das camadas pobres da população, a fim de moldá-las de acordo com o que se pretendia para o país. Foi descoberto na criança o potencial que se tinha nas mãos, afinal, passava a ser identificado nela a possibilidade de moldá-la tanto para o bem, para as virtudes, quanto para o mal, para os vícios.

Em tempos de instituição de uma nova ordem econômica, política e social, em que as antigas estruturas passaram a ser questionadas, enquanto novos valores e leis começaram a ser instituídos, existiu o medo de se perder o controle sobre a massa da população, que crescia abruptamente. Existiu o temor de que ela se organizasse e se rebelasse contra a ordem republicana que estava se querendo consolidar. Em um momento de reestruturação do país se fez urgente restabelecer a ordem social e reprimir qualquer tipo de manifestação popular.

¹⁶ A criança pobre e abandonada já existia desde o período colonial, contudo, na passagem do século XIX ao século XX as crianças abandonadas materialmente e moralmente, que viviam nas ruas onde acabavam se “contaminando com vícios”, transformaram-se em criminosas, em *delinqüentes*. No século XIX, quando em São Paulo teve início a elaboração das estatísticas criminais, as crianças começaram a fazer parte de tais estatísticas. Assim, por exemplo, no ano de 1906 o relatório do Secretário da Justiça e Segurança Pública de São Paulo apontou 1500 *menores* presos pela polícia: 119 por gatunagem, 182 por embriaguez, 199 por vagabundagem, 458 por desordens e 486 por outros motivos (LONDOÑO, 1991; SANTOS, 2008).

¹⁷ Conforme explica Rizzini (2008), durante as primeiras décadas da República os discursos sobre as crianças pobres, abandonadas e sem-família contiveram alguns conceitos colhidos na história dos principais mentores da nação, a saber, os países industrializados da Europa e os Estados Unidos. Dentre os conceitos, a idéia de a criança ser a chave para o futuro. Começava-se a se reconhecer que o período da infância tinha importância e necessitava de formação adequada uma vez que a criança era um caminho possível para o país se libertar do atraso e da barbárie: “A missão era explicitada como requisito básico para o desejável progresso rumo à civilização e a fórmula estava no aperfeiçoamento econômico e moral da sociedade. Moldar a criança para transformá-la em ‘*homem de bem*’ era um investimento social necessário, sendo a criança pobre, ‘*moralmente abandonada*’, o alvo prioritário da assistência” (RIZZINI, 2008, p. 109 – grifos do autor).

Fenômenos que não tinham tanto sentido nas estruturas organizacionais do passado, nas quais os grupos eram mantidos sob autoridade centralizadora do dono da terra, ou do Senhor (seja no regime feudal ou patriarcal), apresentavam-se ameaçadores diante do grande crescimento populacional e da concentração desordenada nos espaços urbanos. Contribuíam para incrementar o fantasma destes perigos, o desconhecimento acerca das novas formas de organização social [...] Havia um verdadeiro “temor das massas” e do que elas eram capazes, se não fossem contidas (RIZZINI, 2008, p. 47).

A filantropia foi uma das estratégias utilizadas para preservação da ordem social, na medida em que funcionou como instrumento para controlar os pobres, agora enxergados como criminosos em potencial.

A concepção de uma criança futuro da nação encobria duas principais idéias: a de que crianças nascidas e criadas em meio à pobreza, concebida como *locus* do vício e da desordem, tornar-se-iam adultos reprodutores do vício e da desordem, e a idéia de que se algo fosse feito por estas crianças, por exemplo, se elas fossem retiradas do meio social pobre, e, portanto, deletério, e assistidas adequadamente elas poderiam vir a desenvolver virtudes, como a virtude do trabalho, transformando-se em cidadãos sadios e trabalhadores. A visão sobre a criança pobre, abandonada e sem-família que predominou nessa época foi um tanto quanto ambivalente, pois se de um lado a criança representava a esperança em um futuro melhor, desde que fosse retirada de seu meio social, tido como enfermiço, e devidamente reeducada, de outro lado ela representava uma perigosa ameaça, que até então nunca havia sido descrita com tamanha clareza; a criança passava a ser concebida não como naturalmente inocente, mas como portadora de elementos de perversão e vício. A criança proveniente das camadas mais pobres da população era, portanto, ao mesmo tempo um ser em perigo e perigoso, e intervir sobre ela tornava-se, aos olhos dos governantes, questão de ordem pública.

Salvar a criança superou a esfera da religiosidade e adquiriu uma dimensão política: a de controle e adaptação das crianças pobres e criminosas das camadas pobres aos valores e às normas sociais estabelecidas, com os propósitos de defender a ordem social, preservar o poder e os interesses das classes ricas, e consolidar o progresso de uma nação civilizada.

Preservar a infância da destruição a que a condena o desamparo dos cuidados de que Ela carece, é garantir á sociedade a permanência e a sucessão das vidas que hão de ser o sustentáculo da sua estabilidade e os elementos do seu progresso e engrandecimento. Politicamente não há obra mais fecunda do que esta e moralmente não há obra mais meritória (MONCORVO FILHO, 1926, citado por RIZZINI, 2008, p. 61).

A formação na sociedade brasileira das relações capitalistas de produção acentuou o abismo que já existia entre os que detinham a posse da riqueza gerada pelas atividades produtivas e os que viviam à margem de tudo o que era produzido e acumulado pela sociedade. Dessa forma, fez-se necessário que novos mecanismos de controle social fossem

elaborados, não com o objetivo de combater a pobreza, mas com a meta de controlar de forma eficiente a grande massa de trabalhadores cada vez mais empobrecidos.

Se até então este controle havia sido assegurado pela Igreja Católica e seus valores, como a contenção baseada na irracionalidade da fé e na noção de pecado, na fase filantrópica o discurso da moralidade e a imposição de uma prática moralizadora foram as estratégias empregadas para controlar a liberdade e enquadrar os comportamentos da massa à nova ordem social.

A população pobre foi separada em duas categorias: os pobres dignos trabalhadores e os pobres viciosos perigosos. Os pobres, porém dignos, eram aqueles que trabalhavam, que conseguiam manter a família unida e que seguiam os costumes religiosos; por trabalharem eles não representavam um problema, contudo, por pertencerem a uma classe biológica e social mais vulnerável e propensa a desenvolver doenças e vícios, eles deviam ser mantidos sob vigilância, afinal, qualquer eventualidade podia modificar-lhes o comportamento. Ficou determinado que a essas famílias cabia a responsabilidade de controlar seus filhos e seguir os parâmetros de moralidade definidos pela sociedade. Nos casos em que a família não conseguia cumprir tal dever, ela passava, a partir deste momento, a poder ter seu direito sobre seus filhos suspenso pelo Estado. As crianças nesta condição ficaram conhecidas como *abandonadas moralmente*¹⁸. Os pobres viciosos e, portanto, perigosos eram aqueles que estavam entregues ao hábito do vício e do ócio, que não seguiam as normas do *bem viver* em sociedade, e que, avessos ao hábito do trabalho, não seguidores dos princípios religiosos e ainda libertinos, abandonavam seus filhos à própria sorte. Essa categoria de pobres passou a ser vista pela sociedade como contaminada, sendo que tal contaminação era entendida como escolha do próprio sujeito, e foi o principal foco de intervenção social nas primeiras décadas da República, porque primeiramente representava uma ameaça que precisava ser erradicada, e segundo porque suas crianças precisavam ser salvas de suas prejudiciais influências (os genitores pobres contaminados), a fim de que pudessem desenvolver hábitos bons, honestos e saudáveis.

¹⁸ Nesta época, a questão do abandono moral foi o ponto central do discurso moralizador. Se até então a única modalidade de abandono havia sido o abandono físico, ou seja, a prática de famílias deixarem seus filhos pelas estradas, nas portas de casas de famílias ou ainda em alguma instituição, a partir deste momento começou a ser discutida a questão das famílias que não conseguiam cumprir o dever de educar adequadamente seus filhos: “Cuidar da infância fisicamente abandonada, era por direito da alçada do Estado, que dela faria o que julgasse melhor. Porém, como retirá-la do cerco da família – da sagrada família, até então totalmente protegida pela Justiça - para educá-la convenientemente? Sob o argumento do abandono moral, a família, literalmente taxada de ‘infractora’ (Vaz, 1905: 89), passa a ser acusada de cometer o terrível crime de desencaminhar os próprios filhos [...] E perde para o poder público a paternidade dos filhos” (RIZZINI, 2008, p. 71).

Para tornar concreta tamanha missão, surgiram associações filantrópicas, compostas por indivíduos da sociedade, e um movimento a favor de que o Estado assumisse a responsabilidade de criar políticas e de intervir na esfera do atendimento à criança.

Tornou-se necessário criar um substituto às famílias das crianças moralmente abandonadas, das crianças fisicamente abandonadas e daquelas que já estavam entregues ao mundo do crime; tal substituto tornou-se a tutela do Estado por meio de um aparato jurídico-assistencial. Determinou-se que tais crianças receberiam atendimento especializado, que consistia em ter seu caso examinado por um juiz, ser classificada de acordo com o seu grau de abandono e periculosidade, para então ser encaminhada às instituições de atendimento que tinham o propósito de oferecer um tratamento para preservação, quando a criança era classificada como digna, e para repressão, correção e regeneração, nos casos em que a criança era classificada como viciosa e criminosa.

O atendimento proposto tanto ao grupo das crianças dignas, quanto ao grupo das crianças classificadas como criminosas e viciosas, baseou-se nos mesmos princípios, a saber: a instrução, o trabalho, a contenção e o disciplinamento.

De uma forma geral, todas as crianças da sociedade foram categorizadas: as crianças nascidas em famílias “boas”, leia-se abastadas, que eram consideradas como naturalmente propensas a desenvolver virtudes e tinham sua vida e seu futuro assegurados pela família; as crianças nascidas nas famílias dos estratos mais pobres da população, que eram concebidas como naturalmente propensas a desenvolver vícios, perversões e patologias, e que por isso deviam ser assistidas, para desenvolverem a saúde e o hábito do trabalho, tido como uma das virtudes mais nobres, para terem corrigidos possíveis desvios de conduta, e para conseguirem se tornar honestas cidadãs trabalhadoras e chefes de família.

Em linhas gerais, o modelo assistencial que até então havia dominado a esfera do atendimento às crianças em situação de pobreza e abandono, e às crianças sem-família, tornou-se insuficiente e ineficiente. De um lado havia uma multidão de pobres que crescia de forma desenfreada, crianças que morriam aos montes no interior das instituições coloniais de atendimento e cresciam em número nas ruas das cidades; de outro lado havia o anseio de tornar o país uma nação civilizada, projeto este que tinha na criança seu mais importante elemento. Dessa forma, a sociedade passou a evocar intervenção do poder público, a exemplo do que já vinha acontecendo nos países ditos civilizados. Em pleno acordo com a secularização da sociedade, o Estado passou a dominar a área do atendimento à criança, por meio de diversas alianças com as instituições particulares, e os valores, já enfraquecidos, da caridade passaram a dar lugar aos ideais filantrópicos.

Por sua vez, as crianças deixaram de ser vistas como pobrezinhas e desamparadas, dignas da piedade alheia, e passaram a ser enxergadas como uma ameaça em potencial à

ordem social. Essa mudança, observada nas últimas décadas do século XIX e na Primeira República, decorreu de diversos aspectos, que juntos operaram tamanha transformação. Tais aspectos foram: a mudança estrutural do país, o rápido crescimento demográfico, o inchaço populacional dos núcleos urbanos e o aprofundamento do vinco entre a riqueza e a pobreza; o anseio de tornar o Brasil uma República civilizada; a crença de que no meio social pobre e miserável estavam localizados os focos de desordem e do vício, inimigos da paz social; a propagação das teorias biológicas em voga na época, que difundiram a idéia de que a criança pobre era portadora da célula do crime, e de que tanto os vícios quanto as virtudes podiam ser adquiridas, evitadas e corrigidas; o “surgimento” de crianças criminosas, as menores *delinquentes*, e a crença de que, por serem crianças, elas poderiam ter seu comportamento desviante corrigido pelo desenvolvimento do hábito do trabalho e da moralidade.

Todos esses fatores combinados constituíram a fisionomia da relação que nesse período histórico foi desenhada entre a sociedade brasileira e as crianças pobres, abandonadas e sem-família, e tornaram necessária, senão urgente, uma reforma civilizadora do país, cujo alvo principal foram estas crianças. Tamenha reforma foi encabeçada pelos grandes protagonistas sociais deste período: os médicos higienistas e os juristas.

1.2.3 Médicos e juristas

No último quartel do século XIX e nas primeiras décadas da Primeira República, médicos e juristas tiveram uma influência muito forte na sociedade brasileira. Aliados às questões econômicas e políticas do país, a medicina social e a Justiça foram responsáveis por operar transformações no homem, no espaço urbano, nas instituições sociais e na forma de se olhar as crianças pobres, abandonadas e sem-família.

À criança pobre respaldada pela família, ainda que esta fosse considerada ignorante, couberam principalmente os cuidados e as práticas da medicina higienista; às crianças abandonadas, de fato e moralmente, e às crianças viciosas coube-lhes o encaminhamento à Justiça (RIZZINI, 2008).

Apoiados em teorias que defendiam que o meio social era igualmente capaz de produzir criminosos e de evitar tal produção, o Direito passou a entender que tornava-se necessário não apenas punir e reprimir a criança, mas protegê-la e recuperá-la. Tal idéia foi materializada por meio da criação de uma legislação específica para as crianças tuteladas pelo Estado (RIZZINI, 2008).

O Juízo de Menores e o Código de Menores foram criados nos anos de 1920 e funcionaram como mecanismos para controlar a criança *menor* e enquadrá-la aos padrões de

normalidade social, por meio da disciplina e do trabalho. A principal idéia era separar o “joio do trigo”, salvando e preservando as crianças pobres e dignas, e imobilizando e regenerando as crianças menores *delinquentes* (RIZZINI, 2008).

O primeiro Juízo de Menores foi criado no ano de 1923, no Rio de Janeiro, e o órgão oficial centralizou o atendimento conferido ao *menor*. As atribuições do órgão foram: receber cada caso envolvendo um menor, avaliá-lo, classificá-lo e fazer os encaminhamentos pertinentes. Em todos os casos, a internação foi o tipo de resposta dada pelo judiciário, e para tanto existiam poucas instituições oficiais, algumas instituições mistas, subvencionadas pelo governo federal, e instituições particulares. Todas elas passaram, nesse momento, a ser fiscalizadas pelo Juízo de Menores (RIZZINI, 2008).

O trabalho do referido órgão funcionou apoiado pelo trabalho simultâneo da polícia. A ela cabia fazer rondas pela cidade e capturar não somente as crianças flagradas no ato do crime, que podia ser furto, embriaguez ou ociosidade, mas também aquelas que aos seus olhos eram suspeitas de poder cometer algum ato subversivo. Tudo justificava a apreensão de crianças e de jovens, que uma vez capturados eram enviadas ao Juízo de Menores (RIZZINI, 2008).

Conforme discutido anteriormente, os juristas embasavam-se em teorias que defendiam, entre outros pontos, a hereditariedade das taras e dos vícios. Foram eles os maiores responsáveis por propagar a nova concepção de criança, segundo a qual a criança pobre era naturalmente propensa ao crime. A crença de que a criminalidade era determinada geneticamente explica, em grande parte, porque medidas intensamente repressivas e policiais passaram a ser perpetradas contra a criança pobre, abandonada e sem-família (MARCÍLIO, 2006).

Um conjunto de leis específicas para a criança pobre e infratora foi elaborado e aprovado no ano de 1927 com o nome de Código de Menores. Entre outras questões, conforme a própria denominação mostra, a legislação consolidou novo conceito aplicado às crianças pobres, abandonadas e sem-família, a saber, o conceito de *menor*. Dessa forma, a palavra *criança* passou usualmente a designar aquela proveniente de família abastada, enquanto a palavra *menor* passou a ser empregada para designar as crianças passíveis de intervenção jurídica, ou seja, a criança abandonada material e moralmente, a criança sem-família e a criança delinqüente. O termo *menor* acabou se popularizando e extrapolando a esfera jurídica.

Não somente o profissional de Direito foi o protagonista responsável pelas mudanças operadas na esfera do atendimento à criança, mas também o foi o profissional de Medicina. Os discursos de ambos os profissionais foram igualmente moralistas, conservadores e salvacionistas, e tiveram a luta comum de moralizar e corrigir as crianças.

Os médicos higienistas tornaram-se verdadeiros planejadores urbanos. Grande parte das transformações que se operaram no final do século XIX e início do século XX esteve atrelada à esfera da saúde e da higiene, que se tornou condição para se alcançar o poder, o progresso e a civilização. O higienismo foi propagado no país durante as três primeiras décadas da República, e originou significativa produção de conhecimentos e práticas especializadas para a infância (MARCÍLIO, 2006; RIZZINI, 2008).

Os médicos atuaram de forma predominante sobre as famílias pobres dignas e trabalhadoras, e suas ações foram de natureza preventiva. Tais ações tiveram como principais metas: ensinar noções básicas de saúde e higiene do corpo físico, da mente e das emoções, ensinar os cuidados especiais adequados que se deveria ter com a criança, e inculcar os valores morais. Quanto ao raio de intervenção do médico, na época não houve um limite muito bem definido:

O médico era o salvador encarnado e, de certa maneira, o substituto do padre nas relações cada vez menos cunhadas pela religião [...] Eram os confessores e os conselheiros [...] Entendia-se caber ao médico o papel de zelar pelo futuro da humanidade (RIZZINI, 2008, p. 108).

Os higienistas transformaram o hospital, antes instituição destinada também a assistir os pobres e os desamparados, em órgão estritamente destinado a curar as pessoas enfermas; criaram instituições especiais para o enclausuramento disciplinar do louco, que nesta época passou a ser concebido como doente mental, e o espaço da clínica, enquanto todas as formas alternativas de cura que fugiam ao modelo europeu de medicina científica passaram a ser duramente condenadas; implementaram políticas de saneamento para os núcleos urbanos; transformaram as instituições para atender crianças em máquinas de fazer cidadãos sadios, disciplinados e trabalhadores (MARCÍLIO, 2006).

O projeto de medicalização das instituições sociais para crianças propôs duas medidas básicas: a construção de instituições em locais afastados dos centros das cidades e a organização interna das instituições fundamentada na salubridade do estabelecimento e na disciplina do interno (MARCÍLIO, 2006).

Basicamente, nesta época as instituições criadas para acolher e atender crianças pobres, abandonadas e sem-família foram estabelecimentos agrícolas e industriais, situados dentro do perímetro urbano, cuja proposta de atendimento consistiu na oferta de instrução e trabalho. Para as crianças consideradas criminosas, viciosas e pervertidas, as *delinquentes*, foram criados estabelecimentos industriais (para as crianças que eram absolvidas pelo Juízo

de Menores) e agrícolas¹⁹ (para as crianças condenadas), cuja proposta de atendimento também era a oferta de instrução e trabalho; contudo, por serem instituições destinadas a atender *delinquentes* havia a orientação de que elas fossem construídas na periferia dos centros urbanos (RIZZINI, 2008).

Os médicos higienistas também propuseram a criação de instituições totais²⁰, preventivo-correccionais, para segregação e reclusão das crianças delinquentes, e de instituições especializadas para crianças pobres, abandonadas e sem-família. Marcílio (2006) informa que tais instituições começaram a se multiplicar no período posterior à abolição da escravidão e na Primeira República. Segundo os higienistas era necessário mudar o modelo de atendimento das instituições existentes, e, de acordo com os seus projetos de estabelecimentos especializados para reclusão da criança os menores delinquentes deveriam ser separados dos menores pobres, abandonados e órfãos, a fim de que este último grupo não fosse contaminado pelo primeiro. Nas instituições totais, retirados e isolados da família e da sociedade, os menores receberiam educação elementar e formação profissional, permeadas por rígida disciplina e vigilância. Uma vez formados por estes princípios, e ajustados os que antes eram portadores de comportamentos desviantes, quando atingissem a maioridade, estariam aptos a deixar o ambiente estruturado e profilático da instituição para se reintegrarem à sociedade (MARCÍLIO, 2006).

Tanto os juristas quanto os higienistas propuseram modalidades diferentes²¹ de instituições, e, para tanto, foram criadas colônias agrícolas, escolas de artes e ofícios, institutos correccionais, orfanatos, entre outros (MARCÍLIO, 2006).

¹⁹ Sobre tais estabelecimentos, mais especificamente, os asilos agrícolas, Alessandra F. M. de Schueler (2000) traz um artigo em que discute a Associação Protetora da Infância Desamparada, criada no Rio de Janeiro em 1880, e apresenta o Asilo Agrícola de Santa Isabel, fundado em 1886, como um dos resultados das propostas da associação. A autora apresenta não apenas um retrato do asilo, com suas características arquitetônicas e seu funcionamento, mas discute a educação elementar e profissional oferecida pelo asilo, concluindo que o objetivo principal da instituição foi dar a formação necessária à criança para que ela fosse posteriormente enviada ao campo para trabalhar.

²⁰ A terminologia instituição total mencionada por Marcílio (2006) foi criada pelo sociólogo Erving Goffman. O tema é abordado em seu livro *Manicômio, prisões e conventos* (1974).

²¹ Ainda que modalidades diferentes de instituições tenham sido propostas, neste período, com base na idéia de que as crianças deveriam ser agrupadas de acordo com o seu motivo de apreensão, a fim de que, separadas em grupos, os vícios e os desvios de alguns não contaminassem aquelas que haviam sido institucionalizadas com a finalidade de terem suas virtudes e dignidade preservadas, é importante apresentar algumas considerações feitas por Santos (2002). O autor afirma que apesar da sistematização de um conjunto de leis específicas para a criança ter sido realizada, houve um descompasso muito grande entre as disposições do Código Penal e as condições concretas, materiais do Estado brasileiro para criar os estabelecimentos próprios para as crianças e jovens cumprirem as penas sentenciadas. Dessa forma, todas as crianças, ou seja, as consideradas vadias, delinquentes, viciadas e também as abandonadas, pobres e sem-família, eram enviadas a mesma instituição. Dentro do mesmo estabelecimento, as crianças eram então separadas em dois grupos distintos: o grupo dos criminosos e o grupo dos não criminosos, para que o primeiro grupo não contaminasse o segundo. Londoño (1991) também informa que sem estabelecimentos específicos para as crianças classificadas como delinquentes, nas cadeias das grandes cidades elas eram encarceradas junto com os adultos criminosos.

Segundo Marcílio (2006), todas as províncias desejaram fundar tais instituições para resolver a questão das crianças delinquentes e abandonadas que cresciam em número nas ruas, principalmente, dos grandes centros urbanos. As províncias que não dispunham de recursos para a fundação de tais instituições se lamentavam devido à impossibilidade de equacionar o problema das crianças sem-família, e das crianças em situação de pobreza e abandono, preocupadas com os prejuízos que tais crianças poderiam trazer as suas regiões. A autora traz o trecho do pronunciamento do vice-presidente de Mato Grosso, proferido no ano de 1899. Diante da impossibilidade de fundar em sua região uma colônia agrícola ele disse:

Bem sensível a falta que temos de um estabelecimento destinado a receber e educar os órfãos desvalidos, que nas nossas cidades crescem ao desamparo, sem receberem a indispensável instrução elementar nem aprenderem qualquer arte ou ofício mecânico do qual possam mais tarde tirar os meios de honesta subsistência (MENSAGEM DO 2º VICE-PRESIDENTE DO ESTADO, 1899, citado por MARCÍLIO, 2006, p. 215).

Ainda que o período posterior aos anos de 1930 até a tomada do poder pelos militares não corresponda ao período que neste texto se pretendeu detalhar, é importante mencionar que ainda na fase filantrópica, durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), uma política para as crianças pobres, abandonadas e sem-família foi melhor delineada. O governo federal centralizou a assistência, que até então vinha sendo organizada e executada pelo Juízo de Menores e pela atuação isolada de alguns estabelecimentos, e, para tanto, criou alguns órgãos federais. Entre eles, os mais importantes foram:

- O Departamento Nacional da Criança: subordinado ao Ministério da Educação e Saúde, o departamento foi criado no ano de 1940 com as propostas de estudar e divulgar a questão da maternidade, da infância e da adolescência, de dar auxílio federal aos Estados e subvenção às instituições particulares destinadas a atender este público, e de fiscalizar as ações de tais instituições.
- O Serviço de Assistência ao Menor (SAM): criado no ano de 1941 e subordinado ao Ministério da Justiça, passou a ser o grande coordenador dos serviços de assistência à criança no território nacional; o SAM não trouxe nenhuma prática inovadora ao atendimento à criança, ele apenas passou a dividir as tarefas desse atendimento com o Juízo de Menores, que até então havia sido o único grande responsável e executor da assistência. Ao SAM coube a execução do atendimento às crianças, por meio da triagem e da internação daquelas encaminhadas pelo Juízo de Menores, e a este coube fiscalizar o regime disciplinar e educativo dos internatos, além de julgar o caso de cada criança encaminhada pela polícia.

- A Legião Brasileira de Assistência: criada no ano de 1942 pela primeira dama Darcy Vargas; de caráter nacional o órgão visou a intervenção sobre a maternidade e as crianças necessitadas, por meio do financiamento de obras sociais, como lactários, postos de puericultura e educandários (RIZZINI, 2009).

Através desse breve resgate histórico, nota-se que em um primeiro momento, na fase caritativa, a criança foi enxergada por um viés estritamente religioso, que a concebeu como naturalmente corrompida (pecado original). Dessa forma, nessa fase o importante foi não deixar morrer as crianças abandonadas sem que antes recebessem o batismo, e, portanto, tivessem suas almas salvas. Afinada com a visão caritativa cristã, a sociedade via na criança abandonada, sem- família e pobre um ser digno de piedade e compaixão, uma vez que a falta de sorte a havia transformado em criatura infeliz e desgraçada. As próprias terminologias que foram utilizadas no período que correspondeu à fase caritativa para designar as crianças em situação de abandono, pobreza e as crianças sem- família, mostram de forma clara a imagem e a concepção de criança pobre, abandonada e sem-família que a sociedade elaborou na época. Tais terminologias foram: infeliz, desgraçada, desvalida, desafortunada, enjeitada e exposta (RIZZINI, 2008; TRINDADE, 1999).

Na fase da filantropia, a partir da metade do século XIX e durante a Primeira República, período este marcado “[...] Pelo predomínio da ciência sobre a fé, organização racional do espaço físico e social, porvir fulgurante e vitória da ordem e do progresso sobre as forças caóticas [...]” (CORRÊA, 1997, p. 107), a tônica do atendimento às crianças passou a ser assistir para prevenir e, quando não possível, assistir para corrigir e regenerar, com os objetivos maiores de educar para o trabalho e adaptar as crianças pobres aos padrões de normalidade socialmente estabelecidos. Nas instituições sociais de atendimento à criança o trabalho assumiu uma posição de destaque, desempenhando duas funções maiores: a de fazer a criança produzir riqueza social, e a de manter ocupada sua mão e sua mente, como forma de afastá-la do vício e do ócio, e como forma de regenerar aquela que já havia ingressado no mundo do crime. Neste período predominou o discurso em prol da salvação e da proteção da vida da criança, e foram reformulados os mecanismos de controle para defender a sociedade das crianças pobres, abandonadas e sem-família. Para tanto, foram criadas em diversas províncias do Brasil colônias agrícolas, escolas de artes e ofícios, institutos correccionais, reformatórios, orfanatos, asilos e colônias industriais, enquanto as velhas instituições coloniais de atendimento permaneceram funcionando.

Conforme explica Charlot (1979), as necessidades infantis foram, ao longo da história, respondidas pelo meio social em pleno acordo com o seu modo de produção, com suas estruturas. Dessa forma, a imagem da criança, sua representação social, estabeleceu-se, e

ainda se estabelece, com base na relação recíproca que existe entre a criança, os adultos e a sociedade, o que explica o porquê dessa imagem se transformar historicamente. Dessa forma, é possível notar que com a consolidação das relações capitalistas de produção no Brasil, o capital passou a criar estratégias específicas para sua reprodução e, no interior dessa lógica, as instituições assumiram novas funções, assim como foram redefinidos os papéis sociais dos diferentes grupos da população, neste caso as instituições de atendimento à criança e a categoria das crianças pobres, abandonados e sem-família, respectivamente.

Apresentada a história do atendimento à criança no Brasil, história esta que na literatura brasileira está baseada nas trajetórias dos principais núcleos urbanos do país, passemos agora à história de Mato Grosso e Corumbá, a fim de que essas histórias, abordadas em ambos capítulos, permitam desvelar e compreender o tipo de acolhimento e atendimento à criança que se desenhou na região sul de Mato Grosso, mais especificamente, em Corumbá.

CAPÍTULO II

MATO GROSSO E CORUMBÁ: DOS PRIMEIROS TEMPOS À REPÚBLICA

O objetivo do presente capítulo é apresentar em linhas gerais a trajetória econômica e política de Mato Grosso, procurando inserir nesta trajetória a história do município de Corumbá.

Resgatar o percurso econômico e político de Mato Grosso e apresentar a história de Corumbá são duas questões importantes para esta pesquisa porque explicam o processo de formação das condições de vida da população que ocupou e se fixou em Corumbá, e permitem desvelar as carências sociais, como a pobreza, que se formaram e foram impostas a esta população pelo processo de acumulação de capital na região, bem como as respostas que as iniciativas públicas e particulares deram, ou não, a tais carências (HAMDAN, 1997).

Ainda que no presente capítulo serão apontadas, em alguns momentos, as condições de viver da população pobre corumbaense, esta questão será retratada com maior detalhe no terceiro capítulo do trabalho.

Antes de apresentar algumas pesquisas sobre Mato Grosso nos anos imperiais e republicanos, é interessante fazer em um primeiro momento uma incursão no período colonial para se compreender a própria gênese do território mato-grossense, cujas porções norte e sul tiveram ao longo da história trajetórias diferentes, que vieram a culminar, em 1977, na divisão do estado uno em duas unidades federativas distintas (BITTAR, 2009).

A capitania de Mato Grosso foi criada em 1748, quando por determinação de um decreto régio o território foi desmembrado das terras paulistas. A região adquiriu visibilidade e importância algumas décadas antes, quando as bandeiras de Pascoal Moreira Cabral descobriram minas auríferas nas margens do rio Coxipó. Em decorrência desse descobrimento, no ano de 1719 o arraial de Cuiabá foi fundado (BITTAR, 2009).

As bandeiras foram expedições organizadas por homens paulistas e abertas à participação de gente de qualquer posição social. Homens brancos, índios e mamelucos reunidos lançavam-se nos sertões, em terras ainda desconhecidas, e marchavam durante dias e meses em busca de metais preciosos e de indígenas, para captura, escravização e venda. Segundo Fausto (2009), as bandeiras foram a grande marca deixada pelos paulistas no período colonial, responsáveis por estender os limites do território luso para além das demarcações estabelecidas pelo Tratado de Tordesilhas (1494). Apesar de a sociedade que estava se organizando na capitania de São Paulo trazer algumas características peculiares, como, por

exemplo, a não subserviência ao governo português, os objetivos das bandeiras nem sempre divergiram dos interesses da Coroa. Interessada em aumentar suas receitas, através da exploração de minas, bem como seu domínio territorial, nesta época muito disputado com a Espanha, a Coroa portuguesa chegou a incentivar diretamente certas expedições. A primeira descoberta significativa de ouro aconteceu no ano de 1695, em Minas Gerais, e nos quarenta anos seguintes foram encontradas minas auríferas na Bahia, em Goiás e em Mato Grosso (FAUSTO, 2009; BITTAR, 2009).

A decisão de explorar minas de metais preciosos no território colonial tomada pela Corte portuguesa decorreu basicamente do declínio do valor comercial do açúcar português no mercado externo, e, conseqüentemente, da crise econômica em que a colônia mergulhou. Furtado (1982) explica que a montagem de engenhos de açúcar holandeses nas Antilhas, que na época pertenciam à França e à Inglaterra, pôs fim ao monopólio do açúcar português no mercado exterior. Até este momento da história do Brasil, o açúcar, cuja produção havia se consolidado logo nos anos de 1530 e 1540, havia sido o principal produto de exportação da colônia portuguesa, e, portanto, sua base econômica. No século XVII, a concorrência entre o açúcar holandês e o açúcar português no mercado acarretou uma significativa queda do preço deste último, que levou a colônia e a metrópole portuguesa a uma séria crise econômica.

Nestas circunstâncias, Portugal, para sobreviver, aliou-se à Inglaterra, potência européia em ascensão política e econômica, por meio de acordos comerciais. Tais acordos estabeleceram concessões econômicas à Inglaterra em troca de proteção política para Portugal, que nesta época já havia deixado de ser o grande reino unificado e autônomo que fora no século XV. Além dos acordos comerciais firmados, a metrópole retomou o antigo interesse econômico que a havia levado a colocar os olhos e as mãos sobre as terras americanas descobertas, a saber: os rumores sobre a existência de metais preciosos no território. Conforme explica Celso Furtado (1982), na época em que as terras americanas foram descobertas, os rumores de que elas continham metais preciosos em abundância correram a Europa e foram os grandes responsáveis pela decisão de Portugal de defender e manter o território que lhe havia cabido pelo Tratado de Tordesilhas. A “[...] Miragem do ouro que existia no interior das terras do Brasil [...]” (FURTADO, 1982, p. 07) levou Portugal a pensar em alguma forma de utilizar economicamente o novo território, para que a renda da atividade produtiva viesse a financiar a defesa das novas terras das ameaças de invasão tanto da Espanha quanto de outras nações que não faziam parte do Tratado de Tordesilhas, mas que cobiçavam as terras recém descobertas por serem supostamente ricas em minérios. Dessa forma, a empresa colonial agrícola açucareira se consolidou na colônia e, no século XVII, quando entrou em crise pelo motivo anteriormente explicado, a concretização do antigo

interesse de buscar metais preciosos se tornou necessária porque passou a representar um meio de superação da crise financeira (FURTADO, 1982).

Conforme anteriormente mencionado, Cuiabá foi fundada em 1719, pelas expedições bandeirantes do sorocabano Pascoal Moreira Cabral. Com a descoberta de ouro em suas circunscrições, transformou-se em núcleo urbano, nascendo arraial e elevando-se à vila em 1727, a Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, já aparelhada administrativamente com uma Câmara local. Decorrente da atividade mineradora, o povoamento²² da porção norte da capitania do Mato Grosso teve início logo no século XVIII, o que não aconteceu com a porção sul (BITTAR, 2009).

Na época em que o Tratado de Tordesilhas esteve em vigor (1494-1750), as terras que viriam a compor o que séculos mais tarde ficou definido como o estado de Mato Grosso do Sul, pertenciam à Coroa espanhola. A Espanha começou a tomar posse do território em 1515, enquanto a missão jesuítica espanhola chegou à região em 1588, onde permaneceu até 1768. “[...] Território mais espanhol do que português [...]” (BITTAR, 2009, p. 40), somente em meados do século XVIII, com a revogação do Tratado de Tordesilhas e a validação do Tratado de Madri (1750), que trouxe novas demarcações territoriais para a Coroa portuguesa e espanhola, as terras pertencentes ao atual estado de Mato Grosso do Sul passaram a pertencer ao domínio territorial português (BITTAR, 2009).

Além do interesse em aumentar suas receitas, do que decorreu o incentivo às expedições bandeirantes e a fundação dos pequenos aglomerados populacionais nos arredores das minas, a necessidade de assegurar a posse territorial das novas terras adquiridas pelo Tratado de Madri, levou a Corte portuguesa a determinar que colônias militares, presídios e fortes fossem construídos na região de fronteira, porção sul de Mato Grosso. Desses redutos militares formaram-se alguns povoados nas últimas décadas do século XVIII, entre eles a Vila Nossa Senhora de Conceição de Albuquerque, atual Corumbá, fundada em 1778.

Ao longo do século XVIII houve intensa disputa entre a Coroa portuguesa e a Coroa espanhola pela demarcação das linhas limítrofes das terras que faziam fronteira entre o domínio espanhol e o domínio luso, notadamente, a região sul de Mato Grosso. Preocupado com o imenso território que deveria governar e ainda com a constante ameaça de invasão espanhola, o capitão-general Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (quarto governador da capitania, que assumiu seu comando em 1772) logo decidiu que era urgente erguer um forte na região meridional do território, para reforçar a defesa de Mato Grosso.

²² Quando a autora usa os termos povoamento e despovoamento, ela se refere à presença ou ausência de população branca, ou seja, a parte do reconhecimento de que o território estudado sempre foi ocupado pela população nativa indígena.

Para tanto, organizou expedições para que as terras fossem reconhecidas e para que a melhor localização estratégica para construção de um forte fosse encontrada. Assim nasceu o Forte de Coimbra, fundado no ano de 1775 pelo capitão Matias Ribeiro Costa (CORRÊA, 2006; SOUZA, [198-?]).

Luiz de Albuquerque determinou ainda que fosse encontrado um local aprazível para fundação de um povoado, determinação esta ligada à estratégia da Coroa portuguesa de ocupar a zona limite com os países vizinhos, para proteger seu território. Sob o comando do sertanista João Leme do Prado, as terras na região do Forte de Coimbra foram então examinadas, e em 1776 tal localização foi definida. Apesar de não ter registrado oficialmente a posse do local, o sertanista nele fez um assentamento e o chamou de Albuquerque. Ainda em 1776, Leme do Prado encontrou na mesma região um terreno mais favorável à fundação de um povoado, porque, diferente do primeiro assentamento, o novo terreno estava localizado acima do nível do rio, e, portanto, protegido de possíveis inundações. Mais uma vez, o sertanista tomou posse do local, desmatou-o e o limpou, e em seguida teve de retornar a Cuiabá para comunicar ao capitão-general suas descobertas e para requerer recursos financeiros necessários à ereção do povoado. Dois anos mais tarde Leme do Prado retornou ao local, instalando-se em terreno situado mais abaixo de onde seria fundado o povoado, por ter encontrado terras férteis para o cultivo de gêneros agrícolas. O local onde Leme do Prado se instalou tornou-se anos mais tarde o município de Ladário (CORRÊA, 2006).

As terras que sediarão a futura vila revelaram-se secas, ricas em calcário e não favoráveis ao plantio de gêneros agrícolas. A grande distância que mantinha das povoações mais desenvolvidas da colônia dificultou, quando não impediu, a chegada de produtos indispensáveis para abastecer o povoado. Os grupos populacionais incentivados a povoar as redondezas, com a promessa de receberem certos privilégios, não se deslocaram para região, por esta ser ainda terra desconhecida e desprovida de qualquer tipo de recurso. Nestas condições, obedecendo ao regimento da Corte portuguesa, a 21 de setembro de 1778 foi realizada a cerimônia oficial de fundação do povoado, que também recebeu o nome de Albuquerque. “[...] Cerimônia simples pelo isolamento, pelo pequeno número de pessoas presentes e pela pobreza reinante [...]” (SOUZA, [198-?], p. 28), esta foi a origem do povoado que veio a receber décadas mais tarde o nome de Corumbá.

A primeira Albuquerque não se estabeleceu na época como povoado, mas como aldeia do grupo indígena Guaikurú, cujo rebanho passou a abastecer o Forte de Coimbra, em acordo firmado entre os militares e os indígenas (CORRÊA, 2006).

Durante o período colonial, enquanto o povoamento da porção norte da capitania do Mato Grosso foi impulsionado pela exploração do ouro, os primeiros aglomerados de

população na porção sul surgiram nas linhas de fronteira, decorrentes da necessidade da Coroa em proteger seus domínios territoriais. Mesmo reconhecendo a importância estratégica de defesa dos redutos militares construídos, nas primeiras décadas de ocupação e povoação da capitania de Mato Grosso a Coroa destinou a eles poucos recursos financeiros. Dessa forma, os pagamentos dos militares estavam sempre atrasados, as guarnições careciam de munições suficientes e o pequeno contingente de militares que existia era despreparado, não tinha treinamento e ainda perecia com a falta de alimentos e com as doenças favorecidas pelo meio e pelas condições sanitárias precárias características daqueles primeiros aglomerados populacionais (GRESSLER, 1988; HAMDAN, 1997; BITTAR, 2009).

Segundo os registros do diário do sertanista Ricardo Franco de Almeida, apresentados por Corrêa (2006), no ano de 1786 a povoação de Albuquerque era composta por cerca de duzentas pessoas, que viviam em um regime de subsistência baseado no plantio do milho e do feijão. Algum algodão era cultivado, fiado e tecido no povoado para ser enviado a Cuiabá, mas nada de muito expressivo. Sobre a população de Corumbá no ano de 1791, Fonseca, apresentado por Ito (2000), registrou que esta era composta por um oficial, doze soldados, seis crianças brancas, cinquenta índios, nove escravos, onze mulheres, sessenta e duas índias e duas escravas, totalizando cento e cinquenta e quatro habitantes.

O relato do astrônomo Lacerda e Almeida, membro da comissão de limites para o Tratado de Madri, que esteve no povoado poucos anos após sua fundação, dá uma idéia da condição de vida da pequena população de Albuquerque:

A 26 de junho (1786), chegamos a povoação de Albuquerque. Esta povoação é só de miseráveis, que passam o dia cheios de fome e nudez: o comandante dela só cuida em utilizar o suor deles. Só estão fartos das palmotoadas, correntes e rodas de pau (F.J. LACERDA e ALMEIDA, Diário de Viagens [?], citado por SOUZA, [198-?], p. 29).

No ano de 1800 houve um incêndio no povoado, que dizimou a população local, deixando preservado apenas a única capela existente em Albuquerque (CORRÊA, 2006; SOUZA, [198-?]).

Conforme informações trazidas por Lécio Gomes de Souza [198-?], Albuquerque em 1810 não passava de uma fazenda de gado. Desenvolveu-se lentamente e chegou em 1833 com um inexpressivo núcleo de população formado.

Hércules Florence relata a estrutura do povoado de Albuquerque, no ano de 1826, e a composição étnica de sua população:

Pela manhã de 14 (dezembro de 1826) alcançamos a povoação de Albuquerque... Quatro lances de casas em torno de uma praça, uma capelinha intitulada igreja e uma casa para os oficiais de primeira linha constituem o povoado. Não vi senão quatro a cinco brancos; o resto era crioulo, caburé, mestiço ou índio. O comandante, oficial de milícias, era de cor parda (FLORENCE, H., 1941, *citado por* SOUZA, p. 31 [198-?]).

Enquanto o ouro e, em menor parte, a borracha (final do século XIX), foram responsáveis pela formação de núcleos populacionais e pelo desenvolvimento econômico da porção norte de Mato Grosso, ainda durante a colônia, no final do século XVIII, não apenas a necessidade de proteger o território, como também a procura por pastagens para criação de gado contribuiu para o povoamento da região sul da capitania. Provenientes de Minas Gerais, os primeiros grupos que se deslocaram para região foram criadores de gado, cujos rebanhos vinham aumentando progressivamente e exigindo mais terras para pastagem. Os mineiros encontraram em Mato Grosso, sobretudo na região dos chapadões da Vacaria, condições naturais favoráveis para a criação dos rebanhos. Teve início, dessa forma, os primeiros movimentos de implantação da atividade pastoril e a ocupação mais expressiva da porção sul da capitania (BITTAR, 2009).

Conforme anteriormente mencionado, da construção de fortificações militares para defesa e da necessidade de ocupar o território da linha da fronteira, nasceram os primeiros povoados na região sul de Mato Grosso, como, por exemplo, Albuquerque. Entretanto, a ocupação territorial efetiva e a expansão populacional da região se deram com a vinda das comitivas mineiras, paulistas, cuiabanas e gaúchas. Essas levas populacionais chegaram ao sul de Mato Grosso ao longo de todo século XIX, entretanto, foi no período após o término da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) que o território foi intensamente ocupado pelos criadores de gado. Segundo Bittar (2009), até a eclosão do conflito, a região foi predominantemente habitada por grupos indígenas, que defendiam suas terras da entrada da população branca. Durante a guerra, a população que ali havia conseguido se estabelecer morreu ou se dispersou para fugir da zona de batalha, e os grupos indígenas foram, em sua grande maioria, exterminados, de forma que após o término do conflito, o território estava vazio, desabitado. A disposição de vastas terras não ocupadas atraiu uma grande quantidade de levas imigratórias que, por meio da criação de gado, começou a formar na região sul de Mato Grosso as grandes fazendas (BITTAR, 2009).

Dessa forma, apesar da formação de pequenos núcleos de condensação humana, como, por exemplo, Albuquerque, a região sul permaneceu praticamente despovoada até as primeiras décadas do século XX, o que, segundo Bittar (2009), indica que apesar da extração

do ouro ter desenvolvido a região norte, tal atividade não integrou as duas regiões de Mato Grosso.

Se por um lado a atividade de mineração não integrou o interior da capitania, por outro lado articulou, ainda que precariamente, regiões distantes e, até então, muito pouco conhecidas da colônia, dando alguma visibilidade a essas regiões e trazendo-as ao cenário político e econômico colonial (FAUSTO, 2009).

No auge da exploração do ouro, a Coroa portuguesa, com os objetivos de aumentar sua receita e organizar os núcleos populacionais que estavam se desenvolvendo nas regiões das minas, logo centralizou a administração da atividade mineradora para melhor fiscalizá-la (o que explica a separação das terras mato-grossenses das terras paulistas e a criação de uma unidade de capitania distinta), criou mecanismos para arrecadação de tributos, como o quinto e a capitação, e estabeleceu normas para regular e controlar a entrada de imigrantes nas regiões das minas (FAUSTO, 2009).

Em Mato Grosso, a Coroa portuguesa concentrou seus investimentos na atividade mineradora, e não ofereceu incentivos ao desenvolvimento de outras atividades produtivas. Apesar dessa falta de incentivo, algumas poucas atividades existiram, como, por exemplo, a agricultura de subsistência, a lavoura de cana e alguns ofícios. O não investimento em outras atividades produtivas fez com que elas não se estruturassem de forma a garantir o abastecimento interno da capitania, que sempre teve que ser provido por um mercado externo. A alta lucratividade da atividade mineradora fez com que os exploradores investissem todos os seus recursos financeiros na mineração, e isso explica o mau abastecimento característico dos núcleos populacionais surgidos nas regiões das minas: “A fome acompanhava sempre a riqueza nas regiões do ouro” (FURTADO, 1982, p. 76).

Segundo Hamdan (1997), durante os anos da mineração a agricultura, a lavoura, alguns ofícios e também o comércio se desenvolveram, contudo, de forma irregular e instável porque a população não vivia fixada em alguma região de Mato Grosso. Nos primeiros tempos de ocupação e povoamento, devido ao rápido esgotamento das minas auríferas, as pessoas estiveram em constante movimento pelo território, sempre em busca de novas minas de metais preciosos. Não raro, a população também era convocada a dirigir-se aos povoados na fronteira, para auxiliar a defesa do território. O não estabelecimento definitivo da população nos pequenos e poucos povoados existentes contribuiu sobremaneira para que a produção e o consumo não se organizassem de forma estruturada na época da mineração.

Conforme explica Furtado (1982), a atividade mineradora no Brasil esteve marcada por duas principais características: a incerteza e a mobilidade. Incerteza porque não era possível ser calculado ao certo o tempo que uma lavra iria durar, e mobilidade porque as

lavras tinham uma vida curta, ou seja, esgotavam-se rapidamente, de forma que as empresas para exploração dos metais e os pequenos aglomerados de população se organizavam de forma que estivessem sempre preparados para se deslocarem em busca de novas minas (FURTADO, 1982).

Fausto (2009) atribui à Coroa portuguesa o investimento feito nas regiões auríferas e os mecanismos criados por ela para fiscalizar, controlar e garantir seu monopólio sobre o ouro que era então extraído. Hamdan (1997) afirma inclusive que a atividade mineradora não trouxe desenvolvimento significativo para Mato Grosso, porque a Coroa portuguesa, através dos altos impostos e da fiscalização rigorosa, recolheu a maior parte da riqueza que foi extraída da região, ou seja, para os próprios colonos que exploraram as minas não foi possível amealhar quantias significativas de ouro. Entretanto, Furtado (1982) explica que na realidade a maior parte do ouro extraído do Brasil não foi enviada a Portugal, mas à Inglaterra, devido ao acordo comercial firmado entre ambos logo no primeiro decênio do século XVIII (Tratado de Methuen, 1703), justamente no período em as minas começaram a ser exploradas. Dessa forma, pode-se dizer que o ouro extraído do Brasil teve três destinos diferentes: as regiões das minas coloniais, Portugal e Inglaterra.

Como todo ciclo econômico, a exploração da atividade mineradora teve sua fase inicial, a que se sucedeu seu apogeu e declínio. A economia mineira cresceu no Brasil no primeiro decênio dos anos de 1700 e teve seu apogeu nos anos de 1750 e 1760. O esgotamento das minas auríferas e alguns outros fatores, que serão em seguida examinados, relegaram Mato Grosso ao isolamento e à estagnação material. Por não ter havido nas regiões das minas significativo investimento econômico em outras atividades produtivas, quando as minas se esgotaram os núcleos populacionais nascidos da atividade mineradora decaíram rapidamente. De forma geral, um regime de subsistência se estabeleceu entre uma população isolada entre si e espalhada pelas vastas regiões interioranas (FURTADO, 1982).

Por não dispor de algum outro produto para exportação, que pudesse substituir em importância econômica o valor que o ouro teve, com fim do ciclo do ouro Mato Grosso sofreu sério declínio econômico. Somado a não existência de uma atividade produtiva que pudesse trazer estabilidade e rentabilidade para a população dos pequenos aglomerados populacionais, a distância territorial que estes povoados mantinham dos principais centros abastecedores da colônia, distância essa quase impossível de ser vencida devido à falta de vias de acesso²³ às demais regiões da colônia e devido aos escassos meios de transporte que existiam na época,

²³ Segundo as informações trazidas por Gilberto Luiz Alves (2003) a única via de acesso que existia na época interligando Mato Grosso ao Rio de Janeiro, a São Paulo e à Bahia era a estrada de terra de Goiás, cujo percurso exigia uma viagem superior a quatro meses de duração.

isolava a região mato-grossense. Isolada, a troca comercial com os centros produtores da colônia ficava muito dificultada, uma vez que os custos de produção acrescidos pelos custos de transporte elevavam sobremaneira os preços das mercadorias. Dessa forma, Mato Grosso quase não conseguia vender os poucos gêneros agrícolas que produzia, como o algodão, o açúcar e o fumo, e também quase não conseguia comprar as mercadorias que lhe faltava. O tucano comércio que existia era exclusivamente de mercadorias de primeira necessidade e de pequeno volume, uma vez que eram transportadas por tropas de burros e cavalos (ALVES, 2003).

Pelos pontos até o momento examinados, nota-se que os primeiros colonos que procuraram se fixar em Mato Grosso se depararam com adversidades que, ao longo dos anos, acabaram por criar uma condição de vida para a população marcada pela pobreza e pela miséria. Nos anos de intensa exploração de minérios a maior parte da riqueza extraída não ficou em Mato Grosso, ou seja, para os colonos que trabalharam nas minas não restou muita coisa. Com o fim da mineração, nenhuma atividade produtiva veio a substituir em importância econômica o valor que os minérios alcançaram, ou seja, a população não dispunha de recursos financeiros para investir em alguma outra atividade produtiva, e precariamente conseguia produzir para sua subsistência. A agricultura e a criação de animais existiam apenas para suprir as necessidades de alimentação dos habitantes. A distância territorial isolava Mato Grosso do restante do país e encarecia de forma proibitiva o valor comercial das mercadorias, de forma que a região foi neste período muito mal abastecida por todo tipo de produto, inclusive, os artigos de primeira necessidade. Por ser uma região de fronteira e, portanto, estratégica para defesa do território contra os invasores espanhóis, a população fixada, sobretudo, na região sul de Mato Grosso sofreu com os recorrentes conflitos e ameaças de invasão dos vizinhos inimigos. Para completar o quadro de circunstâncias adversas, o território era predominantemente ocupado por grupos indígenas que ofereciam resistência à entrada de homens brancos, o que contribuía para o aumento do clima de insegurança entre a população branca diminuta (CORRÊA, 2006; ALVES, 2003; SOUZA, [198-?]).

Em linhas gerais, Mato Grosso chegou à primeira metade do século XIX composto por poucos e pequenos núcleos populacionais, formados em decorrência ou das riquezas naturais (minas auríferas) de suas terras ou de suas posições estratégicas para defesa do território (regiões de fronteira), e por uma população diminuta e pobre, devido às características da própria região que acabavam por dificultar a fixação e a sobrevivência do homem branco no território.

Quanto à fisionomia econômica da colônia, em decorrência do profundo declínio da atividade mineradora e do baixo valor do açúcar no mercado externo, o Brasil chegou ao fim

do século XVIII mergulhado em nova crise econômica. Enquanto isso, na Europa as guerras napoleônicas e a ocupação de Lisboa pelas tropas francesas levaram a Corte portuguesa a se transferir para o Brasil no ano de 1808. A ocupação de Lisboa, que nesta época era o principal entreposto entre a colônia portuguesa e o mercado externo, determinou que os portos do Brasil fossem abertos, a fim de que este passasse a estar em contato direto com os principais mercados internacionais abastecedores. Os portos do Brasil foram abertos ainda no ano de 1808, e em franco declínio econômico, Portugal no ano de 1810 firmou novo acordo comercial com a Inglaterra, com objetivos semelhantes àqueles que o levaram a firmar o Tratado de Methuen em 1723 (FURTADO, 1982).

No ano de 1822 o Brasil proclamou a Independência, separando-se politicamente de Portugal. Cinco anos mais tarde um novo acordo comercial foi firmado entre o governo imperial brasileiro e a Inglaterra, o que, segundo Furtado (1982), significou que apesar de o Brasil ter se tornado independente de Portugal, os acordos comerciais mencionados consolidaram sua dependência econômica da grande potência inglesa. Dessa forma, a autonomia do poder político no Brasil, que após a eliminação do poder pessoal de D. Pedro I foi assumido pelo grupo mais forte economicamente, ou seja, os senhores agrícolas escravistas, foi entravado pelo sistema de privilégios econômicos criado pela Inglaterra no Brasil. Enfrentando sérias dificuldades financeiras decorrentes de tais circunstâncias, armou-se um conflito entre a Inglaterra e os senhores agrícolas escravistas, e uma série de revoltas provinciais no Brasil, visto que a população era o segmento da sociedade que mais sofria com as crises econômicas e com as medidas impostas pelo governo central para equacioná-las. Os anos de 1820, 1830 e 1840 foram marcados por intensas revoltas contra o governo imperial centralizado, e em Mato Grosso, o ódio aos portugueses, que compunham o grupo detentor do monopólio comercial na província, cresceu entre a população e desencadeou o conflito que ficou conhecido como Rebelião Cuiabana²⁴ (FURTADO, 1982).

Em linhas gerais, o Brasil atingiu a primeira metade do século XIX em um clima de agitação política. Neste período algumas figuras políticas governaram o país em nome do Imperador, e temas como o grau de autonomia das províncias e unidade territorial estiveram em alta; o Brasil vivia uma estagnação econômica, com exportação em baixa e, conseqüentemente, baixa de importação, e contava com uma organização econômica baseada

²⁴ A Rebelião Cuiabana, também conhecida por Rusga, aconteceu em Mato Grosso no ano de 1834. Segundo Alves (2003), o conflito, que envolveu sobretudo os componentes da burguesia comercial local, contribuiu para que o declínio econômico que a província vinha vivendo desde o esgotamento das minas se acentuasse, porque o grupo mais forte econômica e politicamente, o grupo dos comerciantes portugueses, ou foi trucidada pelos *nativistas*, ou fugiu de Mato Grosso, levando consigo todo o capital de que dispunha. Dessa forma, a província sofreu com a evasão de capitais para outras regiões (ALVES, 2003).

em uma velha estrutura intacta e pouco produtiva, visto que o açúcar havia perdido seu valor econômico no mercado externo, fundamentada no latifúndio, na monocultura e no trabalho escravo. A situação econômica do país tornava urgente o cultivo de um novo gênero agrícola, visto que a terra era o grande recurso produtivo abundante no Brasil, que tivesse significativa importância econômica no mercado externo. O cultivo do café despontou e abriu para a economia do Brasil uma nova fase (FURTADO, 1982; FAUSTO, 2009).

Apresentado o panorama político e econômico do Brasil no final do século XVIII e na primeira metade do século XIX, torna-se necessário analisar a configuração que seu contorno tomou em Mato Grosso e Corumbá.

A comunicação de Mato Grosso com as demais regiões do país, que até então apenas havia sido possível por meio da estrada de terra de Goiás, foi profundamente transformada pela via fluvial e navegação. A estrada ferroviária só chegaria ao estado em 1910, com a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, ligando São Paulo ao sul de Mato Grosso, e as rodovias seriam construídas apenas em 1950, de forma que a via fluvial passou a desempenhar fundamental importância para a província (FAUSTO, 2009).

No período em que a atividade mineradora declinou, a navegação adquiriu grande importância para Mato Grosso, porque passou a ser uma alternativa rentável para sobrevivência econômica da região. A navegação fluvial colocou Mato Grosso em contato com os centros abastecedores nacionais e, sobretudo, internacionais, reduziu a distância territorial que separava e isolava Mato Grosso do restante do país, e barateou o valor comercial das mercadorias, ao reduzir o custo de transporte (CORRÊA e CORRÊA, 1997).

Em abril de 1853, o porto de Albuquerque, localizado às margens do rio Paraguai, foi habilitado para o comércio estrangeiro, e passou a monopolizar o fluxo mercantil de toda a província de Mato Grosso, visto que o rio Paraguai era a única via de acesso entre Cuiabá e as cidades platinas, e entre Mato Grosso e o restante do país. Além do grande fluxo de mercadorias que passou a circular diariamente por Albuquerque, o povoado tornou-se parada obrigatória para repouso e hospedagem de muitos viajantes que desejavam chegar até a vila de Cuiabá. A rota fluvial do comércio estava fixada e Albuquerque começava a se transformar na cidade mais importante de toda a província (CORRÊA, 2006; BITTAR, 2009).

Os anos de 1850 representaram uma linha divisória importante para a história de Albuquerque. Se desde sua fundação o povoado havia vivido às mínguas, esquecido pelo governo central, a segunda metade do século XIX trouxe para Albuquerque uma perspectiva de crescimento. Dois fatores concorreram para tal mudança, a saber: a relação política que vinha se desenhando entre o Brasil e o Paraguai, que estimulou o Império brasileiro a dar início a uma política de amparo à fronteira, através de investimento de recursos financeiros na

região, a fim de estruturá-la, sobretudo militarmente, para eventual conflito com o país vizinho; a abertura de toda rede hidroviária da Bacia do Prata, decorrente de acordo firmado entre o governo brasileiro e o governo paraguaio que até então detinha o monopólio sobre um trecho da rede hidroviária (ITO, 2000; ALVES, 2003).

A abertura da navegação do rio Paraguai e o investimento do governo central na região da fronteira tornaram o porto de Albuquerque ponto estratégico para toda a província de Mato Grosso. As atividades portuárias atraíram um grande número de comerciantes, que começaram a fixar seus negócios e suas residências na vila, como foi o caso do comerciante português Manoel Cavassa. No ano de 1853 foi instalada no povoado uma Mesa de Rendas; em 1856 a navegação de barcos brasileiros e estrangeiros no rio Paraguai foi franqueada, devido ao Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, firmado entre o Império do Brasil e a República do Paraguai. No ano de 1857, o povoado passou a sediar duas unidades de artilharia. Em 1861 foi instalada uma estação fiscal, que trouxe para Albuquerque um batalhão de soldados e engenheiros para construção do quartel e de edifícios públicos. Aos povoados de fronteira, incluindo Albuquerque, foram enviados munições, trens de guerra e militares, foram fundadas fábricas de pólvora e de ferro, o preço da mão-de-obra foi elevado e as obras públicas foram incrementadas. No ano de 1862, por decreto de Lei provincial, Albuquerque tornou-se vila, recebendo o nome de Vila de Corumbá. Nas palavras de Souza ([198-?], p. 54): “Ventos fagueiros sopravam a favor de Corumbá [...] Tudo contribuía para seu progresso e florescimento. Forasteiros, comerciantes, armadores e agentes de companhia de navegação instalavam-se diligentemente na vila” (SENA, 2010; CORRÊA, 2006; CORRÊA e CORRÊA, 1997).

Com a Guerra do Paraguai este quadro sofreu alterações e, segundo Jacomeli (1998), se por um lado o conflito agravou um quadro de miséria que havia se iniciado com o fim do ciclo do ouro, porque com as batalhas os poucos recursos financeiros da região se esgotaram e a dívida do Brasil com a Inglaterra aumentou, por outro lado, o desenrolar do conflito favoreceu o desenvolvimento de Mato Grosso. Antes de examinar quais foram os benefícios trazidos pela guerra, vale apresentar o que foi a Guerra da Tríplice Aliança, ou Guerra do Paraguai, devido à importância que teve para história de Mato Grosso e de Corumbá.

Conhecida no Brasil por Guerra do Paraguai e na América espanhola por Guerra da Tríplice Aliança, as batalhas tiveram início em novembro de 1864 e envolveram um grupo de aliados, formado pelo Brasil, a Argentina e o Uruguai, e o Paraguai. Segundo Fausto (2009), na historiografia brasileira há diferentes formas de se interpretar o conflito. Por exemplo, para alguns historiadores a guerra aconteceu em decorrência dos planos expansionistas do ditador paraguaio Solano López, enquanto outros autores entendem que o conflito foi mobilizado

pelos interesses imperialistas ingleses de expandir seu mercado externo. Fausto (2009) relaciona a guerra com o processo de formação dos Estados Nacionais na América Latina e com a disputa entre eles pela posição de Estado dominante.

Após o fim do colonialismo espanhol, no início do século XIX, o território que antes compreendia o Vice-Reinado do Rio da Prata dividiu-se em Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia. O Paraguai, desde 1810, não aceitando subordinar-se aos interesses dos setores comerciais do porto de Buenos Aires, começou a agir de maneira autônoma. Em 1813, a burguesia comercial portenha da Argentina bloqueou os rios Paraguai e Paraná, que compunham a via de acesso do Paraguai ao mar e, portanto, fundamentais para o comércio exterior do pequeno país, e a partir de então, o Paraguai se isolou e buscou de forma independente desenvolver seu território. Algumas décadas mais tarde, em 1862, com Solano López no governo paraguaio, o pequeno país já se encontrava em pleno desenvolvimento econômico: material de guerra era estocado, técnicos europeus eram trazidos ao país para modernizá-lo e o interesse em restabelecer os vínculos com o mercado externo, e, portanto, em controlar a navegação nos rios Paraguai e Paraná, era retomado (FAUSTO, 2009).

Quanto à Argentina, esta estava dividida em dois grupos de interesses contrários: o setor comercial, que através do porto de Buenos Aires detinha o controle do comércio exterior argentino, e as elites regionais, formadas por grandes proprietários, industriais e comerciantes, voltadas ao mercado interno. O Uruguai por sua vez, influenciado politicamente pelo Brasil, pois os gaúchos, criadores de gado, se interessavam por suas terras, também estava dividido entre comerciantes e proprietários rurais. E quanto ao Brasil, sua relação com a Argentina era o termômetro que media sua relação com o Paraguai, ou seja, quando seus interesses divergiam dos da Argentina, sua tendência era aproximar-se do Paraguai, mas quando a relação com o governo argentino ia bem, as diferenças com o Paraguai tornavam-se evidentes. Tais diferenças resumiam-se a questões geopolíticas, a saber, questões de fronteira e o interesse brasileiro em tornar livre a navegação do rio Paraguai, por este ser a principal via de acesso ao Mato Grosso (FAUSTO, 2009).

Corrêa (2006), assim como Fausto (2009), atribui ao interesse de controlar a navegação do rio Paraguai o principal motivo dos conflitos surgidos entre o Brasil e o país inimigo.

Em novembro de 1864, as relações diplomáticas entre o Brasil e o Paraguai foram rompidas, quando um navio brasileiro foi aprisionado por uma canhoneira paraguaia no rio Paraguai. Os países aliados já estavam unidos desde 1862, quando Bartolomé Mitre assumiu o governo na Argentina e implantou uma política bem vista tanto pelo Brasil quanto pelo Uruguai (FAUSTO, 2009).

A guerra oficialmente teve início em dezembro de 1864, após Solano López ter lançado uma ofensiva contra o Mato Grosso. Após a eclosão do conflito, em três de janeiro de 1865 a Vila de Corumbá foi invadida pelas tropas paraguaias, que a ocuparam por três anos, conferindo-lhe, inclusive, nova denominação: Província do Alto Paraguai. Os paraguaios atacaram primeiramente o Forte de Coimbra e os militares do forte logo foram se refugiar em Corumbá, assim como a população de Albuquerque e dos pequenos aglomerados populacionais ribeirinhos. A par da invasão e antes que as tropas inimigas chegassem a Corumbá, seus militares e oficiais abandonaram-na, e grande parte da população civil por não dispor de meios para fugir permaneceu na vila. Os paraguaios aportaram em seus vapores em Ladário e para Corumbá se dirigiram por terra (CORRÊA, 2006).

Sob o poder e vigilância dos paraguaios, a população civil que permaneceu em Corumbá, como, por exemplo, o comerciante Manoel Cavassa e sua família, reestruturou da forma como foi possível seu cotidiano e suas atividades comerciais. No ano de 1866, Solano Lopez ordenou que toda população masculina não paraguaia fosse aprisionada e enviada a Assunção. Mulheres e crianças tiveram o mesmo destino, como será visto logo adiante, e na capital paraguaia foram distribuídas em casas de família para trabalharem em troca de comida (CORRÊA, 2006).

Sobre a situação das crianças do sexo feminino durante a invasão e ocupação de Corumbá, Corrêa (2006) apresenta uma interessante informação, trazida por dois autores, George Thompson (1968) e Jorge Maia (1964). Segundo os autores, foi prática usual perpetrada pelas tropas inimigas a violência sexual, não somente contra as mulheres encontradas na vila, mas também contra as meninas, que “[...] Ainda em tenra idade [...] Foram estupradas barbaramente” (MAIA, 1964, p. 174, *citado por* CORRÊA, 2006, p. 27).

Apesar de o Paraguai estar muito bem preparado militarmente para a guerra, ao longo dos anos a força dos três países aliados cresceu e o peso de suas economias, políticas e demografias, superiores ao país inimigo, fizeram-se sentir. Em três de abril de 1868 as tropas guaranis vencidas retiraram-se de Corumbá e no ano de 1870 as tropas brasileiras exterminaram o último exército paraguaio. O Paraguai foi arrasado no conflito, tornando-se mero exportador de gêneros agrícolas de pouca importância (SOUZA, [198-?]; FAUSTO, 2009).

O que restou da região sul de Mato Grosso, palco do conflito, foi um vasto território vazio e destruído. Os povoados foram destruídos, as lavouras queimadas e as fortificações destruídas. Em Corumbá, as casas comerciais foram saqueadas, o gado das fazendas, que até a eclosão do conflito estavam se desenvolvendo em seus arredores, foi roubado, e a população

que permaneceu na vila durante o conflito foi perseguida, violentada, e presa, quando não morta (CORRÊA, 2006; SOUZA [198-?]).

Com o fim da guerra, os civis que foram enviados e aprisionados em Assunção começaram a retornar ao Brasil, assim como as famílias de Mato Grosso, que durante o conflito se refugiaram em outras regiões do país. Uma informação interessante trazida ainda por Corrêa (2006) merece ser transcrita por mencionar a situação das crianças mato-grossenses no período que se seguiu ao término da guerra. Trata-se de um registro feito por um oficial da Missão Especial do Brasil no ano de 1870:

Na relação n. 2 estão mencionados os nomes das pardas Benedicta dos Santos, Catharina dos Santos e Izabel dos Santos, que aqui se achão com uma família paraguaya, com perigo de sua liberdade para o futuro, pois são de menor idade e orphãos... Depois de alguma difficuldade conseguimos tirar do poder dessa família as referidas brasileiras [...] Benedicta terá a idade de 14 annos, Catharina e Izabel a de 4 ou 5 (OF. DA MISSÃO ESPECIAL DO BRASIL, ASSUMPÇÃO, 1870, citado por CORRÊA, 2006, p. 39).

O documento ainda contém o registro do número de pessoas livres libertadas em Assunção e afirma que a maior parte dessas pessoas era doente e jovem (CORRÊA, 2006).

Renato Pinto Venâncio (2008) traz em seu artigo interessantes informações a respeito da situação das crianças do sexo masculino durante a Guerra do Paraguai. O autor informa que com a eclosão da guerra, o governo imperial por não estar preparado para um conflito longo, ordenou que todas as crianças das Companhias de Aprendizes Marinheiros do Brasil fossem enviadas às zonas de batalha, e que crianças do sexo masculino, mesmo sem formação prévia ou qualquer tipo de treinamento, fossem recrutadas e enviadas ao combate. O autor explica que, diferentemente da postura adotada pelos países europeus, no Brasil o recrutamento de crianças não foi pensado como último recurso. Segundo os dados de Souza (1996), apresentados por Venâncio (2008), as companhias contavam no ano de 1863, um ano antes da guerra, com 93 crianças matriculadas; no ano de 1864, este número elevou-se para 382; três anos seguintes 814 crianças estavam alistadas como combatentes na guerra; e no ano de 1868, o batalhão brasileiro era composto por 1470 crianças. Todas estas recrutadas sem diferenciação por faixa etária.

Em que pese a louvação da historiografia oficial em relação aos “grandes almirantes”, foram os garotos saídos das ruas, ou praticamente raptados das suas famílias, que de fato se expuseram aos perigos das balas de metralhadoras e de canhões. Foram eles que, de maneira mais arriscada, ajudaram os aliados antiparaguaios a vencer a guerra (VENÂNCIO, 2008, p. 208).

Conforme anteriormente mencionado, apesar de a guerra ter agravado alguns problemas econômicos em Mato Grosso, o desfecho do conflito trouxe grandes benefícios para a província. Mato Grosso que já utilizava no período anterior à guerra os rios da Bacia Platina para navegação, não podia, contudo, explorar todo o potencial da rota fluvial, visto que o Paraguai detinha o controle sobre o comércio, e visto que as relações entre o Brasil e o país vizinho andavam estremecidas. Com o Paraguai vencido, a navegação pelos rios da Bacia Platina se tornou de livre acesso ao Brasil, o que trouxe significativo desenvolvimento para Mato Grosso e para a vila de Corumbá, que, nas palavras de Corrêa e Corrêa (1997, p. 08), “[...] Tornou-se após a guerra um centro cosmopolita e de grande atividade comercial, irradiando sua influência para todo o Mato Grosso”.

Diversas companhias de navegação nacional e internacional se instalaram em Corumbá, os criadores de gado que haviam se retirado da região nos anos de guerra retornaram com suas famílias para recuperar suas fazendas, incrementando a pecuária na região, e o comércio local portuário, favorecido pelo fato de Corumbá se constituir a principal porta de entrada e saída de mercadorias de Mato Grosso, desenvolveu-se, tornando Corumbá o principal centro distribuidor de mercadorias de Mato Grosso. Segundo Corrêa (2006), para Mato Grosso os anos que se seguiram à Guerra do Paraguai foram o período de reocupação do território e reconstrução das propriedades, que para se concretizar contou não apenas com as iniciativas de particulares, mas também com alguns auxílios do governo provincial e imperial. Tais medidas contribuíram para o restabelecimento da vida urbana em Corumbá, e para a sua reorganização administrativa, tendo sido aparelhada com uma Câmara Municipal em 1872, mesmo ano em que a alfândega voltou a funcionar (CORRÊA, 2006; SOUZA [198-?]).

A internacionalização das águas do rio Paraguai até Corumbá e a isenção de impostos para as mercadorias importadas e exportadas expandiu e consolidou o comércio fronteiriço. O intenso desenvolvimento do comércio portuário fez surgir e consolidou uma elite de coronéis urbanos vinculados ao comércio internacional, e, segundo Alves (2003), o segmento social do *grande comerciante do porto*, composto de forma predominante por comerciantes estrangeiros, apesar de ter surgido no ano de 1857, quando a navegação fluvial para Mato Grosso foi franqueada, no período pós-guerra, com a desobstrução das vias fluviais da Bacia do Prata para o comércio em grande escala, ganhou expressão. O grande comerciante portuário foi o maior agente do progresso em Mato Grosso neste período, homem cosmopolita, em contato direto com o Rio de Janeiro, Buenos Aires, Montevideú, Assunção e com os principais mercados europeus, foi um típico profissional do período da maquinaria industrial. A expansão do comércio portuário local e o enriquecimento dos comerciantes foram tamanhos, que Corumbá chegou a reivindicar a condição de capital de Mato Grosso. O

dinamismo e a intensidade das atividades comerciais foram traduzidos no espaço e na arquitetura das imponentes Casas Comerciais²⁵ do porto, clara manifestação do capital que os comerciantes estavam amalhando (ALVES, 2003; CORRÊA, 2006).

Nesta época, já existiam os criadores de gado, entretanto, suas propriedades ainda estavam em fase de formação visto que eles estavam voltando a ocupar e a reconstruir, de forma lenta e gradativa, suas fazendas de gado. A distância entre o centro urbano e a zona rural, somada a dificuldade de transporte, acabavam distanciando os fazendeiros do dia a dia e da vida política do núcleo urbano, de forma que os grandes comerciantes portuários tornaram-se, neste período, o grupo mais forte econômica e politicamente em Corumbá, na região e em todo Mato Grosso. (ALVES, 2003; CORRÊA, 2006).

Diariamente passaram a aportar em Corumbá vapores ingleses abarrotados de mercadorias, e também navios provenientes de Assunção, Montevideu e Buenos Aires que cheios de mercadorias enchiam as casas comerciais, até seguirem em pequenas embarcações rumo ao interior de Mato Grosso. Por Corumbá ainda passou a circular grande parte da produção regional que se destinava ao exterior. Alguns outros ramos de produção também começaram a ser explorados, o consumo de mercadorias foi elevado e a vila se desenvolveu. Para se ter uma idéia do quanto Corumbá cresceu no período pós-guerra, segundo as informações de João Severiano da Fonseca (1880), apresentadas por Alves (2003), Corumbá no ano de 1861 contava com uma população de aproximadamente 1300 habitantes, e no ano de 1872 com 3361 habitantes. A maquinaria moderna foi importada para Mato Grosso, usinas de açúcar foram instaladas às margens dos rios navegáveis, a indústria extrativa da erva-mate e do algodão se desenvolveu, enquanto a exportação de gado-em-pé ganhou novo fôlego (ALVES, 2003).

Em contraste com o pequeno e forte grupo de comerciantes portuários, que atrelados ao comércio de importação e exportação havia se consolidado como o grupo mais forte economicamente, havia o restante da população que habitava Corumbá. Esta população era composta por um número expressivo de pequenos comerciantes, alguns artesãos, e uma

²⁵ A Casa Comercial foi o mecanismo por meio do qual a burguesia comercial corumbaense assegurou o domínio da produção e carrou o grosso da riqueza da região. A Casa Comercial começou funcionando como estabelecimento comercial, importando e distribuindo mercadorias, e exportando produtos locais. Nas últimas décadas do século XIX, devido à ausência de bancos e instituições de crédito em Corumbá e região, a Casa Comercial assumiu a função de financiadora da produção, seja por meios próprios, seja representando bancos nacionais e internacionais. Toda a economia regional foi neste período controlada pela Casa Comercial, que sustentou todas as atividades produtivas que surgiram no período posterior ao término da Guerra do Paraguai: “Se casas comerciais desse tipo espalharam-se pelas cidades portuárias mato-grossenses, faz-se necessário reconhecer que em nenhum lugar elas atingiram a expressão alcançada em Corumbá. E nenhuma outra cidade da região revela na produção de seu espaço e de sua arquitetura, com tanta intensidade, o apogeu das casas comerciais dos portos (ALVES, 2003, p. 69).

grande massa de miseráveis, composta por trabalhadores braçais, por desocupados e por prostitutas. Se por um lado das atividades comerciais portuárias decorreu o expressivo desenvolvimento da cidade e do poderio econômico dos grandes comerciantes, a outra face de tamanho desenvolvimento trouxe graves conseqüências para população, principalmente para as camadas mais pobres. O ritmo acelerado das atividades portuárias não contava com investimento do poder público e/ou de particulares em infra-estrutura e em controle sanitário para atender o grande número de passageiros e mercadorias que diariamente transitavam pelo porto. Dessa forma, o intenso tráfego de embarcações trazia consigo uma variedade de epidemias que se disseminavam e acabavam, portanto, castigando e vitimando a população corumbaense. Segundo Corrêa (2006), nas ocasiões em que as epidemias chegavam a Corumbá, trazidas pelos navios infectados, a desigualdade social tornava-se ainda mais evidente: as camadas pobres da população eram duramente atingidas pelas doenças, enquanto as famílias abastadas, por disporem de recursos financeiros, deslocavam-se para outras cidades, ou para suas casas nas fazendas, a fim de se protegerem das epidemias (CORRÊA, 2006).

Para se ter uma idéia de como foi grave tal situação, do ano de 1867 ao ano de 1920, Corumbá enfrentou 34 epidemias. No período de 1886 a 1887, a vila que contava com uma população de aproximadamente 5000 habitantes, teve cerca de 1000 pessoas contaminadas pelo cólera. A cada epidemia, o número de mortes era grande, e as pessoas, com medo de serem infectadas, fugiam para a zona rural, o que tão somente contribuía para maior disseminação das doenças (FONSECA, 1880 *citado por* ITO, 2000).

Ainda no período pós-guerra, cerca de quatro mil imigrantes paraguaios chegaram a Corumbá, para fugir da fome e da miséria. Entre os imigrantes, havia poucos trabalhadores e um grande número de mulheres. Segundo as informações trazidas por Corrêa (2006), muitos paraguaios foram utilizados em trabalhos forçados no interior das fazendas de gado, outros foram escravizados pelos próprios indígenas da região, e as mulheres, segundo os documentos oficiais da época, muitas passaram a viver vagando pela região de fronteira, acompanhadas por adolescentes, enquanto outras foram escravizadas pelos soldados brasileiros (CORRÊA, 2006; ITO, 2000).

Sobre a presença dessas mulheres paraguaias em Corumbá, um documento oficial de 1876 registrou:

Uma grande parte desses imigrantes é do sexo feminino e compõem-se em sua totalidade de mulheres perdidas, da mais baixa espécie, verdadeiras fezes da sociedade que trazem consigo os vícios mais repugnantes e aqui se vêm entregar a mais imunda devassidão [...] (MISSÃO OFICIAL DA AGENCIA DE COLONISAÇÃO, 1876, *citado por* CORRÊA, 2006, p. 48).

A guerra deixou muitas mulheres viúvas e órfãs que ao se verem sem recursos para sobreviver, presumivelmente passaram a buscar em Corumbá algum meio de vida, ainda que este tenha sido a mendicância e a prostituição. Provavelmente, um grande número de crianças nasceu da relação entre essas mulheres paraguaias e homens brasileiros. Segundo as informações do médico da Comissão de Limites com a Bolívia João Severiano da Fonseca (1880), citado por Corrêa (2006), ele afirmou nunca haver visto em nenhuma outra localidade tantas pessoas infectadas por doenças venéreas, e, entre estas pessoas, as crianças: “[...] A maior parte na desproporcional mortandade de crianças que aqui se observa é devida á affecções syphiliticas” (FONSECA, João Severino da, 1880, *citado por* CORRÊA, 2006, p. 49).

A Primeira República no Brasil foi acentuadamente regionalista, ou seja, uma República que se constituiu como um estado oligárquico, onde os grandes proprietários de terras detiveram o poder político e econômico sobre suas regiões. Este pequeno grupo elitista monopolizou o poder político e, manobrando uma grande massa de população iletrada e ignorante, organizou as unidades federativas. A partir do ano de 1894, o poder nacional esteve nas mãos da oligarquia paulista, cuja atividade produtiva de maior importância econômica foi o café, e da oligarquia mineira, forte economicamente devido a sua produção de leite. Neste período, chegaram ao Brasil levas de imigrantes europeus para trabalhar nas grandes plantações de café e nas fazendas de gado, visto que o imperialismo inglês, com a Revolução Industrial e sua exigência por trabalhadores, combatera fortemente o tráfico de escravos no Brasil, que veio a culminar na abolição da escravatura (FAUSTO, 2009; FERREIRA JR., 2010).

Corumbá adentrou a República em pleno desenvolvimento econômico. De um lado estavam os comerciantes portuários, cuja força econômica começava a inseri-los no cenário político corumbaense, e de outro lado os criadores de gado. Os interesses de cada grupo não se chocavam e a comunicação entre fazendeiros e comerciantes era feita pelo mascate fluvial, que percorria e ligava o núcleo comercial e as fazendas. Segundo Corrêa (2006), uma das particularidades políticas da região de Corumbá neste período foi a supremacia do grupo de comerciantes do centro urbano sobre o tradicional domínio da grande propriedade rural.

Com o advento da República, apesar de Corumbá ser o centro econômico do estado, Cuiabá manteve o controle político estadual. Os primeiros anos da República foram marcados por uma instabilidade política e por intensa disputa partidária pelo controle (político) do estado. Neste período, o poder político foi disputado, de forma personalista, pelos líderes de dois grandes partidos: o Partido Nacional, cujo primeiro representante foi o general Antônio

Maria Coelho, e o Partido Republicano, de oposição, que teve como um dos maiores expoentes o coronel Generoso Paes Leme de Souza Ponce (CORRÊA, 2006).

Apesar de Corumbá ter sido, em um primeiro momento, um dos maiores redutos do Partido Nacional, e de ter sido a cidade onde a Revolução de 1892²⁶ teve início, com o desenrolar do embate, os comerciantes portuários da vila acabaram optando por uma política conciliatória de interesses “... Resultando o malogro de 1892 numa acomodação das lideranças de Corumbá, face ao predomínio do grupo cuiabano nas rédeas políticas do Estado” (CORRÊA, 2006, p. 68). Com o bloqueio do fluxo fluvial de navegações, e, portanto, de mercadorias para Corumbá, atitude esta tomada pelos opositores ao movimento revolucionário, a fim de preservar seus interesses, os comerciantes portuários corumbaenses optaram pela via da conciliação (CORRÊA, 2006).

Segundo Corrêa (2006), a aventura revolucionária trouxe conseqüências negativas para a população pobre de Corumbá, pois ela dependia do pequeno comércio para sua subsistência. Dessa forma, esta população foi duramente atingida pelo desemprego e pelo monopólio dos grandes comerciantes portuários, que elevaram, neste período, os preços dos produtos de primeira necessidade.

Nos anos de 1910 a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil foi inaugurada, e, em algumas décadas, aniquilou a rota fluvial do comércio que até então estava estabelecida, repercutindo seriamente sobre Corumbá, cujo crescimento econômico era resultado direto do comércio portuário de importação e exportação da rede hidroviária platina.

Logo no ano de 1852 surgiu no Parlamento a idéia de se construir uma estrada ferroviária para ligar Mato Grosso ao sudeste do Brasil. Até então, a comunicação entre a província e as demais regiões do Brasil era feito por meio da navegação do rio Paraguai e de seus afluentes. A Guerra do Paraguai comprovou a vulnerabilidade do território mato-grossense, e foi decisiva para que o governo provincial julgasse importante integrar por meio da linha férrea Mato Grosso ao restante do país. No ano de 1904, o traçado da linha de ferro foi definido pelo Clube de Engenheiros do Rio de Janeiro: o trem partiria de Bauru (interior de São Paulo) com destino a Cuiabá. Bauru foi escolhida porque por ela passavam mais duas

²⁶ A revolução de 1892 teve início em Corumbá e decorreu da articulação e mobilização da oposição ao Partido Liberal Republicano que estava no comando do governo estadual. O movimento revolucionário foi encabeçado pelos políticos ligados ao Partido Nacional de Corumbá, e teve como principais metas: a derrubada do governo estadual, a derrubada do governo Floriano, e alguns motivos específicos da região. Em Corumbá, os militares e a burguesia mercantil apoiaram os políticos do Partido Nacional; os militares porque tinham o interesse de retomar o poder político estadual, perdido pela ascensão do Partido Liberal ao governo, representado pela oligarquia Murinho; a burguesia mercantil, composta por um grande número de comerciantes estrangeiros, porque havia sido diretamente afetada pelos governantes estaduais, na medida em que eles haviam decretado (Decreto Estadual de 1891) que os estrangeiros não tinham o direito ao voto (CORRÊA, 2006).

estradas de ferro, a Sorocabana e a Paulista, enquanto Cuiabá foi eleita destino final por ser a capital de Mato Grosso (GERODETTI e CORNEJO, 2005).

A Companhia Estrada de Ferro Noroeste foi criada, e no ano de 1905 as obras tiveram início, utilizando, para tanto, verbas do governo brasileiro e verbas franco-belgas. Segundo informações do Album Graphico do estado de Matto-Grosso (AYALA e SIMON, 1914), o governo federal, com o interesse político de se aproximar da Bolívia e do oceano Pacífico, redefiniu o destino final da ferrovia, que passou a ser Corumbá²⁷.

No ano de 1914 foi inaugurado o trecho ferroviário ligando Bauru a Porto Esperança. Para a travessia do rio Paraná *ferry boats* começaram a ser utilizados, enquanto no trecho Porto Esperança - Corumbá a navegação fluvial se manteve como única via de comunicação entre as vilas. Apesar de o projeto da estrada ferroviária estar avançando, ao longo dos anos de 1910, 1920, 1930 e 1940 o porto de Corumbá permaneceu apinhado de embarcações de diferentes origens e conseguiu manter as atividades comerciais a ele ligados. Até a década de 1950, viajantes e cargas eram transportados em trens até Porto Esperança, e lá faziam o transbordo para o Fernandes Vieira, antigo vapor de rodas que levava uma noite para alcançar Corumbá pelo rio Paraguai (BRAZIL e PEREIRA, 2008).

Alguns acontecimentos merecem ser mencionados por serem clara manifestação de como nos primeiros decênios do século XX o ritmo das atividades produtivas em Corumbá era acelerado, dinamizando a vida social da população e permitindo a instalação de novos estabelecimentos comerciais, culturais e educacionais. Em 1899 chegaram à vila os padres Salesianos que fundaram um colégio particular para a educação da juventude masculina corumbaense; no ano de 1904, aportou novo grupo Salesiano, formado pelas Irmãs Filhas de Maria Auxiliadora, que fundou mais um colégio particular para a educação das crianças e jovens do sexo feminino, filhas dos grandes comerciantes, dos pecuaristas e dos profissionais liberais de Corumbá. Neste mesmo ano foi inaugurada a estação telegráfica na cidade. Nos anos de 1910 foram ainda criados a Associação Comercial (1910), composta pelos comerciantes portuários, o teatro Bijou-Theatro (1912), a Santa Casa da Associação Beneficente de Corumbá, fundada em 1904 e inaugurada no ano de 1913, a entidade Sinhedrim Secreto do Clube Hebreu (1912), de caráter social e filantrópico para a

²⁷ É interessante mencionar que na historiografia regional existem formas diferentes de se compreender a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Por exemplo, segundo Alves (2003), a ferrovia não surgiu para atender o objetivo estratégico de integração territorial nacional, mas sim para funcionar como instrumento econômico dos grupos monopólicos que passaram a ter sede em São Paulo. A ferrovia cortou bruscamente o fluxo econômico que até então existia entre a região platina e Mato Grosso, submetendo o estado ao eixo São Paulo – Santos (ALVES, 2003).

disseminação da instrução e dos princípios morais, e uma agência do Banco do Brasil foi instalada no ano de 1916 (CORRÊA, 2006).

Alguns registros sobre a vida cotidiana em Corumbá, feitos por Annibal Amorim, merecem ser apresentados porque dão uma idéia da vida urbana de Corumbá nas primeiras décadas da República. Seus registros, apresentados por Corrêa (2006), foram feitos a partir do ano de 1911. Nesta época, a população de Corumbá estava estimada em torno de dez mil habitantes; deste, três mil eram corumbaenses, dois mil eram brasileiros provenientes de diferentes estados, dois mil eram paraguaios, bolivianos e argentinos, mil eram alemães, italianos, ingleses e portugueses, mil eram turcos e mil eram soldados. O grande comércio portuário era controlado pelos brasileiros e pelos alemães, enquanto o pequeno comércio estava nas mãos dos turcos. O porto mantinha um tráfego regular de navios: doze vapores circulavam entre Corumbá e Montevideú, e outros dois trafegavam entre Corumbá e Assunção. Na vila existiam apenas três hotéis, o que, segundo Amorim, dificultava as possibilidades de acomodação para os viajantes que diariamente aportavam em Corumbá. Os alugueis das casas, assim como a alimentação, tinham preços muito elevados. A vida social era intensa, eram freqüentes os bailes e os passeios aos domingos na rua Delamare, e as sessões de cinema eram concorridas. Três jornais circulavam pela cidade: *Gazeta do Sul* (aos sábados), *Correio do Estado* (às quintas-feiras) e *Folha de Corumbá*. Segundo os registros de Amorim, a violência e o clima de insegurança entre os habitantes da vila também se faziam presentes em Corumbá; durante a noite, não raro, ouvia-se tiroteios e cadáveres apareciam pelas ruas.

Segundo Joaquim Augusto da Costa, presidente do Estado que esteve em Corumbá no ano de 1912:

Já attrai a atenção de todos que alli aportam. Por toda parte vêem-se novas edificações do estylo moderno e agradável, onde fez questão de visitar a usina elétrica, fábricas de cerveja, de pães, de macarrão e de charutaria... Para Costa Marques, Corumbá “é uma cidade cosmopolita e commercial, onde as crianças encontram facil collocação e boa remuneração, accrescendo ainda a circumstancia de ser a maior parte dos menores, filhos de estrangeiros” (MARQUES, J.A.C., 1913, citado por CORRÊA, 2006, p. 96).

No trecho acima transcrito chamam atenção as últimas linhas quando o presidente menciona a situação das crianças habitantes de Corumbá. Segundo Corrêa (2006), o presidente ainda afirmou que a situação de vida das crianças de Corumbá, que segundo ele encontravam facilmente na cidade colocação no mundo do trabalho e boa remuneração, era diferente da situação das crianças em Cuiabá, cidade que contava com poucas indústrias e onde proliferavam pelas ruas crianças pobres.

Apenas na década de 1950 o ritmo do desenvolvimento econômico e urbano de Corumbá foi estremecido. Com a inauguração da ponte Barão do Rio Branco sobre o rio Paraguai, em 1952, quando a cidade foi finalmente atingida pela linha férrea, o porto de Corumbá sentiu sensível enfraquecimento.

Em fins de 1952, a cidade de Corumbá, próxima à fronteira com a Bolívia, era atingida pelos trilhos da Noroeste, numa extensão total de 1.330,5 quilômetros, tendo-se então, completado o projeto original dessa importante estrada de ferro que, a partir de Bauru, passava por 150 estações e paradas, até atingir seu ponto final (GERODETTI e CORNEJO, 2005, p. 147).

A estrada de ferro quebrou o monopólio do transporte fluvial de mercadorias e passageiros. O porto de Corumbá foi gradativamente deixando de ser a principal porta de entrada e saída de mercadorias. A linha férrea traçou um novo percurso por terra, e na mesma medida em que impulsionou o florescimento e o desenvolvimento de povoados localizados ao longo de seus trilhos, como Campo Grande, remeteu Corumbá à posição de mera vila ao final da linha. Conseqüentemente, as Casas de Comércio antes abastecidas diariamente pelas várias embarcações, passaram a depender dos trens de carga para o transporte das mercadorias. Estes não circulavam com regularidade e não raro atrasavam semanas e mesmo meses, de forma que os comerciantes começaram a sofrer sérios prejuízos econômicos com a falta de mercadorias (CORRÊA, 2006).

Em linhas gerais, Corumbá foi um povoado que nasceu para atender à necessidade de ocupar as terras que pertenciam à Coroa portuguesa, a fim de protegê-las das invasões inimigas. Até meados do século XIX, o povoado viveu à míngua, esquecido pelas autoridades provinciais e pela Corte, ainda que sua localização geográfica o fizesse importante ponto estratégico para a defesa do território contra as possíveis invasões dos vizinhos inimigos.

Nos anos de 1850, surgiu uma perspectiva de crescimento e desenvolvimento para o povoado, porque Corumbá recebeu investimentos do governo provincial e da Corte, visto que as relações diplomáticas entre o Brasil e o Paraguai andavam estremecidas, e porque os dois países firmaram um acordo que tornou livre a navegação pela Bacia do Prata. O Porto de Corumbá foi habilitado para o comércio em grande escala e ganhou expressiva importância, quando os primeiros comerciantes começaram a fixar suas residências e seus negócios na vila, dando início ao desenvolvimento das atividades comerciais portuárias. A Guerra do Paraguai (1864-1870) freou durante os anos de combate o desenvolvimento da vila.

O período pós-guerra foi um momento de reocupação e reconstrução da região sul de Mato Grosso, que fora o palco do conflito, e de Corumbá, que durante três anos esteve ocupada pelas tropas paraguaias. As iniciativas particulares somadas aos auxílios conferidos

pelo governo provincial e pela Corte contribuíram para a reorganização de Corumbá, que foi a vila que em Mato Grosso mais se beneficiou com o desfecho da guerra: com o Paraguai vencido, a rede hidroviária da Bacia do Prata tornou-se, finalmente, livre para a navegação. Os últimos anos do Império e as primeiras décadas da República foram o período em que Corumbá se consolidou como o centro econômico de Mato Grosso. Em uma época em que o acesso a Mato Grosso se deu basicamente por via fluvial, Corumbá, devido a sua localização física, à margem do Rio Paraguai, tornou-se o principal entreposto comercial do território mato-grossense, atraindo comerciantes brasileiros e estrangeiros, cujas atividades comerciais de importação e exportação desenvolveram sobremaneira o até então pequeno e inexpressivo povoado.

É importante mencionar que, com a chegada da estrada de ferro em Corumbá, nos anos de 1950, o desenvolvimento da cidade não foi, contudo, interrompido. Conforme explica Proença (1997), apresentada por Arruda e Brito (2006), Corumbá atravessou um momento de crise, porque perdeu a posição de principal centro comercial de Mato Grosso, entretanto, a pecuária foi fortalecida, enquanto novas atividades ligadas à agroindústria despontaram.

De forma geral, esta foi a realidade econômica, política e social de Corumbá na Primeira República, ou melhor, da face da cidade que se criou à imagem e semelhança do grande comerciante portuário, conforme escrito por Alves (2003). Passemos agora ao exame das formas de acolhimento e de atendimento que as crianças pobres, abandonadas e/ou sem-família receberam no mais importante e progressista núcleo urbano da região.

CAPÍTULO III

O ACOLHIMENTO E O ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS POBRES, ABANDONADAS E SEM-FAMÍLIA EM CORUMBÁ

O presente capítulo tem por objetivo maior apresentar algumas informações a respeito da existência de crianças em situação de pobreza, abandono e orfandade na região sul de Mato Grosso, e os dados que foram possíveis de serem reunidos sobre as formas de acolhimento e atendimento que tais crianças receberam em Corumbá no período de 1904 a 1927. A história do atendimento às crianças no Brasil, e a história de Mato Grosso e Corumbá apresentadas nos dois primeiros capítulos foram importantes na medida em que trouxeram o conhecimento das relações que existiram na região naquele período, iluminando e conferindo maior sentido aos dados encontrados. Dessa forma, certas questões abordadas nos dois primeiros capítulos serão retomadas na medida em que ajudarem a esclarecê-los. Longe de esgotar a investigação do tema proposto, este capítulo representa uma primeira aproximação da reconstituição de uma história que ainda está por ser contada e que é composta por sujeitos que, até onde foi possível pesquisar, raramente são mencionados na historiografia da região e da cidade.

É importante retomar as questões que nortearam a pesquisa, a fim de que as informações reunidas possam ser melhor organizadas e apresentadas. Ainda que não tenha sido possível responder todas as questões e as que foram respondidas, não o foram de forma integral, a investigação realizada foi capaz de clareá-las: 1) Existiram crianças pobres, abandonadas e/ou sem-família na região sul de Mato Grosso, mais especificamente em Corumbá? 2) As autoridades locais e/ou as iniciativas particulares ofereceram a estas crianças algum tipo de atendimento? 3) Caso tenham existido crianças nestas condições e caso elas tenham recebido algum tipo de atendimento, de que segmento social eram elas? Eram filhas das camadas pobres da população, eram indígenas provenientes dos aldeamentos que existiam em Mato Grosso, eram nascidas de famílias que dispunham de recursos financeiros, porém, encontravam-se em situação de abandono ou orfandade devido a algum motivo específico? 4) A existência de crianças em situação de pobreza, abandono, e orfandade, que se transformou em problema social manifesto em algumas localidades do país, tornou-se um problema social em Corumbá, ou se resumiu a alguns casos isolados, em pequeno número? Em linhas gerais, em um período em que nas principais cidades do país, como Rio de Janeiro e São Paulo, o problema social da infância estava sendo intensamente discutido pelas autoridades civis, e ações junto às crianças eram reformuladas e implantadas, como se configurou a questão das

crianças pobres, abandonadas e sem-família em Corumbá, núcleo urbano mais importante da região sul de Mato Grosso?

Em busca de pistas e indícios sobre a existência de crianças em situação de pobreza, abandono e orfandade em Corumbá, foram lidos os relatórios presidenciais (provinciais e estaduais) de Mato Grosso referentes aos últimos anos do Império e à Primeira República. Os relatórios também foram examinados como forma de verificar se a questão da criança pobre, abandonada e sem-família teve nesta época visibilidade em Mato Grosso, a ponto de ser pauta dos relatórios do poder público.

3.1 Crianças pobres, abandonadas e sem-família nas vilas de Mato Grosso: algumas considerações

As informações contidas nos relatórios presidenciais de Mato Grosso permitem afirmar que no século XIX e nas primeiras décadas da República existiu na capital Cuiabá, assim como em outras partes do Brasil, a prática de abandonar crianças, e evidenciam que tal prática foi reconhecida pelas autoridades civis mato-grossenses porque retratada nos referidos relatórios. Cuiabá, logo na primeira metade dos anos de 1800, já contava com dois estabelecimentos de caridade, o hospital São João dos Lázaros e o hospital Nossa Senhora da Conceição da Misericórdia de Cuiabá, para o atendimento não apenas de pessoas enfermas, mas também de pessoas desamparadas.

No ano de 1833, foi instalada na Misericórdia de Cuiabá uma Roda de Expostos para receber crianças, que segundo o relatório de 1835, eram abandonadas nas estradas e nas portas de residências de particulares:

Outra providencia [...] Deverá empenhar os vossos constantes desvelos. Aos esforços de huma sociedade, que teve sua existência e presentemente em abandono nesta Capital com o titulo de Philantropica conseguiu-se outr'ora huma Roda de Expostos no Edifício d'aquelle Hospital de Misericordia ás expensas dos sócios consignados, onde já pela primeira vez fizerão recolher, e se esta creando hum innocente: quizera por sob vossos auspícios a seguridade de hum tal azilo para os infelizes que a fragilidade ou a miséria, e a indigência de seos progenitores levão á abandonal os nas estradas, e portas dos particulares onde muitas vezes terminão a aurora de sua existência, que poderia tornar-se util á Patria (RELATÓRIO PRESIDENCIAL, 1835, p. 06).

O trecho acima transcrito registra, portanto, que a prática de abandonar crianças pelas ruas e nas portas de residência de particulares, tal como acontecia em outras localidades do país, existiu em Mato Grosso, ao menos na vila de Cuiabá. Além disso, é possível notar semelhança entre o discurso do presidente da província, na época, Antonio Pedro d'Alencastro, e o pensamento que, sobretudo na fase filantrópica, tornou-se bastante

difundido e forte na sociedade brasileira: a idéia de que as crianças pobres, abandonadas e sem-família deveriam, por meio do trabalho, tornar-se úteis ao Brasil. A fala do presidente frisou tal idéia, quando ao se referir às crianças abandonadas ele disse: “[...] Terminão a aurora de sua existência, que poderia tornar-se útil á Patria”.

Conforme discutido no primeiro capítulo, em meio às transformações econômicas, políticas e sociais que ocorreram no Brasil na passagem do século XIX para o XX, já prenunciando a consolidação de uma nova estrutura para a sociedade brasileira, a estrutura urbano-industrial capitalista, a concepção de criança ganhou novo significado, além de uma dimensão econômica, política e social até então inexistentes. Dessa forma, a criança deixou de ser preocupação e foco de ação exclusiva da família e das obras caritativas da Igreja, para tornar-se questão social, de competência administrativa do Estado. Ela saiu da posição secundária e não importante que até então havia ocupado na sociedade brasileira e no interior da família, e passou a ser concebida como patrimônio valioso da nação, como *chave para o futuro*, como ser em desenvolvimento que tanto poderia ser moldado com a finalidade de tornar-se útil ao progresso da nação quanto poderia ser moldado com o fim de tornar-se um degenerado, um inútil peso para os cofres públicos (RIZZINI, 2008).

O discurso do presidente acima transcrito, principalmente quando ele lamentou a perda de vidas de crianças porque estas poderiam ser úteis à pátria, sinaliza que este já estava imbuído da ideologia filantrópica-burguesa, segundo a qual a força de trabalho das crianças pobres, abandonadas e sem-família deveria ser empregada no processo de desenvolvimento e enriquecimento da nação (RIZZINI, 2008).

Sobre o movimento na Roda de Expostos de Cuiabá, os relatórios presidenciais registraram que no ano de 1835 a Roda havia recebido um *innocente*; em 1845 três crianças haviam sido deixadas na instituição, uma do sexo masculino e duas do sexo feminino; sobre o menino recebido, o relatório de 1846 registrou a informação de que ele ainda não havia sido matriculado na Companhia de Aprendizizes Menores do Arsenal de Guerra, e quanto às meninas, no mesmo ano foi relatado que a educação delas estava confiada a algumas famílias cuiabanas, que para tanto recebiam pequenas retribuições.

Quase duas décadas após a fundação da Roda de Expostos, os relatórios registraram que há muitos anos o estabelecimento não recebia nenhum enjeitado, embora fosse sabido que crianças continuavam a ser abandonadas nas portas das casas de famílias. Segundo os relatórios, as crianças não vinham sendo depositadas na Roda porque esta mantinha certa proximidade do Hospital Militar, o que, certamente devia inibir a ação das pessoas que desejavam se desembaraçar anonimamente de suas crianças. Ainda segundo os relatórios, devido a esta situação as autoridades estavam pretendendo remover a Roda da Santa Casa e

transfери-la para algum local menos movimentado durante a noite, período este que provavelmente era preferido pelas pessoas para se dirigir à Roda.

Se nos anos de 1840 a Roda havia recebido três crianças, em 1878 foi registrado o seguinte:

Nos primeiros anos lançara-se alguns inocentes, que foram creados, chegando algumas órfãs a tomar estado pelo casamento. Causas, porém, que ignoro, fizeram há muito cessar este beneficio publico, pois há mais de 16 annos nenhum exposto tem recebido a Santa Casa (RELATÓRIO PRESIDENCIAL, 1878, A2-3).

Conforme anteriormente mencionado, em um primeiro momento foi atribuído à proximidade da instituição ao Hospital Militar o motivo pelo pequeno movimento da Roda. Já em 1878, não foi explicado o motivo pelo qual crianças não eram mais deixadas na instituição. As informações registradas nos relatórios não permitiram saber se as crianças deixaram de ser depositadas na Roda porque a prática de abandonar crianças diminuiu ou se na verdade elas continuaram a ser abandonadas, porém, não na instituição, mas em outro local, por exemplo, nas portas das casas de famílias e nas estradas, conforme mencionado no relatório de 1835.

Outros registros encontrados nos relatórios presidenciais permitiram levantar a hipótese de que pelo hospital dos Lázaros também passaram crianças pobres, abandonadas e/ou sem-família. O relatório de 1864 registrou que duas crianças haviam sido entregues à viúva do penúltimo almoxarife do hospital. Eram dois irmãos, uma menina de quinze anos e um menino de três anos, filhos de uma mulher com hanseníase; possivelmente, a mulher estava sendo tratada no hospital, e por não ter condições de saúde e/ou financeiras para cuidar dos filhos, estes haviam sido retirados dela logo após o nascimento e entregues aos cuidados de outra pessoa.

Sobre a existência e o funcionamento de obras assistenciais em Mato Grosso, de modo geral os relatórios provinciais retrataram o funcionamento destes dois estabelecimentos, abordando de forma predominante as seguintes questões: a falta de recursos financeiros para a boa manutenção dos hospitais e da Roda, cujos edifícios não contavam com a mínima infraestrutura, funcionando precariamente e reclamando por urgentes melhorias; as despesas anuais de cada estabelecimento, que incluíam o item *ração dos menores* e seus vestuários, confirmando que tais hospitais atendiam crianças que eram ali deixadas; o número de enfermos que anualmente os hospitais recebiam; e algumas outras questões administrativas. Sobre o número de crianças que anualmente passaram pelas duas instituições, não foram feitos registros nos relatórios.

A mensagem do presidente de província do ano de 1899 trouxe um tópico específico sobre as crianças abandonadas, tópico este intitulado *Instituto Orphanológico*:

Bem sensível é a falta que temos de um estabelecimento destinado a receber e educar os órfãos desvalidos, que nas nossas cidades crescem ao desamparo, sem receberem a indispensável instrução elementar nem aprenderem qualquer arte ou officio mecânico, do qual possam mais tarde tirar os meios de honesta subsistência. Compreende-se facilmente qual poderá ser o futuro desses tantos menores que por ali crescem sem os cuidados que devem cercar a infância, para que não se percam no caminho do vício, que facilmente conduz ao crime. Não desconhecendo, porem, que temos ainda outras necessidades a attender, porventura mais urgentes do que essa [...] (MENSAGEM, 1899, p. 36).

De uma forma geral, as informações registradas nos relatórios presidenciais no período examinado permitiram afirmar que existiram crianças sem-família e em situação de abandono nas vilas de Mato Grosso no século XIX e nas primeiras décadas da República, que existiram, apesar de funcionarem precariamente, espaços destinados a acolher estas crianças, os hospitais e a Roda, e que a situação de abandono de crianças nas vilas de Mato Grosso teve visibilidade a ponto de ser conhecida e retratada pelas autoridades civis. Ao que parece ao mesmo tempo em que tais autoridades partilhavam a idéia propagada na época, segundo a qual se entendia que era necessário assistir essas crianças por meio da instrução e do trabalho para afastá-las do crime e do vício, e, portanto, para preservar a paz social, as autoridades lamentavam a falta de uma instituição para estas crianças, mas julgavam mais importantes e urgentes serem atendidas outras questões.

Os relatórios não apresentaram qualquer informação sobre o assunto *crianças abandonadas, pobres e sem-família* relacionado a Corumbá, ou a alguma outra vila. Eles retrataram a realidade de Cuiabá, capital da província/estado, e em algumas passagens, ao tratar da questão das crianças abandonadas e sem-família, falaram em *vilas* de Mato Grosso, sem especificar, contudo, o nome das vilas a que estavam fazendo referência.

3.2 Corumbá: uma cidade de contrastes

A história de Corumbá, abordada no segundo capítulo desse trabalho, sinaliza que concomitantemente ao desenvolvimento econômico dos grandes comerciantes portuários, que atuaram como os agentes do crescimento e do progresso da localidade, transformando-a na vila mais importante de todo Mato Grosso, as condições de vida da maior parte da população foram marcadas pela pobreza, pelas epidemias e pela violência. Os dados empíricos reunidos, conforme será retratado adiante, apontaram que das camadas pobres da população provieram as crianças que em Corumbá foram acolhidas nas casas de famílias, no hospital e nos colégios

Salesianos. Dessa forma, examinar as condições de viver da camada pobre da população corumbaense que habitou os bairros populares, “[...] O espaço não ordenado nem controlado, a anti-cidade na visão das elites e do poder público local” (SOUZA, 2008, p. 147), bem como investigar quem foi essa gente “simples”, torna-se importante.

Para Ito (2000), a pobreza, a doença e a violência fizeram entre a população pobre sua principal vítima, e foram agravadas com a vinda dos imigrantes paraguaios, que para Corumbá se deslocaram no período pós-guerra em busca de melhores condições de vida, provocando, segundo a autora, uma verdadeira calamidade na cidade. Sobre as condições de vida da população corumbaense no período pós-guerra, Ito (2000) escreveu:

Apesar do crescimento do movimento de pessoas e mercadorias no Porto de Corumbá, a pobreza e as epidemias assolavam a maior parte da população. A falta de saneamento básico, sobretudo, as deficiências no abastecimento de água à população facilitavam a instalação e a propagação de diversas epidemias. A falta de controle sanitário no Porto, onde atracavam embarcações das mais diversas procedências, também contribuiu para a disseminação de doenças na população local. A água que abastecia a população não sofria nenhum tipo de tratamento, não havia nenhum tipo de controle de qualidade, facilitando a propagação de doenças [...] A cada epidemia se agravavam os problemas sociais, o número de vítimas fatais sempre era grande, e, cada vez mais, aumentava a indigência na Cidade [...] No rol de problemas urbanos, a violência estava muito presente. Como causa, eram apontadas a situação de fronteira e a miscelânea de nacionalidade de seus habitantes. Os estrangeiros, principalmente paraguaios e bolivianos, eram apontados como os mais baderneiros. Porém, era a pobreza, na qual vivia grande parte da população, atribuída como principal causa da criminalidade (ITO, 2000, p. 74).

A autora afirma que a maior parte da população vivia em meio à pobreza, enquanto as epidemias recorrentes faziam aumentar a indigência na cidade. As ideias de Corrêa (2006), sobre o período que se seguiu ao término da Guerra do Paraguai, de certa forma confirmam as informações trazidas por Ito (2000):

A presença de comerciantes, muitos deles estrangeiros, na política corumbaense, refletindo o poder econômico de um reduzido grupo atrelado ao comércio importador-exportador, contrastava com um expressivo número de pequenos comerciantes, do chamado *comércio de retalhos*, de alguns artesãos e de uma grande massa de miseráveis, trabalhadores braçais, aventureiros, desocupados e prostitutas [...] Corumbá caracterizou-se por contrastes [...] Por diversos anos, a cidade sofreu com o cólera, a peste bubônica, o tifo e outros males, trazidos por navios infectados que subiam o rio Paraguai, e nessas ocasiões a desigualdade social aflorava com maior intensidade, pois o flagelo da doença atingia duramente as camadas pobres da população (CORRÊA, 2006, p. 47-48 – grifo do autor).

Ito (2000) e Corrêa (2006) afirmam, portanto, que além da presença dos grandes comerciantes portuários, em Corumbá existiu uma grande população em situação de pobreza e miséria. Duas questões abordadas pelos autores, a questão das epidemias e a questão da água,

são importantes de serem retomadas porque mostram, de certo modo, as condições de vida dessa população. Conforme explicação de Souza (2008), no período posterior à guerra, Corumbá ganhou a fama de ser o núcleo difusor de surtos epidêmicos para todo Mato Grosso. Nos relatórios dos Inspetores estaduais de higiene tal posição foi inclusive justificada pelo fato de Corumbá ser uma vila portuária, por receber diariamente contínuo fluxo migratório, por ter uma população flutuante e por não contar com medidas de saneamento básico. Segundo o autor, a contaminação reinou na cidade, sobretudo nas primeiras décadas da República.

Souza (2008) traz trechos de alguns jornais que circularam em Corumbá durante o primeiro decênio da República, a fim de mostrar que o poder público adotou certas medidas como tentativa de controle e combate à propagação das doenças. Tais medidas, que consistiram basicamente no isolamento dos doentes das camadas pobres²⁸ da população e a quarentena para navios provenientes de regiões contaminadas, visaram defender os demais habitantes corumbaenses dos doentes, não sendo propriamente uma alternativa de cura para os enfermos. Pelos jornais, eram passadas à população, obviamente àquela que podia comprar o jornal e que sabia ler, informações sobre os procedimentos e os cuidados que deveriam adotar como forma de evitar o contágio. Os médicos municipais, como Nicolau Fragelli, defendiam que a falta de asseio e de hábitos de higiene da massa popular, a não consciência da importância da vacinação e do isolamento dos seus doentes, a falta de uma alimentação sadia e equilibrada somada à prática arcaica de recorrer aos remédios populares eram os principais causadores do alastramento das epidemias. A culpabilização da massa popular pela propagação das doenças era recorrente. Segundo Souza (2008), assim como nos principais centros urbanos do país os médicos propagaram seus ideais de saúde, higiene e moral, e defenderam propostas de reorganização do espaço urbano, também em Corumbá o profissional de saúde assumiu os ideais higienistas. Nesta época, os médicos criticaram a falta de uma rede de água e esgoto, sinalizaram a necessidade da região urbana ser constantemente higienizada e do lixo ser removido e incinerado, e propuseram projetos de intervenção no espaço urbano com vistas a torná-lo salubre: “Uma cidade ganha foros de adiantada, somente quando o seu desenvolvimento se faz consultando antes de tudo as exigências da higiene” (FRAGELLI, *Correio do Estado*, Corumbá, [198-?], citado por SOUZA, 2008, p. 117).

²⁸ Souza (2008) informa que o Regulamento Sanitário do Estado determinava que os doentes provenientes das camadas pobres da população deveriam, junto com suas famílias, permanecer em isolamento absoluto. Por exemplo, no ano de 1908, foi instalado pelas autoridades públicas, um lazareto, isolamento provisório situado do outro lado do rio Paraguai, num local denominado *Matança*, para onde eram enviados os doentes e suas famílias. O mesmo regulamento determinava que os doentes das famílias que dispunham de recursos financeiros e acomodações apropriadas, poderiam ser mantidos em suas casas, na companhia de seus familiares.

Os jornais da época ainda apontaram que, além de medidas relacionadas à gestão pública do espaço urbano terem sido propostas, os médicos em Corumbá também retrataram as questões relativas ao homem e à esfera familiar. Segundo o artigo do médico Alfredo Haanwinckel, publicado no jornal *Correio do Estado*, eram três as principais ameaças à conservação da vida: a alimentação inadequada, as influências meteorológicas, e o trabalho excessivo ou a ociosidade: “[...] A inatividade que enferruja as mais poderosas máquinas que o saber do homem tem podido construir; também consome, também enferruja a mais engenhosa, a mais perfeita, e a mais admirável de todas as máquinas, a máquina humana” (*Correio do Estado*, Corumbá, 1909, citado por SOUZA, 2008, p. 121).

Com relação à questão do abastecimento de água em Corumbá, conforme anteriormente explicado, é interessante de forma breve mencioná-la por também mostrar as condições de viver que existiram para a população corumbaense nas primeiras décadas da República. Se até os anos de 1890, a água foi retirada diretamente do rio Paraguai para ser vendida aos habitantes pelos aguateiros, trabalhadores que retiravam água do rio e em carroças de tração animal vendiam-na de porta em porta, no ano de 1907 dois grandes reservatórios de água foram construídos e instalados no centro da cidade. A distribuição continuou a ser feita pelos aguateiros, que cobravam 100 réis a pipa de 100 litros de água, e 200 réis os mesmos 100 litros para as casas situadas na periferia do centro urbano. Segundo Souza (2008), a população pobre bebia a água que retirava diretamente do rio, o que era razão de inflamações intestinais e maleitas, e não raro recorria à boa vontade das famílias que tinham algibe²⁹ ou que podiam comprar a água vendida pelos aguateiros: “[...] A água potável, tão necessária à sobrevivência, à higiene pessoal, transformava-se em risco de vida para os pobres, pois a de que dispunham era insalubre e podia provocar muitas doenças. Em razão disso [...] muitos moradores pobres tinham que sair pedindo água” (SOUZA, 2008, p. 133).

Não foram encontradas pesquisas específicas sobre a pobreza em Corumbá, estudos sobre o contingente humano que não fez parte do grupo composto pelos grandes comerciantes e fazendeiros, estudos sobre as pessoas que estiveram à margem do trabalho assalariado, e, que viveram, ou sobreviveram, na zona rural e/ou no espaço urbano de Corumbá na Primeira República. Contudo, as informações trazidas por Ito (2000), Corrêa (2006) e, sobretudo por Souza (2008) permitem afirmar que tais pessoas fizeram parte da sociedade corumbaense.

²⁹ Segundo o Dicionário Michaelis da Língua Portuguesa (disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>>), algibe é um reservatório de água proveniente da chuva ou derivada de algum rio. Espécie de cisterna, os algibes foram construídos pelas famílias abastadas de Corumbá como solução ao problema do mau abastecimento de água (SOUZA, 2008).

Alguns poemas do poeta corumbaense Lobivar Matos³⁰ são interessantes de serem mencionados porque são registros não apenas poéticos, mas sociais da vida de alguns “personagens” que pertenceram à camada social mais baixa de Corumbá, e que também compuseram, portanto, a realidade do extremo oeste brasileiro. Conforme entende Araújo (2009), os poemas de Lobivar Matos são fotografias poéticas reveladoras do cotidiano dos pobres que viveram na periferia da cidade branca.

É interessante transcrever o poema “Cartaz de Sensação” (MATOS, 1936, *citado por* ARAUJO, 2009, p. 99), porque ele ilustra de forma bastante clara a afirmação de Corrêa (2006), segundo a qual Corumbá foi uma cidade caracterizada por contrastes.

“Bungalow” moderno.
 Madame bonita, católica
 beata, não sai da Igreja e da
 janela
 e sua vida é uma organização de festas de
 caridade em benefício disto ou daquilo.
 Madame não tem filhos, não quer
 filhos, para que filhos?
 Gosta de papagaios,
 de periquitos
 e de cachorros de sangue
 azul. Trata bem os
 papagaios,
 tem uma paixão maluca pelos periquitos
 e os “lulus” comem do bom e do
 melhor. Em frente á casa dessa
 madame virtuosa, num barracão
 escuro,
 vegeta uma família de negros.
 O preto não encontra trabalho na rua
 e a barriga da negra vive sempre
 estufada. Pretinhos esmolambados,
 rasgados,
 não têm pão, comem
 terra, não têm roupa,
 andam, nós.
 - Fé em Deus, viva a Pátria e... chova arroz!

³⁰ Lobivar Matos de Barros nasceu em Corumbá no ano de 1915. Curiosamente, foi uma criança órfã, pois logo nos seus primeiros anos de vida viveu a ausência do pai e a morte da mãe. No ano de 1932, publicou no jornal corumbaense *Folha da Serra* o seu primeiro poema. Aos dezoito anos de idade, sua avó vendeu algumas cabeças de gado para custear a viagem do neto ao Rio de Janeiro. No então Distrito Federal, Lobivar ingressou na Faculdade Nacional de Direito. Casou-se com Nair Gomes de Araújo, com quem teve dois filhos. No ano de 1941, o poeta retornou a Corumbá: “... Para ali servir como porta-voz de seu povo” (ARAUJO, 2009, p. 25). De Corumbá transferiu-se para Cuiabá, onde escreveu no jornal *Estado de Mato Grosso*, e então partiu novamente para o Rio de Janeiro. No ano de 1947, o poeta desconhecido, assim como se autodenominou no poema de abertura da obra *Areôtorare* (1935), faleceu vítima de complicações de uma úlcera (GUIZZO, 1979, 1º volume da revista *Griffo*, *citado por* ARAUJO, 2009). As únicas obras de Lobivar Matos que receberam selo editorial foram: *Areôtorare* (1935) e *Sarobá* (1936).

Conforme explica Araújo (2009), neste poema o autor mostra dois quadros da vida humana que, bastante distintos entre si, coexistiram: de um lado há o espaço interno de uma casa moderna e bonita, habitada por uma senhora católica, que ao mesmo tempo em que vive envolvida com a organização de eventos caritativos em prol de diversas causas sociais, prefere cercar-se em seu lar de animais domésticos, dando-lhes o conforto de uma casa e dando-lhes de comer o que existe de melhor; de outro lado, há um vasto exterior, marcado por todo tipo de abandono social, que é ilustrado no poema pela existência de uma família de negros que vive em um barracão em frente à casa da senhora beata, bem diante de seus olhos; a família é composta pelo pai que não consegue encontrar emprego, pela mãe que vive grávida e pelas crianças filhas que vivem cheias de fome e nuas, por não terem o que vestir.

Os poemas de Lobivar Matos são a expressão de denúncia dos problemas sociais de uma cidade que ao mesmo tempo em que viveu o auge de seu desenvolvimento econômico, com seus pecuaristas e grandes comerciantes portuários dirigindo seus armazéns abarrotados de mercadorias, também foi composta por becos sujos, estreitos e escuros (“Beco Sujo”, 1936), cheios de casinhas de lata habitadas por negros descalços, mulheres com o peito murcho sem leite, crianças cheias de fome, e velhas abandonadas e tuberculosas (“Sarobá”, 1936). Segundo Araújo (2009, p. 87): “[...] O espaço visualizado pelo artista é a confirmação de sua consciência sociológica, e ao teor da denúncia mescla-se a transposição do real projetado em poesia”.

O segundo livro de poemas publicado de Lobivar Matos foi intitulado *Sarobá*. *Sarobá* foi uma palavra utilizada na zona pantaneira, conhecida como Nhecolândia, para designar local sujo, mas também foi o nome dado ao bairro de negros localizado na região portuária de Corumbá. Nas palavras do próprio Lobivar Matos, o bairro foi:

Lugar sujo, onde os brancos raramente penetram e assim mesmo, quando o fazem se sentem repugnados com a miséria e a pobreza daquela gente. Sentem repugnância e nada mais, porque os infelizes continuam a vegetar em completo abandono, como se não fossem criaturas humanas. Só se lembram de Sarobá quando são necessários os serviços de um negrinho. Fora daí a Favela em ponto menor é o templo eterno da Miséria, é a mancha negra bulindo na cidade mais branca do mundo [...] (LOBIVAR DE MATOS, 1936, citado por ARAUJO, 2009, p. 49).

O bairro *Sarobá*, que nos dias de hoje não recebe mais este nome, no decorrer dos anos deixou de ser um bairro habitado unicamente por negros; brancos desempregados, bolivianos em busca de nova pátria, mendigos do antigo prédio da alfândega e outros desafortunados se juntaram aos primeiros habitantes, os negros, ajudando a compor a paisagem que se estende até o Porto Geral (ARAUJO, 2009).

O poema “Sarobá” e as considerações do autor sobre o bairro, apresentadas anteriormente, são uma fotografia dos subúrbios da cidade, dos lugares onde a população pobre se estabeleceu, e um documento que atesta que além das grandes casas comerciais, dos comerciantes e fazendeiros que com suas famílias se estabeleceram em Corumbá, pessoas pobres também habitaram a cidade.

Baseado nas memórias de Renato Báez, Souza (2008) informa que até a primeira década do século XX, os habitantes corumbaenses foram categorizados em dois grupos distintos: os citadinos, que eram os moradores da parte alta da cidade, e os portuários, que habitavam a região do porto e as margens do rio Paraguai. Às extremidades da rua De Lamare, localizada na parte alta e considerada a mais importante rua da cidade, podia ser observada a existência de bairros populares e mal afamados, que situados na região da barranca e do porto, compunham uma realidade de cidade completamente diferente daquela existente na parte alta. Segundo Souza (2008), tais bairros, tão bem “fotografados” por Lobivar Matos, eram habitados por moradores que não eram ao menos reconhecidos como pessoas, e que, abandonados, apenas eram lembrados como força de trabalho barata.

Lobivar ainda retratou em muitos de seus poemas não somente o espaço físico que a população pobre ocupou, ou seja, os subúrbios da cidade, mas a vida cotidiana do pobre, a realidade dos habitantes da periferia; dessa forma, através de seus poemas ele expôs as condições de vida dos negros corumbaenses (“Mulata Isaura”, 1936, “Banzé de Cuia”, 1936), dos trabalhadores braçais (“Homens e Pedras”, 1935), das mulheres (“Lavadeiras”, 1935), dos mendigos (“O homem sem alma que era mendigo”, 1935, “Maria Bolacha”, 1936, “Esmola”, 1936), e das crianças (“O pequeno engraxate”, 1935; “Negrinho Lambido”, 1936; “Pelêga”, 1936), conforme adiante será apresentado (ARAÚJO, 2009).

De forma geral, pode-se afirmar que a população corumbaense das primeiras décadas da República foi heterogênea em sua composição, formada por diferentes grupos humanos, provenientes de diversas localidades e em constante circulação. No período que se seguiu à guerra e nas primeiras décadas da República, Corumbá recebeu soldados, imigrantes paraguaios em busca de melhores condições de vida, brasileiros e imigrantes europeus, sobretudo italianos, em um momento em que teve início a formação de um mercado internacional de força de trabalho destinada às obras ferroviárias. Dessa forma, a sociedade corumbaense foi composta: pelo grupo dos grandes comerciantes portuários, formado de forma predominante por brasileiros e alemães, e dos proprietários das fazendas de gado que começavam a se formar na região, sendo que ambos os grupos compuseram a elite da sociedade; pelo grupo dos pequenos comerciantes varejistas, formado de forma predominante pelos turcos, pelos artesãos, pelos soldados da Marinha de Ladário, que na época pertencia a

Corumbá, e pelos funcionários públicos, que devem ter composto a camada média da população; e pela massa de miseráveis, pelos trabalhadores braçais, pelos aventureiros, pelos desocupados, e pelas prostitutas, entre os quais provavelmente esteve boa parte dos imigrantes paraguaios, que juntos devem ter composto o segmento social mais baixo da população corumbaense (CORRÊA, 2006; SOUZA, 2008).

Sobre os imigrantes paraguaios, a agência de colonização registrou interessante informação, que revela, de certa forma, o olhar que a elite da sociedade corumbaense lançou neste período sobre os imigrantes que aportavam na cidade:

Tem aportado aqui seguramente 3 mil mulheres paraguaias, e no entanto não se encontra uma dellas que se queira justar para o serviço domestico, e o trabalho propriamente de mulheres, como seja, a lavagem de roupa e o engomado é caríssimo; ao passo que nas palhoças das immediações desta Villa, nas barracas dos soldados, encontrão-se grupos dessas infelizes entregues á mais completa ociosidade e mais cubertas de asquerosas enfermidades (MSS. OFICIAL DA AGENCIA DE COLONISAÇÃO, 1876, *citado por* CORRÊA, 2006, p. 48-49).

O tráfego de paraguaios foi intenso em Corumbá. No período pós-guerra, eles ganharam passagens gratuitas do governo imperial brasileiro para embarcar nos vapores que subiam o rio Paraguai com destino a Corumbá, e isso deve explicar em parte o grande número de estrangeiros que para Corumbá se dirigiu em busca de melhores condições de vida. Mesmo após a suspensão de tal subsídio, os paraguaios continuaram chegando à cidade nas décadas seguintes. O trecho acima transcrito permite pensar que às camadas pobres da população corumbaense se juntaram tais imigrantes. É interessante notar que de acordo com a visão do relator da informação, o oficial da agência de colonização, os paraguaios, nesse caso específico as mulheres paraguaias, não encontravam em Corumbá uma ocupação no mundo do trabalho devido a uma “opção pessoal”, por um não querer trabalhar em alguma atividade remunerada, como o serviço doméstico. Tal entendimento mostra que existia uma representação negativa sobre os imigrantes paraguaios e que a função que as mulheres paraguaias deviam ocupar em Corumbá já estava definida: a de trabalhadoras domésticas.

Ainda sobre a questão da situação de vida destes imigrantes, retomando a informação de Corrêa (2006) apresentada no segundo capítulo, muitos paraguaios foram escravizados no interior das fazendas de gado na região, como também nos ervais nativos, muitas mulheres passaram a viver na região da fronteira, acompanhadas por meninas jovens, enquanto outras tantas foram escravizadas por soldados brasileiros.

O poema *Pelêga*³¹, de Lobivar de Matos (1936), ilustra a vida que meninas paraguaias tiveram em Corumbá. O poema fala sobre uma menina paraguaia que, enquanto pôde, resistiu ao assédio de um homem. Alguns anos mais tarde, essa mesma menina foi encontrada em um bordel de Corumbá.

Fronteira.
 Tá fazendo fita,
 paraguaia lindura, potranca arisca?
 E a meninota faz beicinho
 e fecha os ouvidos para não ouvir
 besteira. Ela não gosta daquele cabra
 trouxa
 que vive atrás
 dela, mexendo.
 - Ta fazendo fita, bestinha?
 E a menina foge, passa de
 largo, não olha para o cabra
 chato,
 não gosta do cabra.
 Eu sei do que você precisa,
 bunduda! Vou falar com sua mãe.
 Vou esfregar no nariz dela um pelêga
 novita. cincoentão.
 Dois anos mais tarde,
 num bordel de minha terra,
 encontrei a “potranca arisca”, mansinha,
 fazendo pelêga.

As informações de Corrêa (2006) e o poema de Lobivar Matos (1936) permitem pensar que o destino de muitas meninas imigrantes paraguaias tenha sido a prostituição, mesmo quando ainda crianças e jovens.

Apoiado nas informações trazidas por periódicos, por cronistas e memorialistas, Souza (2008) traz interessante informação sobre as estratégias que a população pobre de Corumbá criou para garantir sua sobrevivência. Esta parcela da população ocupou o setor dos serviços gerais, dos trabalhos temporários e, usualmente, informais.

Dentre as atividades informais, aquela que foi uma das mais significativas foi a dos *condutores de carroças*, porque eram eles que faziam a comunicação entre a região portuária e a parte alta da cidade; segundo Souza (2008), nos periódicos da época eram mencionados, de forma freqüente, os condutores de carroças que transportavam água, os aguateiros, e os que transportavam as mercadorias que desembarcavam no porto. Os *carregadores e descarregadores braçais*, também compuseram o setor de atividades informais, e entre eles, segundo o autor, foi comum a presença de índios Kadiwéu; usualmente cerca de cem a

³¹ Todos os poemas de Lobivar Matos transcritos e mencionados neste capítulo estão disponíveis na íntegra na dissertação de Susylene Dias de Araujo (2009).

duzentos índios permaneciam no porto da cidade durante meses trabalhando como carregadores braçais. Outra atividade que existiu em Corumbá foi a dos *changadores*, carregadores que faziam carretos, e que tinham ponto fixo de estacionamento nas ruas mais movimentadas da parte alta da cidade. Os lenheiros ainda foram mencionados pelo autor, assim como os trabalhadores temporários que executavam as atividades de ordenação do espaço urbano, dentre elas, a apreensão de animais que eram encontrados circulando pelas ruas. Sobre os trabalhadores que recolhiam animais, Souza (2008) trouxe a informação de que crianças foram empregadas em tal atividade, presumivelmente, por ser uma tarefa pouco complexa e de baixo risco: “Em agosto de 1883, cinco meninos que não sabiam ler foram contratados por um dia para pegar cabras pela cidade” (RECIBOS, 1882, 1883, *citado por* SOUZA, 2008, p. 229).

A respeito da vida dos trabalhadores acima mencionados, Souza (2008) afirma ser importante ressaltar que muitos deles antes de ingressar no mundo do trabalho informal, já haviam exercido atividades formais. A falta de oportunidades de trabalho no comércio e na indústria, a ausência de um sistema previdenciário e a necessidade de sustentarem suas famílias faziam com que os pobres criassem estratégias para sobreviverem. Segundo a visão da “elite local”, nas palavras de Souza (2008), tais trabalhadores compunham uma camada perigosa, que não se enquadrava nas normas do trabalho formal, que exigia disciplina e horário fixo, por exemplo. Dessa forma, os trabalhadores ambulantes eram freqüentemente identificados como pessoas vadias e vagabundas, e a eles eram atribuídos, por exemplo, o pouco desenvolvimento da lavoura no município: “a Sociedade lucraria muito e veria cedo convertidos os vagabundos em homens proveitosos a Pátria e a si mesmos” (RPCMP, 1877, *citado por* SOUZA, 2008, p. 224). A fim de complementar tal idéia, no referido relatório foi afirmado também que a fome ainda não havia obrigado ninguém a procurar trabalho.

Mais uma vez é possível notar em Corumbá a presença de certas idéias que na época estavam muito manifestas nos principais centros urbanos do país. Conforme discutido no primeiro capítulo, ao longo dos primeiros decênios da República tornou-se forte na sociedade brasileira a idéia de que a população pobre representava perigosa ameaça à paz social e que, por isso, carecia de ser controlada e contida. Aos olhos da elite, os pobres assim o eram devido à inclinação inata de ser vadio, vagabundo, ocioso. Estas eram as categorias a que a população pobre era remetida, e mesmo quando trabalhava, inserida nas atividades informais por falta de outras possibilidades, continuava a ser enxergada como indolente.

Apesar de Ito (2000) e Corrêa (2006) não fazerem menção à situação das crianças filhas da população pobre de Corumbá, é certo que dela nasceram e viveram crianças em meio às difíceis condições de vida. A única informação mais específica sobre tais sujeitos foi

trazida por Souza (2008), quando mencionou o caso das crianças que foram contratadas no setor das atividades informais.

Segundo Araujo (2009), um dos personagens mais carismáticos das poesias de Lobivar Matos é o “Negrinho Lambido”, justamente uma criança pobre, que foi jogada na rua e recolhida por famílias de brancos.

O tempo está batuta, cotuba de bom
 e os moleques jogam bola no meio da
 rua. Tranco, cachaço, canelada, fulêpa.
 Trepado no muro,
 o negrinho da família Barros
 bate palmas, grita faz um berreiro do
 barulho. Se o negrinho estivesse jogando
 vê lá se aquele trouxa do
 Romeu fazia de besta.
 Negrinho tem canela de ferro,
 negrinho não tem medo de
 cachaço, negrinho sabe tirar
 fulêpa.
 Mas o negrinho não pôde
 jogar, o negrinho foi achado
 na rua,
 o negrinho foi creado na chinela
 e é todo quebrado de tanta pancada no
 lombo. Negrinho é cínico,
 perdeu a vergonha,
 o “rabo de tatu” tirou a vergonha do
 negrinho. Negrinho deixa a vergonha no
 canto,
 Negrinho só sabe
 mentir; rouba doce no
 armário; furta tostão
 na gaveta, embrulha,
 treteiro, chorão
 e por qualquer coisa abre a boca no mundo.
 Negrinho
 treteiro,
 negrinho
 lambido
 “rabo de tatu” te entortou,
 a família Barros te lambeu (MATOS, 1936)

Finalizada a exposição das condições de vida da população pobre corumbaense, torna-se necessário esclarecer por que tais informações são relevantes para a investigação sobre as crianças que em Corumbá foram criadas por outros que não suas próprias famílias. Em primeiro lugar, conforme mencionado no primeiro capítulo, a prática de abandonar crianças esteve, no Brasil, na maioria dos casos associada ao fator econômico da família da criança, o que também explica o porquê de grande parte das crianças que foram institucionalizadas no país terem provindo das camadas mais pobres da população. Conforme discutido no primeiro capítulo, Marcílio (2006) concluiu em suas pesquisas que quase a totalidade das crianças que

foi abandonada no Brasil proveio da faixa de pobres e miseráveis. Segundo a autora, o tipo de colonização que foi implantada no país, baseada na grande propriedade monocultora e no regime de trabalho escravo, determinou que grande parte da população livre vivesse abaixo da linha de pobreza; com o fim da escravidão, a concentração de renda se manteve, e, dessa forma, a condição de vida dos poucos que detinham o controle e a posse de toda a riqueza produzida e a condição de vida dos muitos que viviam sem acesso a essa riqueza permaneceram separadas por um abismo. Nas palavras da própria Marcílio (2006, p. 257): “A pobreza foi a causa primeira – e de longe a maior – do abandono de crianças, em todas as épocas”.

Em segundo lugar, o conhecimento de que existiram em Corumbá habitantes que não fizeram parte do grupo dos grandes comerciantes e pecuaristas, e do grupo composto pelos pequenos comerciantes, artesãos, soldados e funcionários públicos, ou seja, habitantes que foram trabalhadores braçais e que estiveram à margem do trabalho assalariado, é fundamental na medida em que os dados empíricos encontrados, conforme será visto adiante, apontaram que foram crianças pobres, provavelmente provenientes dos bairros populares e das fazendas, e filhas dos trabalhadores braçais, aquelas acolhidas e criadas por outras famílias, que não as suas próprias, e pelos Salesianos, no hospital e nos colégios.

A apresentação de algumas informações a respeito do viver que a população pobre encontrou em Corumbá nos primeiros decênios da República suscita indagações a respeito da forma como as famílias formadas por estas pessoas criaram seus filhos. Dessa forma, será que, mesmo em meio à pobreza, ao desemprego e à prostituição, os genitores criaram seus filhos? Ou será que, por não disporem de recursos financeiros, eles abandonaram suas crianças pelas ruas, deixaram-nas com outras famílias ou ainda em alguma instituição no centro urbano? Sobre estas questões foram encontrados alguns dados.

3.3 O acolhimento de crianças pobres, abandonadas e sem-família em Corumbá: primeiras aproximações

Segundo o depoimento de um antigo morador de Corumbá, nascido e criado na cidade e atualmente um dos profissionais que há mais tempo trabalha na Santa Casa de Corumbá, foi costume³² das famílias residentes no centro urbano trazer de suas fazendas crianças, sobretudo meninas, para serem por elas criadas:

³² Na entrevista, o depoente não especificou a época em que foi costume crianças serem trazidas ao centro urbano para residirem em casas de famílias, contudo, é possível presumir que tal prática teve início com a formação da elite comercial e rural da região nos meados do século XIX, e perdurou durante todo o século

Uma família trazia uma menina da fazenda, falava que ia dar educação e comida, mas ela era colocada pra ser empregada doméstica... Nossa, isso aconteceu bastante, muitas famílias... Até hoje tem umas senhoras, que falam “Ah, arruma uma menina ai de Corumbá pra vir morar”... Era comum... Inclusive, existiam muitas famílias que promoviam essas pessoas... Tinham famílias caridosas, que viam nisso uma oportunidade de ajudar, não pode haver condenação só porque algumas exploravam, a maioria não explorava, a maioria promovia... (W. B.)

O relato permite considerar que a prática de famílias acolherem e criarem crianças abandonadas, prática esta tão difundida e aceita em outros núcleos urbanos brasileiros, conforme discutido no primeiro capítulo, também existiu em Corumbá, com a diferença que pelo relato nota-se que as crianças que eram criadas por outras famílias, não o eram porque haviam sido encontradas abandonadas nas ruas ou na porta de particulares; elas eram filhas dos trabalhadores rurais das fazendas das famílias pecuaristas de Corumbá, trabalhadores estes que deviam consentir que seus filhos fossem levados à cidade para viverem com as famílias de seus patrões, imaginando que esta poderia ser a oportunidade de suas crianças terem uma “vida melhor”.

Conforme explica Marcílio (2006), a prática de famílias acolherem crianças abandonadas, pobres e sem-família foi o tipo de assistência de maior abrangência no Brasil, e tanto famílias pobres, quanto famílias ricas acolheram e criaram crianças. Conforme anteriormente mencionado, durante o período colonial e imperial as Câmaras municipais tiveram a obrigação de pagar às famílias criadoras e às amas-de-leite mensalidades para o auxílio na criação e lactação das crianças acolhidas, e, provavelmente, isto explique em grande parte o porquê de as famílias pobres terem acolhido crianças. Pensando-se nas famílias ricas que acolheram crianças abandonadas e sem-família, tal prática foi motivada, ao menos em parte, pela força de trabalho complementar e gratuita que a criança acolhida representava, talvez resquício do período de exploração escrava. Conforme Marcílio (2006) explica, comumente as famílias preferiam ter uma criança acolhida como empregada do que comprar um escravo ou contratar os serviços de uma pessoa adulta, porque se acreditava que a criança, por ter sido acolhida e criada pela família, a ela se subordinaria melhor, uma vez que a relação entre ambas estava permeada pela obediência e pela fidelidade. Tais aspectos ganham sentido com o relato acima transcrito, quando o depoente afirmou que em Corumbá famílias traziam meninas de suas fazendas, dizendo que na cidade iriam proporcionar a elas a oportunidade de estudo, quando na verdade, acabavam tão somente colocando-as para trabalhar como domésticas em suas residências.

XX, pois ainda hoje, é possível encontrá-la nas residências de algumas famílias tradicionais de Corumbá e região.

Rizzini (2008) confirma que no Brasil a principal atividade das meninas trabalhadoras é o emprego doméstico, e, relata que tal prática é antiga no país. Na Primeira República funcionou o sistema de soldada, que consistia no seguinte: famílias acolhiam meninas em suas casas, responsabilizavam-se por vesti-las, alimentá-las, educá-las e por depositar pequena soma em uma caderneta de poupança no nome da menina acolhida em troca de seus trabalhos domésticos. Era comum meninas serem tiradas dos asilos para irem para as casas de família viverem nessa relação. Se por um lado, muitas desejavam sair do asilo, por outro lado, nos novos lares elas eram, não raro, vítimas de maus tratos e abuso sexual, além de terem sua força de trabalho explorada.

Pelo relato do antigo morador e médico de Corumbá não foi possível saber se o sistema de soldada também regeu a forma como as famílias corumbaenses criaram as meninas trazidas de suas fazendas. Contudo, algumas semelhanças podem ser apontadas, como o uso da força de trabalho infantil na execução das atividades ligadas à esfera doméstica em troca do oferecimento de moradia e alimentação, e a possibilidade que as meninas acolhidas tinham de poderem ser matriculadas e freqüentar o colégio, custeadas pelas famílias acolhedoras.

Ainda segundo o entrevistado, enquanto muitas meninas foram trazidas das fazendas para residirem em casas de famílias, muitas outras foram criadas pelas Irmãs Salesianas, no colégio que dirigiram e no espaço da Santa Casa: “Essas moças vinham, principalmente das fazendas, pra ficar no colégio das Irmãs, pra receber educação, e vinham pra ficar no hospital também porque queriam ficar no hospital... No início começavam limpando o chão e terminavam como grandes enfermeiras...” (W.B.)³³. Sobre essas moças que vinham da fazenda, o entrevistado informou que elas não eram filhas dos proprietários das fazendas, mas dos *peões* que trabalhavam nas fazendas. Contudo, por algum motivo que não foi relatado, o entrevistado disse não gostar de usar a palavra *peão*: “Eu não digo peões de fazenda, eu digo pessoas de poucos recursos...” (W.B.).

Peão, segundo as informações de Virgílio Corrêa Filho, apresentadas por Sena (2010), foi o nome empregado nos municípios da região sulina de Mato Grosso para designar os trabalhadores rurais³⁴. Estes trabalhadores, que fizeram parte do segmento pobre livre da população, foram indispensáveis ao cotidiano das fazendas e usinas de Mato Grosso. Eles viviam de firmar acordos com os proprietários rurais, que passavam a ser seus patrões e

³³ É importante registrar que a Santa Casa de Corumbá foi fundada no ano de 1904; seu primeiro pavilhão foi inaugurado em 1913. A construção do hospital, sob responsabilidade da Sociedade Beneficente de Corumbá, satisfaz enormemente as autoridades públicas locais, que não tiveram mais que arcar com os gastos de atendimento aos doentes e indigentes da cidade (SOUZA, 2008).

³⁴ Também é importante registrar que o termo *peão* ainda hoje é utilizado em Corumbá para referir-se aos empregados das fazendas de gado.

patroas, para prestar determinados serviços em troca de pagamento. Dessa forma, viviam por contrato de trabalho e podiam ou não morar nas propriedades de seus patrões. Ao realizar o levantamento dos peões que existiram na população de Serra Acima, atual Chapada dos Guimarães, na primeira metade do século XIX, Sena (2010) levantou a hipótese de que ser *peão* talvez tenha sido uma ocupação passada de pai para filho: nas fontes documentais utilizadas em sua pesquisa, ele encontrou registrado o caso de um peão de trinta e cinco anos de idade, cujo filho de quinze anos também trabalhava como peão.

Apesar de a documentação utilizada por Sena (2010) ser referente a outro município, Serra Acima, e a outro momento histórico, primeira metade do século XIX, pelo relato do médico e antigo morador de Corumbá é possível inferir que os mesmos *peões*, mesmos no sentido de ser a mesma categoria de trabalhadores, ou seja, trabalhadores rurais que viveram por contrato de trabalho, também estiveram presentes nas fazendas que se formaram ao redor de Corumbá. Segundo o relato do entrevistado, era bastante comum as filhas destes peões serem levadas ao centro urbano para serem criadas pelas famílias de seus patrões. Pela hipótese levantada por Sena (2010), existe a possibilidade de que essa população pobre livre e trabalhadora não tenha entregado seus filhos para outras famílias criarem, no caso a família de seus patrões, ou não os tenha abandonado, mas os tenha criado, incorporando-os à ocupação que lhes garantia a subsistência, a saber, a ocupação de *peão*. Talvez ainda ambas as situações descritas tenham ocorrido, uma como perspectiva de uma vida “melhor” para as crianças do sexo feminino filhas dos peões, e a outra como destino das crianças do sexo masculino.

Retomando uma segunda informação revelada pelo depoimento do antigo morador de Corumbá, as meninas provenientes das fazendas da região, as filhas dos *peões*, além de terem sido trazidas ao centro urbano de Corumbá para morarem com as famílias dos patrões de seus pais, também foram criadas pelas Irmãs Salesianas, no espaço do colégio Salesiano e da Santa Casa. Segundo o entrevistado, havia ainda outras meninas, que não vinham das fazendas, e que eram “... Filhas de Corumbá mesmo...”; presumivelmente, tais “filhas de Corumbá” eram meninas pobres, ou sem-família, provenientes dos bairros populares.

O entrevistado relatou que as Irmãs da congregação Salesiana participavam das atividades da Santa Casa, com a missão de prestar assistência aos doentes, por meio da mensagem cristã. A assistência, fora do exercício do médico, era toda feita pela comunidade corumbaense, por senhoras que se envolviam na recuperação dos doentes e se organizavam para arrecadar fundos destinados ao atendimento das crianças e de todos aqueles que necessitavam da assistência do hospital, e pelas Irmãs Salesianas, de maioria italiana, que vinham para ficar no hospital, com a missão de passar a mensagem cristã a todos os usuários do hospital. Na Santa Casa as Irmãs moraram; elas tinham um dormitório. Segundo o

depoente, no início foram cinco ou seis irmãs que trabalharam no hospital, e no final³⁵ foram duas ou três. As meninas acolhidas eram criadas dentro do hospital, de modo que elas também tinham um dormitório, que ficava ao lado do dormitório das Irmãs. Em uma época em que não existia, segundo o entrevistado, outro tipo de assistência em Corumbá, as Irmãs acolhiam meninas provenientes de famílias de poucos recursos, criavam-nas e educavam-nas devido a uma visão social, de recuperação e educação. As meninas começavam executando os trabalhos domésticos e, no decorrer dos anos, tornavam-se enfermeiras:

... Elas moravam aqui dentro... No início começavam limpando o chão e terminavam como grandes enfermeiras... Nós tínhamos uma enfermeira aqui, ela ta viva, eu chamava ela de Maria... Preta, chamavam ela de Preta, ela tem quase 80 anos, Maria de Almeida...Ela é viva, ela é uma moça que na época com as freiras, ela tomava conta da esterilização, de tudo aqui na maternidade... Ela não queria estudar, era uma negrinha, mas trabalhava pra burro, todo mundo respeitava ela. Ela chamava a atenção de nós médicos... E aí eu pedi para as minhas primas virem aqui, elas vieram e deram umas aulas pra essas moças, de português, de matemática, pra melhorar... A maioria estudava, mas tinha umas que não queriam estudar, mas não era por causa das freiras não... As freiras depois que foram embora, aí nós pegamos essa turma pra conscientizar, e elas foram conscientizadas, estudaram e tudo... Eu só sei te dizer que elas existiam, e a maioria era bem educada, bem orientada, e eram trabalhadoras, eficientes, isso as freiras tinham mérito nisso, eu acho que elas faziam um trabalho bonito com as moças. Naquela época era a única coisa que existia, você não pode condenar nada né... (W. B.).

A solicitação de irmãs de caridade feita pelas autoridades de Mato Grosso foi registrado pelos relatórios provinciais presidenciais dos anos de 1870. Após algumas décadas, as religiosas chegaram a Cuiabá, e também a Corumbá. Antes de dar continuidade à apresentação das informações reunidas por meio dos depoimentos e dos dados encontrados nos arquivos dos Salesianos, vale primeiramente apresentar as circunstâncias em que a congregação religiosa chegou ao Brasil, a Mato Grosso e a Corumbá.

3.3.1 A congregação Salesiana no Brasil: sua chegada ao território brasileiro, a penetração em território mato-grossense e sua instalação em Corumbá

Os últimos decênios do Império foram um período em que avançou na sociedade brasileira a idéia de uma organização política liberal e laica, e em que liberais e positivistas, não comprometidos com a ordem vigente, lutaram pela reforma das instituições e pela derrubada dos privilégios religiosos. Apesar de esse período ter sido marcado por uma instabilidade na relação entre o Estado e a Igreja, a proclamação de uma República laica

³⁵ Segundo o entrevistado, as Irmãs Salesianas permaneceram na Santa Casa de Corumbá até, aproximadamente, os anos de 1970, época em que houve um conflito entre as Salesianas e os dirigentes da Santa Casa. Segundo o entrevistado, tal conflito aconteceu porque elas quiseram assumir a total direção do estabelecimento.

(1889) não rompeu o vínculo entre ambos, e o fim do regime de união, decretado em 1890, favoreceu a reorganização da Igreja; uma vez separada do Estado, após décadas de subordinação, a Igreja livre da tutela do poder civil pôde agir com vistas a retomar o terreno que perdera durante o Império. Apesar de oficialmente separados, o Estado reconheceu que a Igreja ainda tinha força política e prestígio popular no Brasil, e, por isso, podia ser uma forte aliada na defesa da sociedade contra a difusão das idéias comunistas já em circulação em outros países. Dessa forma, os interesses políticos do Estado permitiram à Igreja manter uma série de privilégios: ela continuou proprietária de seus bens, foi readmitida no país a entrada de novas ordens religiosas, e a administração pública ficou responsável por pagar à Igreja subvenções a título de auxílio às obras beneficentes (BARROS, 1974; CURY, 1988; NAGLE, 2001).

Este foi o período em que a congregação Salesiana desembarcou no Brasil e em Mato Grosso. A conjuntura no país era extremamente favorável à vinda dela:

De fato, quando a obra Salesiana é aqui implantada, estava em plena fase de afirmação o movimento dos bispos reformadores, visando transformar a Igreja tradicional, constituída nos moldes de uma Cristandade, em força de regime de Padroado... É esta, sem dúvida, uma das fases mais importantes da Igreja do Brasil, cujos efeitos será consolidados até os anos 60, já em pleno século XX (AZZI, 1983, p. 13, citado por MANFROI, 1997, p. 40).

Além disso, por ser uma ordem religiosa eminentemente filantrópica, voltada ao trabalho e à educação da infância e da juventude desamparada, ter Salesianos atuando no Brasil passou a representar para o Imperador uma possibilidade de solução para os problemas sociais brasileiros. *Meninos pobres, órfãos e colônias agrícolas* eram bons slogans para abrir caminho para os Salesianos, que foram, dessa forma, bem recebidos no país (SANTOS, 2000; AZZI, 1982, *apud* MANFROI, 1997).

É importante apresentar, ainda que de forma breve e sucinta, os princípios fundamentais norteadores das ações da congregação Salesiana, a fim de mostrar a relação que ao longo de sua história a ordem religiosa manteve, ao menos em tese, com a juventude pobre, abandonada e sem-família; relação esta que de alguma forma se estabeleceu em Corumbá nas primeiras décadas da República.

Dom Bosco foi o fundador da congregação Salesiana, cujo primeiro grande propósito foi salvar a juventude pobre e abandonada, tornando cada jovem nestas condições um bom cristão, instruído na doutrina católica, e honesto cidadão (FERREIRA, 2008).

João Bosco nasceu no ano de 1815, em Turim, Itália, filho de uma família pobre de agricultores. Aos nove anos de idade, teve um sonho, relatado e registrado em suas memórias,

que lhe revelou o que ele entendeu ser sua missão no mundo: educar os jovens pobres e abandonados. Aos vinte e seis anos de idade, recém ordenado sacerdote e vivendo em uma Europa que passava pelos anos da Revolução Industrial, Dom Bosco deu início a sua ação junto à juventude pobre e abandonada de sua cidade. Com o passar dos anos e devido ao número crescente de jovens que se juntavam a sua acolhida, Dom Bosco organizou a sociedade Beneficente São Francisco de Salles – os Salesianos, orientado pela missão de atender os jovens em situação de perigo, desamparo, pobreza e abandono. Dom Bosco faleceu em 1888, e neste ano sua organização já havia se disseminado por diversos países da Europa e da América do Sul (FERREIRA, 2008).

Ainda que em certo momento o sistema educativo proposto por Dom Bosco, que ficou conhecido como Sistema Preventivo, tenha sido considerado aplicável aos jovens de todas as camadas sociais, Dom Bosco sempre o apresentou como uma proposta de atendimento para os jovens em situação de pobreza, abandono, orfandade e criminalidade. Nas palavras do próprio padre, em diálogo com o Marquês Roberto D’Azeglio, quando indagado sobre o que desejava fazer com sua obra, ele respondeu:

Fazer o pouco que puder aos menores abandonados, empregando todas as forças para que se tornem bons cristãos face à religião e honestos cidadãos na sociedade civil [...] Me convidem para qualquer coisa em que o padre possa exercer a caridade e me verão pronto a sacrificar a vida e haveres [...] (DOM BOSCO, 1993, *citado por* MANFROI, 1997, p. 13).

Os primeiros padres Salesianos chegaram a Mato Grosso nos anos de 1880. Contudo, anterior a esse período, a Igreja Católica, representada pelos padres da Companhia de Jesus, já havia penetrado o território mato-grossense no ano de 1751, e edificado o primeiro aldeamento indígena para conversão dos índios Bororo na região da Chapada dos Guimarães. Entretanto, a presença e a atuação dos jesuítas foram bastante rápidas, porque a ordem de expulsão da Companhia de Jesus, decretada por Pombal em 1759, retirou os padres inacianos do território mato-grossense antes que suas ações alcançassem a esfera da educação. Neste curto primeiro momento, a atuação da Igreja permaneceu restrita à evangelização dos indígenas nos aldeamentos (ALVES, 1996).

No ano de 1894 a congregação Salesiana chegou a Cuiabá. Por ser uma congregação nova, fiel a Roma, comprometida com os bispos reformadores, ativa na área da assistência social e de forte espírito missionário, os Salesianos foram recebidos com entusiasmo pela Diocese de Cuiabá (MANFROI, 1997).

O trabalho inicial dos religiosos foi a catequese dos indígenas, que ainda neste tempo existiam em grande número na região. Tal iniciativa atendia aos interesses tanto da Igreja

Católica quanto do governo do Estado, que já havia feito, pela força e sem sucesso, inúmeras tentativas de acabar com a presença dos nativos. Segundo as palavras do próprio governador do Estado, Manoel José Martinho: “[...] Tal serviço, além de seu caráter humanitário e civilizador, atende de perto a segurança e tranqüilidade da indústria agrícola entre nós, a qual não poderá medrar, enquanto viver sobressaltada pelas correrias e ataques dos selvícolas” (AZZI, 1983, *apud* MANFROI, 1997, p. 57).

Além da catequese, no mesmo ano em que os Salesianos chegaram a Cuiabá, foi construído o Colégio Salesiano São Gonçalo, que no interior das oficinas do Liceu Salesiano de Artes e Ofícios ofereceu ensino profissionalizante aos jovens do sexo masculino provenientes das camadas pobres da população cuiabana. Já funcionava em Cuiabá, desde 1853, o Seminário Episcopal da Conceição, instituição primeira da província a oferecer o ensino secundário aos filhos da elite de Cuiabá e região. Segundo Lopes (2006), apesar de o colégio visar o ensino de crianças provenientes das famílias abastadas de Cuiabá e região, ele também acolheu crianças e jovens filhos das famílias pobres, e, a eles, ofereceu abrigo e uma formação voltada para o sacerdócio. Estes foram colégios particulares confessionais voltados à educação da elite mato-grossense, mas que, segundo as informações acima mencionadas, eventualmente abrigaram os filhos das camadas pobres da população (MARCÍLIO, 2006; LOPES, 2006).

De nenhuma influência no século XVIII, período em que a capitania não contou ao menos com um bispo, a Igreja Católica no século posterior passou a deter o controle monopólico sobre a educação primária e secundária em Mato Grosso (ALVES, 1996).

No ano de 1890, foi fundado também em Cuiabá o Asilo Santa Rita, estabelecimento educacional para o abrigo de meninas órfãs e desamparadas desprovidas de um lar. Sobre o asilo, existe a pesquisa de Ivone Goulart Lopes, cuja proposta foi resgatar a história do estabelecimento no período de 1890 a 1930, a partir da hipótese de que ele foi criado em pleno acordo com a lógica do Estado de complementar suas ações com as iniciativas particulares.

O Asilo Santa Rita foi fundado com o propósito maior de acolher e atender meninas órfãs e *desvalidas*: “A Igreja, juntamente com as autoridades civis da época, **tentando dar uma solução ao problema da menina órfã/desvalida**, analfabeta, projeta um espaço onde recolher estas meninas e lhe instruir nas ciências e nos valores morais” (LOPES, p. 15 - grifo nosso). Jovens pagantes também foram admitidas, para que suas mensalidades funcionassem como o principal recurso financeiro mantenedor do estabelecimento. Entretanto, segundo os dados apresentados por Lopes (2006), apesar de o asilo ter sido criado com o objetivo de atender crianças órfãs e *desvalidas*, ou seja, pobres e/ou abandonadas, ao longo dos anos a

admissão dessas meninas caiu sobremaneira se comparado ao número de meninas pagantes matriculadas, por não dispor o colégio de recursos financeiros suficientes para abrigar e manter gratuitamente as jovens em situação de pobreza, orfandade e abandono. As Irmãs Salesianas assumiram a direção do asilo durante os períodos 1895-1903 e 1922-1972.

Em Corumbá, a presença e a atuação dos Capuchinhos precederam a chegada e o trabalho dos Salesianos. Restritos à tarefa de evangelizar os indígenas e os civilizados, os Capuchinhos fundaram a aldeia Nossa Senhora da Misericórdia, próxima ao rio Paraguai, onde 1300 índios Guanás foram aldeados (DOURURE, 1977, *apud* MANFROI, 1997).

Sobre a instalação da missão Salesiana em Corumbá, conforme mostram as palavras do bispo Dom Luiz Carlos D'Amour, a congregação encontraria vantagens em se estabelecer na cidade: “[...] Haverá vantagens [...] Pois esta cidade é sede da alfândega estadual, para tudo o que se relaciona com o exterior [...]” (D’AMOUR, 1898, *apud* MANFROI, 1997, p. 51).

Os Salesianos chegaram a Corumbá no ano de 1899.

O desejo inicial da congregação foi implantar junto à sociedade corumbaense uma ação educacional. Os religiosos chegaram em março, e em abril do mesmo ano começou a funcionar o colégio Salesiano Santa Teresa. Apesar de o princípio norteador da congregação Salesiana ser o atendimento e a formação de crianças e jovens provenientes das camadas pobres da população, não foram estas as crianças que estudaram no colégio. O Santa Teresa foi freqüentado pelos filhos dos comerciantes, pecuaristas, profissionais liberais e políticos de Corumbá, e, para Manfroi (1997), tal situação não poderia ter sido diferente visto que foram estas famílias que, junto com as autoridades eclesiásticas, criaram as condições necessárias para que os Salesianos se estabelecessem de forma definitiva em Corumbá. Segundo os depoimentos reunidos por José Manfroi (1997), em sua pesquisa sobre a atuação Salesiana em Corumbá, o colégio Santa Teresa formou a maioria dos quadros dirigentes da cidade. Ainda segundo o autor, tal situação mostra que em Corumbá os Salesianos estabeleceram estreita relação com os grupos fortes econômica e politicamente, o que é um ponto interessante de ser mencionado, na medida em que mostra, de forma clara, o vínculo que os religiosos mantiveram com a política local, ainda que a doutrina Salesiana, e, especialmente seu fundador, sempre tenham proclamado uma atuação livre de laços políticos (MANFROI, 1997).

3.3.2 O acolhimento de crianças pobres, abandonadas e sem-família no colégio Salesiano Imaculada Conceição

Além do colégio Salesiano Santa Teresa, que atendeu exclusivamente crianças do sexo masculino, no ano de 1904, chegaram a Corumbá as Filhas de Maria Auxiliadora, as Salesianas, que fundaram o colégio Imaculada Conceição, instituição privada destinada à educação de meninas. No período analisado (1904-1927), o colégio matriculou duas categorias diferentes de alunas: as pagantes externas, que estudavam durante um período do dia, ao final do qual retornavam aos seus lares, e as pagantes internas, que não apenas estudavam como também moravam no colégio.

As informações registradas nos cadernos de crônicas do colégio Imaculada Conceição mostraram que apesar de o colégio matricular apenas meninas internas e meninas externas pagantes, visto que era um estabelecimento educacional privado destinado à educação de meninas provenientes das famílias dos grandes comerciantes, dos pecuaristas e profissionais liberais de Corumbá, ele também acolheu meninas pobres, abandonadas e sem-família, que nele residiram e trabalharam. Segundo os depoimentos de uma ex-aluna interna e duas ex-alunas externas do colégio:

Tinham as meninas que elas criavam que não eram internas... Elas que lavavam, passavam e tudo... Elas limpavam o salão, limpavam o pátio, limpavam a parte das irmãs... Elas eram moças que os pais não pagavam, elas viviam ali, estudavam, fazia tudo por conta do serviço... Eram muito bem tratadas, as irmãs cuidavam que nem se fossem internas, só que elas trabalhavam (E.S.).

E ainda:

Tinham moças mesmo, já moças feitas, e tinham crianças né, tinha menina... Todas trabalhavam, cada uma num setor conforme o tamanho, a idade... Limpeza da classe, da sala de aula, limpavam as carteiras, o dormitório, outras ajudavam na cozinha, lavar uma louça... (D.K.).

Estes são alguns detalhes do dia a dia das crianças acolhidas no colégio que os cadernos de crônicas não registraram, e que, no entanto, por meio dos depoimentos puderam ser resgatados.

Pelas crônicas não foi possível saber se além de trabalhar, às meninas acolhidas era permitido estudar. Entretanto, segundo o depoimento de uma ex-aluna externa, as meninas estudavam: "... Realmente tinham essas meninas que eram órfãs ou pobres, que não tinham condição de pagar o colégio, então os pais deixavam ai... E elas aprendiam o ofício, o trabalho de limpeza de casa, de cozinha, de tudo, e de noite elas estudavam" (D.K.). O relato de uma

ex-aluna interna confirmou a informação dada pela ex-aluna externa, ainda que ambas tenham estudado no colégio em anos diferentes. Segundo a ex-aluna interna, as meninas acolhidas freqüentavam as mesmas aulas que as demais alunas, e na sala de aula, sentavam-se ao fundo do cômodo, separadas das demais crianças.

Segundo o depoimento da atual diretora da Casa Inspetorial Salesiana de Mato Grosso do Sul, que também cursou como aluna externa o ensino fundamental no colégio Imaculada Conceição de Corumbá³⁶, de fato o colégio abrigava meninas pobres, que vinham do “mato”, isto é, das fazendas, filhas dos *peões*, ou que simplesmente não tinham família. Segundo a Irmã Salesiana, essas meninas tinham que estudar, afinal se o colégio as abrigasse sem oferecer estudo, o quadro teria se configurado como escravidão, porque as meninas trabalhavam sem receber pagamento algum; então elas estudavam, junto com as demais alunas, colocavam o uniforme, assistiam às aulas, e, nos outros períodos, trabalhavam como forma de pagar os estudos, a alimentação e a moradia que do colégio recebiam.

Ao procurar no livro de matrículas do Imaculada Conceição, que desde o ano de sua fundação mantém registrado o nome de todas as alunas que ali estudaram, os nomes das meninas acolhidas que moraram e trabalharam no colégio, nomes estes que foram registrados nas crônicas de alguns anos, não foram encontrados.

Por meio dos depoimentos também foi possível compreender que, apesar de morarem no colégio e estarem inseridas no dia a dia do estabelecimento, as meninas acolhidas viviam quase que completamente separadas das alunas internas e externas pagantes: “Elas tinham o quarto delas separado, tinham uma Irmã assistente... Elas tinham o lugar delas, pra dormir, pra comer, pra tudo...” (E.S.). Os espaços físicos eram diferentes para as meninas acolhidas e para as alunas pagantes, e, a rotina de cada grupo também era diferente, afinal, até o ponto que se conhece, às alunas pagantes cabiam predominantemente as atividades escolares, enquanto às meninas acolhidas cabiam, também de forma predominante, os serviços domésticos.

As ex-alunas entrevistadas relataram que, de fato, elas mantinham quase nenhum contato com as *meninas da casa*, designação esta registrada nas crônicas para identificar as crianças acolhidas, justamente porque apesar de todas estarem reunidas no mesmo espaço físico, o espaço do colégio, neste havia cômodos diferentes para serem utilizados por cada grupo: “... Elas moravam separadas da gente né, em outro pavilhão do colégio...” (D.K.).

Quando indagadas sobre por que, segundo elas, existia tal separação entre as meninas acolhidas e as demais alunas, uma ex-aluna respondeu: “Porque elas eram moças que os pais

³⁶ Ainda que a Irmã Salesiana, e ex-aluna externa do Imaculada Conceição, tenha estudado no colégio nos anos de 1950, ela relatou que em sua época existiu a mesma prática de acolher crianças pobres, abandonadas e sem-família.

não pagavam, elas viviam ali, estudavam, fazia tudo por conta do serviço... As meninas eram tidas com o maior carinho, a única coisa é que elas trabalhavam pra pagar a estadia delas” (E.S.).

Nos trechos acima transcritos dos depoimentos das ex-alunas, foi apontado que as meninas acolhidas pelo colégio eram órfãs, e, em outros casos, pobres, porém, com família, ou seja, elas não haviam sido abandonadas e conheciam suas respectivas famílias; seus genitores por não terem recursos financeiros para matriculá-las como alunas no colégio, deixavam-nas no estabelecimento para que lá elas fossem criadas e educadas pelas Irmãs. O depoimento da ex-aluna confirma tal informação: “... Realmente tinham essas meninas que eram órfãs ou pobres, que não tinham condição de pagar o colégio, então os pais deixavam ai...” (D.K.). Como prova de que possivelmente tais crianças tinham família e de que com ela mantinham algum contato, aos domingos, dia da semana em que as alunas internas recebiam visitas de seus familiares, também as meninas acolhidas eram visitadas por seus parentes. Quando indagada se tais meninas tinham família e eram por elas visitadas, a ex-aluna interna respondeu: “Ah, todas elas acho que tinham pai, não lembro muito bem, mas todas elas recebiam (referindo-se a receber visitas)... Não falo que todo domingo elas recebiam, porque eu não via, não sabia, mas elas recebiam” (E.S.).

Além de a rotina das meninas acolhidas ser bastante diferente do cotidiano das alunas pagantes, porque as tarefas de cada grupo eram diferentes e deviam ser organizadas em horários também diferentes, outros detalhes, como o uniforme escolar, diferenciavam-nas. Segundo os depoimentos, as alunas externas tinham um uniforme escolar, as internas tinham outro uniforme, enquanto as meninas acolhidas:

Elas não usavam esse uniforme, andavam de chinelo né, de sandália... Vestido, qualquer vestido... Usavam vestido, e as irmãs, a maior parte era as irmãs mesmo que davam o vestido... A madre superiora que dava... O nosso (referindo-se ao uniforme das alunas internas) era de prega, listadinho, de gola, manga comprida... Tudo era manga comprida, antigamente não usava manga curta, ninguém usava manga curta, andava de sapato, de meia... (E.S.).

Chama bastante atenção essa questão das várias formas empregadas para diferenciar as alunas entre si, ou seja, as externas das internas, e as meninas acolhidas das alunas. Apesar de estarem todas reunidas no mesmo espaço físico, o espaço do colégio, nota-se que diferenças eram estabelecidas entre elas de forma bem marcada e de várias maneiras: pelas atividades e deveres de cada grupo, pelos dormitórios e refeitórios, e pelo uniforme. Outra interessante informação reveladora de tal distinção estabelecida entre as meninas foi aquela, anteriormente mencionada, trazida por E.S., que relatou que às meninas acolhidas era permitido assistir as

aulas com as demais alunas, contudo, no espaço da sala de aula as primeiras deviam se sentar ao fundo do cômodo.

Tal diferenciação, de certa forma se aproxima, ou se assemelha, da proposta que vigorou no país ao longo da Primeira República, a saber, a classificação e o agrupamento de crianças (as pobres, as abandonadas e as sem-família) de acordo com a sua procedência social, ou com o motivo de sua institucionalização. Conforme discutido no primeiro capítulo, tal proposta estava baseada na idéia de que crianças pobres eram naturalmente propensas aos vícios e às perversões, de que assim como se crescessem em um ambiente vicioso desenvolveriam perversões, em um bom ambiente poderiam desenvolver virtudes e bons hábitos, e de que era necessário que tais crianças não se misturassem às demais, porque as más inclinações eram passíveis de ser transmitidas. Semelhante a tais idéias, segundo o regulamento dos Salesianos, apresentado por Ferreira (2008), os jovens podem ser agrupados em quatro categorias: os de índole boa, os de índole ordinária, os de índole difícil e os de índole má³⁷. Entre outros instrumentos, a vigilância é necessária a fim de que um grupo não cause danos a outro grupo, norma esta que bastante lembra a idéia de contaminação moral, tão defendida pelos higienistas e juristas dos principais centros urbanos do país.

Nas crônicas redigidas no período examinado foram encontrados registros sobre o acolhimento de crianças no interior do colégio Imaculada Conceição. Pelas crônicas, inclusive, foi possível sistematizar o número de meninas acolhidas que residiram no colégio em cada ano, e as atividades domésticas que a elas cabiam executar.

Tabela 1 – Número de meninas acolhidas e atividades domésticas por elas executadas – Colégio Imaculada Conceição (1904-1927)

Ano	Nº de meninas acolhidas	Ocupações
1904	–	–
1905	–	–
1906	–	–
1907	–	–
1908	–	–
1909	–	–

³⁷ Ainda com relação aos princípios Salesianos, e como prova de que tais princípios foram produzidos pelas correntes de pensamento de seu tempo, assim como pelas demandas econômicas, políticas e sociais, os religiosos partiam do entendimento de que existia um meio social deletério que oferecia sério perigo moral às crianças e aos jovens. Dessa forma, os Salesianos acreditavam que os jovens precisavam ser “vacinados” contra a maldade e a malícia que existiam na sociedade e que ofereciam constante perigo: “Quer pelo vazio moral quer pelo ambiente negativo e oposto aos valores morais cristãos” (FERREIRA, 2008, p. 29).

Ano	Nº de meninas acolhidas	Ocupações
1910	–	–
1911	–	*Apesar de não ter sido registrado o nº de meninas acolhidas no ano de 1911, em uma passagem das crônicas deste ano foi registrado um acontecimento (como descrito abaixo) ³⁸ envolvendo uma menina acolhida pelo colégio, o que indica que a prática de acolher crianças já existia.
1912	3	Cozinha, lavanderia, etc.
1913	3	Cozinha, lavanderia, etc.
1914	–	–
1915	–	–
1916	2	1 porteira, 1 cozinheira e 1 ajudante
1917	2	–
1918	2	1 cozinheira
1919	2	1 cozinheira e 1 ajudante
1920	3	1 Cozinheira e 1 ajudante
1921	2	1 Cozinheira e 1 ajudante
1922	1	1 Cozinheira e 1 ajudante
1923	–	–
1924	–	1 Cozinheira
1925	–	1 Cozinheira
1926	–	Cozinheira e chapeleira
1927	–	Duas jovens cozinheiras

Cadernos de crônicas Salesianas (1904-1927) - Colégio Imaculada Conceição

No colégio Imaculada Conceição, o uso da força de trabalho das crianças acolhidas aconteceu em um momento da história do atendimento à criança pobre, abandonada e sem-família no Brasil em que a tônica das ações voltadas a estas crianças e jovens foi o trabalho. Conforme discutido no primeiro capítulo, ao longo da fase filantrópica, que abarcou o período

³⁸ Tal acontecimento foi registrado nas crônicas do dia 15 de maio de 1911: “Devido a uma inexperiência de ter feito acompanhar uma menina (que da um anno estava-nos entregue em condição de criada ou orphão) por um moço, e este era irmão de uma nossa Irmã, deu occasião a um grande barulho aqui em Corumbá e em todo o Estado de Matto Grosso”.

da Primeira República, o trabalho foi concebido como o único instrumento capaz de tornar a criança pobre, abandonada e sem-família, a criança *desvalida*, em cidadão *válido* para o Estado, que carecia de braços trabalhadores úteis ao progresso da nação. Além disso, o trabalho era valorizado como importante instrumento moralizador e disciplinador do corpo e da mente, como atestado de virtude e bem aceitação do sujeito na sociedade (RIZZINI, 2008; RIZZINI, 2009).

Na tentativa de esclarecer porque no colégio Imaculada Conceição o acolhimento de crianças se baseou no uso da força de trabalho infantil, não de ser consideradas algumas das próprias concepções Salesianas, e mais uma vez é possível notar a proximidade entre a doutrina religiosa e o pensamento difuso na sociedade brasileira da época. Ferreira (2008) informa que um dos princípios fundamentais da atuação Salesiana junto aos jovens sempre foi o trabalho, ou seja, a educação por meio do trabalho, entendido como o cumprimento dos deveres que cabem a cada pessoa “... Quer se tratasse do estudo, quer de qualquer arte ou ofício” (FERREIRA, 2008, p. 16). De acordo com a doutrina Salesiana, o jovem deve se habituar desde cedo ao trabalho, porque se acredita que o trabalho dignifica o homem. Em uma época em que estava difundida a idéia de que as crianças provenientes das camadas pobres da população deviam ser assistidas para serem afastadas do crime e do vício, e de que o instrumento capaz de torná-las bons cidadãos era o trabalho, possivelmente as meninas acolhidas no colégio Imaculada Conceição tinham como principal dever a execução dos afazeres domésticos porque as religiosas entendiam que o trabalho braçal era para as crianças acolhidas o mais adequado tipo de formação educativa que deviam receber³⁹.

O viés religioso/caritativo⁴⁰ explica em parte porque as religiosas Salesianas acolheram meninas pobres e sem-família, enquanto os próprios princípios da doutrina Salesiana ajudam a esclarecer porque o acolhimento que as religiosas ofereceram a estas meninas baseou-se em estadia, alimentação e, possivelmente, estudo, pagos com trabalho braçal.

³⁹ Sobre a questão do trabalho braçal ser utilizado como o tipo de formação educativa adequado às crianças acolhidas, aqui caberia o questionamento de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 19, *citado por* CARVALHO, 2008, p. 33): “Como pode ser educativo e positivo, algo que é explorado, que não parte necessariamente da livre escolha, repetitivo, vigiado, mal remunerado?”. Ainda que as religiosas acreditassem que o trabalho braçal era o tipo de formação que as crianças acolhidas deviam receber, provavelmente, dispor de força de trabalho gratuita para a execução dos serviços domésticos tenha sido uma vantagem para o estabelecimento.

⁴⁰ Conforme abordado anteriormente, a assistência ao pobre, ao abandonado, ao sem-família foi o motivo pelo qual Dom Bosco justificou a fundação da congregação Salesiana. Em maior ou menor grau, as ações dos Salesianos sempre estiveram vinculadas à assistência, o que também pode ajudar a esclarecer a razão pela qual as Salesianas em Corumbá acolheram crianças em seu colégio particular. Talvez esta tenha sido a forma que elas encontraram de praticar a assistência Salesiana.

Uma possível prova de que o trabalho braçal era visto pelas Salesianas como parte integrante da formação educativa de certas crianças, os depoimentos das ex-alunas pagantes mostraram que além de estudarem e fazerem as lições escolares, elas também tinham o dever de cumprir certos afazeres domésticos, como arrumar as camas e lavar as xícaras utilizadas durante as refeições. Nas palavras da ex-aluna interna: “Nós limpávamos o prato de sobremesa, copo, as xícaras de chá...” (E.S.). Segundo E.S., as alunas externas também tinham alguns deveres domésticos, contudo, os serviços das alunas internas e externas pagantes eram mais leves se comparados aos serviços que as meninas acolhidas deviam executar.

Não desconsiderando que as três ex-alunas entrevistadas estudaram no colégio Imaculada Conceição em anos diferentes, o que significa que podem ter ocorrido alterações na organização das práticas e atividades do colégio entre um período e outro, os relatos das duas ex-alunas externas informaram que as alunas externas não tinham a obrigação de cumprir nenhum serviço doméstico. Segue trecho da entrevista:

-E vocês tinham que limpar alguma coisa?

-D.L.: Não.

-E as internas será que tinham que limpar alguma coisa também?

-D.K.: As internas às vezes tinham... Tinha obrigação, ficava assim tipo pra supervisionar uma classe.

-As internas?

-D.K.: As internas... O serviço das moças de casa né...

-Elas supervisionavam as outras meninas?

-D.K.: É, que já eram bem mais instruídas né, tinha bem mais compreensão das coisas, pra ensinar entendeu? Orientar como que fazia... Então uma das internas que já era moça feita, ficava orientando as meninas de casa, no serviço doméstico.

Supondo que o trabalho fosse adotado no colégio Salesiano enquanto parte integrante da formação educativa das crianças, conforme explicado por Ferreira (2008), pelo relato das duas ex-alunas externas, as meninas acolhidas tinham a obrigação de cumprir vários serviços domésticos, as internas às vezes deviam executar alguns serviços também, enquanto às alunas externas nenhuma atividade, além das escolares, cabia-lhes. Ou seja, ainda que o trabalho fosse empregado como parte integrante da formação educativa das crianças, pelos relatos nota-se que tal princípio não era aplicado da mesma forma a todas as meninas (alunas e acolhidas). Ou ainda, nota-se que existiam dois tipos de trabalho distintos para dois tipos de crianças enxergadas como também distintas: o trabalho intelectual (os estudos) para as alunas pagantes e o trabalho braçal (os serviços domésticos) para as crianças acolhidas.

As duas ex-alunas externas (e irmãs) relataram ainda que durante um mês residiram no colégio, porque os pais foram passar um tempo na fazenda da família. Ao passar da condição

de alunas externas para a condição de internas, as meninas foram colocadas para trabalhar, fato este que, inclusive, gerou um conflito entre uma delas e as Irmãs Salesianas dirigentes do colégio:

-D.L.: As internas tinham obrigação também...

-Do que?

-D.L.: De fazer serviço, de limpar, arrumar as coisas, botar em ordem o dormitório, lavar banheiro... Uma vez eu briguei lá no colégio porque mandaram ela (referindo-se à irmã) lavar o banheiro...

-Mandaram a senhora lavar?

-D.L.: Ela (apontando para a irmã).

-Ah, a Dona D.K.

-D. K.: Eu era mandada pra tudo, era muito briososa, então mandava limpar sala de aula, e eu ia tranqüila, fazia tudo e ela (referindo-se à irmã) ficava zangada...

-D.L.: Eu achava um desaforo aquilo, papai paga bem caro pra ela limpar banheiro, limpava em casa então...

De modo geral, as crônicas e os depoimentos das ex-alunas fizeram claro que enquanto o dia das alunas pagantes era preenchido de forma predominante pelas atividades escolares, que compreendiam as aulas de gramática, de matemática, de música e teatro, o cotidiano das meninas acolhidas era organizado em grande medida pelos afazeres domésticos, como a limpeza dos cômodos do colégio, os serviços de lavanderia e cozinha. O que explica tal distinção? Ou seja, por que às crianças matriculadas e pagantes, filhas dos comerciantes, pecuaristas e políticos locais cabiam os exercícios intelectuais, enquanto às crianças acolhidas, que, segundo os depoimentos, eram pobres e sem-família, cabiam, de forma predominante, os trabalhos braçais?

Para Saviani (2006), a divisão dos homens em duas classes distintas, a classe dos proprietários e a classe dos não proprietários, ocasionou também uma divisão na educação. Dessa forma, passou a existir uma educação focada nas atividades intelectuais, nos exercícios físicos e no domínio da palavra, para os homens livres e proprietários, e outra educação “assimilada ao próprio processo de trabalho”, ou seja, uma educação coincidente com o processo de trabalho, educação esta destinada aos escravos, aos serviçais e aos pobres livres. Uma educação dualista para formar dois tipos de profissionais: o profissional das profissões intelectuais, que requerem o domínio teórico dos conhecimentos, a fim de que sejam preparados os quadros dirigentes da sociedade; o profissional das profissões manuais, que exigem uma formação prática, restrita à execução de tarefas delimitadas que dispensam o domínio de seus fundamentos teóricos.

Conforme analisado nos capítulos anteriores, e reafirmado pelas idéias de Carvalho (2008) em sua pesquisa sobre a história do ensino profissional no Brasil, dentro do processo histórico da sociedade brasileira, para as camadas populares e para assistir as crianças e

jovens desamparados provenientes dessas camadas, as ações sempre estiveram vinculadas ao mundo do trabalho. Principalmente durante a fase filantrópica, em que a tônica do trabalho ficou ainda mais forte, justificada pela idéia de que pelo trabalho as crianças e os jovens provenientes das classes pobres da população estariam afastados do ócio, do vício e do crime. Foi propagada a idéia de que o trabalho era produtor de dignidade e enobrecimento, e tal discurso foi o mecanismo utilizado para controlar a classe trabalhadora e para atender à necessidade de reproduzir força de trabalho. “No caso da criança, a lógica era adaptá-la desde cedo para o trabalho. Portanto, a sua inserção, a mais precoce possível no mundo do trabalho, era vantajosa...” (RIZZINI, 2008, p. 103).

Ainda segundo Rizzini (2008, p. 376):

As crianças pobres sempre trabalharam. Para quem? Para seus donos, no caso das crianças escravas da Colônia e do Império; para os ‘capitalistas’ do início da industrialização, como ocorreu com as crianças órfãs, abandonadas ou desvalidas a partir do final do século XIX; para os grandes proprietários de terras como bóias-frias; nas unidades domésticas de produção artesanal ou agrícola; nas casas de família; e finalmente nas ruas, para manterem a si e as suas famílias.

Seja trabalhando nas casas de família, seja trabalhando no interior do colégio Salesiano e na Santa Casa, pode-se afirmar que dessa forma as crianças pobres e sem-família foram acolhidas e criadas em Corumbá no período de 1904-1927.

Outro aspecto que chamou bastante atenção nos depoimentos das ex-alunas e do antigo morador de Corumbá é que em nenhum dos relatos foi mencionada a prática de abandonar crianças. Ao falar sobre a situação de vida das meninas que foram acolhidas pelo colégio, as ex-alunas falaram em orfandade e pobreza. O médico também falou em famílias pobres que entregavam seus filhos, e não famílias que abandonavam suas crianças pelas estradas, nas portas de residências ou até mesmo na Santa Casa. As crônicas e os depoimentos não mencionaram a existência em Corumbá da prática de abandonar crianças.

Na tentativa de responder a questão sobre a origem social das crianças acolhidas pelos colégios Salesianos, além das crianças pobres e órfãs, que as crônicas e os depoimentos mencionaram, as crônicas também registraram, no período pesquisado, a presença de meninas indígenas Bororo no colégio, trazidas, provavelmente, dos aldeamentos que existiam em Mato Grosso e que eram dirigidos pelos Salesianos. O primeiro registro da presença de uma criança Bororo no colégio Imaculada Conceição foi feito no ano de 1916: “... Retorna de Cuiabá a ótima Madre Superior, vem com ela a irmã Annetta Gomes, a pequena borora Lucina...”. Ainda segundo as crônicas, as meninas indígenas, assim como as outras crianças acolhidas, eram trazidas e acolhidas no colégio para também serem auxiliares nos serviços domésticos.

Nas crônicas de junho de 1920 foi registrado o seguinte: “Chega de Cuiabá a Irmã Assumpta Fabbri acompanhada pela sua secretária Irmã M. Pancheri, de duas pias senhoras e de uma bororinha, que vem para nos ajudar nos afazeres domésticos”.

Por ser um registro recorrente, as crônicas mostraram que era comum as meninas da casa, e entre elas as crianças indígenas, acompanharem as Irmãs Salesianas em suas viagens pelas outras casas Salesianas espalhadas pelo Brasil. É possível compreender também que as meninas não só as acompanhavam como também por diversas vezes acabavam ficando nos estabelecimentos que visitavam, ou seja, parece que comumente as meninas acolhidas circulavam, ao longo dos anos, por diversas casas Salesianas; elas viviam e trabalhavam certo tempo em uma casa, e então se mudavam para outra casa.

Nas crônicas, ao longo do período examinado, houve variação das palavras empregadas para designar as meninas acolhidas. Os termos foram: jovens órfãs, jovens, juvenzinhas, boas jovens, empregadas (1922), filhas da casa (1924) e jovens da casa (1926).

As crônicas também registraram que as Salesianas dirigiram outra ação caritativa/assistencial, voltada especificamente para as crianças pobres de Corumbá: a catequese dominical. Segundo os registros das crônicas (1926, 1928), as Irmãs saíam pela cidade em missão catequizadora, pois sabiam que existiam muitas crianças carentes de educação religiosa. Para tanto, elas se dirigiam aos locais da cidade que eram *sujos, cheios de imoralidade e outros vícios*. Certamente tais locais não eram as casas das famílias “distintas” de Corumbá, mas os bairros periféricos, os “sarobás”, onde as crianças das camadas mais pobres da população habitavam. Dessa forma, conforme registrado nas crônicas, as crianças mais pobres da periferia da cidade recebiam os ensinamentos religiosos nos centros de catecismo e eram preparadas para receber a primeira comunhão, ocasião em que as Salesianas, auxiliadas pelas leigas voluntárias, organizavam festinhas, onde eram distribuídos às crianças doces, artigos religiosos, roupas e sapatos, estes últimos presentes confirmando que a ação era dirigida à população pobre da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensando-se no período em que nos principais centros urbanos do Brasil as crianças pobres, abandonadas e sem-família foram categorizadas como um problema social que deveria ser resolvido, passando, tais sujeitos, a serem alvo de intensas discussões e de propostas de ação, a pesquisa realizada foi motivada, basicamente, pelo questionamento sobre como se desenhou a situação das crianças em semelhantes condições de vida na região sul de Mato Grosso no mesmo período histórico. Ou seja, o maior objetivo da investigação foi dar início à reconstituição histórica das formas de acolhimento e de atendimento que as crianças pobres, abandonadas e sem-família de Corumbá receberam na Primeira República, mais especificamente no período de 1904 a 1927.

A primeira grande questão abordada no trabalho foi a história do atendimento à criança pobre, abandonada e sem-família no Brasil. No interior dessa história, foram focadas a fase caritativa e a fase filantrópica.

A fase caritativa abarcou um período da história brasileira em que a sociedade esteve estruturada na grande propriedade rural monocultora e no regime de trabalho escravo. Ela teve início no período colonial e se estendeu até meados do século XIX. Durante a colônia, e mesmo ao longo do Império, uma vez que a independência política do Brasil (1822) não transformou os traços estruturais da sociedade, o país foi parte integrante da economia européia e teve, dessa forma, por principal, se não única função, produzir em grande escala para exportação.

Durante os anos coloniais, nasceu nos principais núcleos populacionais da colônia a prática de abandonar crianças, o que demandou a fundação das primeiras instituições destinadas a acolhê-las. A organização e a execução do atendimento destinado às crianças abandonadas foram, neste período, monopolizadas pela Igreja Católica, cujas ações, bem como a própria forma de perceber e categorizar tais crianças, foram regidas pelo princípio da caridade.

A principal instituição de atendimento à criança abandonada fundada na fase caritativa foi a Roda de Expostos, que funcionou nas Santas Casas de Misericórdia e foi dirigida pela Igreja Católica e por voluntários comprometidos com as obras caritativas. Basicamente, as Rodas tiveram a função de receber crianças abandonadas, batizá-las para em seguida encaminhá-las aos cuidados das amas-de-leite e das famílias criadoras.

A fase seguinte, a filantrópica, abarcou o período da história do Brasil em que a estrutura da sociedade passou da condição agrário-escravocrata para a condição urbano-

industrial. Embora a industrialização e a urbanização tenham tomado uma forma melhor definida a partir dos anos de 1930, os acontecimentos econômicos, políticos e sociais que antecederam esta década deram início à transitoriedade estrutural do país e repercutiram sobre a forma de atender as crianças pobres, abandonadas e sem-família, e sobre a própria forma de perceber e categorizar tais crianças.

Mais especificamente, a necessidade de encontrar novos braços trabalhadores para movimentar a agricultura, em um momento em que as leis abolicionistas colocaram fim ao trabalho escravo, somada ao novo projeto político e econômico de tornar a recém República do Brasil uma nação civilizada, lançaram novos olhares sobre as crianças pobres, abandonadas e sem-família.

Se no interior das instituições coloniais de atendimento as crianças vinham até então morrendo em grande número, assim como nas casas das amas-de-leite e das famílias criadoras, a partir deste momento, tais crianças tiveram que ser mantidas vivas, a fim de que sua força de trabalho pudesse ser aproveitada em prol do progresso e do desenvolvimento da nação. Dessa forma, as crianças pobres, abandonadas e sem-família foram, neste momento da história, absorvidas tanto na agricultura quanto nas indústrias que começavam a despontar em alguns centros urbanos do país.

Também neste período, a pobreza foi intensamente discutida pelos dirigentes públicos, pelos médicos e juristas, não com a finalidade de que ela viesse a ser superada, mas com o objetivo de que ela fosse controlada. Sobre a criança pobre, abandonada e sem-família foi lançado um olhar dicotômico: de um lado, tais crianças passaram a ser concebidas como a chave para o futuro, ou seja, nela foi depositada a esperança de um futuro melhor para a nação; de outro lado, as teorias científicas em voga na época difundiram a idéia de que a pobreza era um meio social pernicioso, e de que as pessoas nascidas e criadas neste meio carregavam em sua própria natureza a célula do crime, a propensão ao vício, à corrupção e à desordem. Dessa forma, as crianças provenientes das camadas mais pobres da população passaram a ser vistas como futuras reprodutoras do vício e da desordem, e, portanto, passaram a representar ameaça à paz social. As crianças ao mesmo tempo foram consideradas seres em perigo e seres perigosos, e o atendimento a elas proposto superou o âmbito religioso e adquiriu uma dimensão política, na medida em que controlar a massa populacional em defesa da ordem e da preservação dos interesses da classe dirigente tornou-se questão de ordem pública.

Os grandes protagonistas sociais da Primeira República foram os médicos higienistas e os juristas, e foram eles que organizaram o atendimento à criança pobre, abandonada e sem-família, que se resumiu à internação da criança em instituições agrícolas e industriais. Tais

instituições visaram preservar a criança pobre e abandonada, a fim de mantê-la afastada do caminho do crime, do vício e do ócio, e corrigir e regenerar a criança considerada portadora de comportamentos desviantes, que passou a ser identificada como *delinqüente*. Em ambos os casos, a disciplina e o trabalho foram os instrumentos utilizados como recursos capazes de proteger e corrigir tais crianças, tornando-as cidadãs honestas, sadias e trabalhadoras.

Em um segundo momento, no presente trabalho foi apresentada a história de Corumbá, desde os anos de sua fundação até a Primeira República. O maior objetivo deste segundo capítulo foi compreender qual era a realidade econômica, política e social de Corumbá no momento histórico em que foi investigada a questão do atendimento às crianças corumbaenses pobres, abandonadas e sem-família. Três grandes períodos da história de Corumbá foram abordados.

O primeiro período foi aquele que se estendeu do ano de fundação do povoado (1778) até o ano que rompeu a Guerra do Paraguai (1864). Ao longo desses anos, Corumbá, apesar de ser uma localidade importante do ponto de vista estratégico para defesa do território luso-brasileiro, pereceu, assim como sua diminuta população, devido à grande distância que a separava dos principais centros abastecedores da colônia/Império, devido ao esquecimento das autoridades centrais a que fora relegada, devido às recorrentes epidemias e à ameaça de ataque dos indígenas que habitavam a região, assim como dos vizinhos espanhóis inimigos. Nos anos de 1850, quando um acordo com o Paraguai tornou livre a navegação de barcos brasileiros pelo rio Paraguai, e quando o governo imperial passou a investir em Corumbá, devido à relação instável que vinha se desenhando entre o Brasil e o vizinho Paraguai, abriu-se uma perspectiva de desenvolvimento e crescimento para o povoado. Com a Guerra da Tríplice Aliança este quadro sofreu alterações.

Durante a guerra, Corumbá foi invadida pelas tropas inimigas paraguaias, que a ocuparam durante três anos. Neste período, as casas comerciais que haviam começado a funcionar na segunda metade do século XIX foram saqueadas e destruídas, o gado das fazendas que também haviam começado a se formar na região foi roubado, e muitos dos habitantes fugiram, outros morreram, enquanto que os que permaneceram em Corumbá sobreviveram da forma como puderam, sujeitos a todo tipo de violência e subjugados pelos invasores.

As últimas tropas guaranis inimigas foram vencidas pelo exército brasileiro no ano de 1870, e o período que se sucedeu à guerra foi o momento de reocupação do território que havia sido palco do conflito, de reconstrução das propriedades e de retomada das atividades comerciais. O desfecho da guerra impulsionou intensamente o desenvolvimento de Mato Grosso, e, particularmente, de Corumbá. Com o Paraguai vencido, a navegação pelos rios da

Bacia Platina se tornou livre, e Corumbá, devido a sua privilegiada localização geográfica (às margens do rio Paraguai), transformou-se no mais importante entreposto comercial de Mato Grosso, centro econômico de toda a província/estado.

Neste período, as atividades comerciais portuárias atingiram seu auge de desenvolvimento, Corumbá tornou-se uma cidade cosmopolita, em contato direto com os grandes centros abastecedores internacionais, e o poderio econômico dos grandes comerciantes portuários se refletiu nas imponentes casas comerciais e na arquitetura que começou a ser desenhada na parte alta da cidade.

A outra face de tamanho progresso foi o surgimento e crescimento dos bairros populares na região portuária, habitados por gente pobre, que representaram a contradição do processo de crescimento e florescimento da cidade, e apontaram que “A vida resiste. A cidade, que alguns desejam tornar invisível, permanece afrontando a outra” (SOUZA, 2008, p. 151).

A poesia de Lobivar Matos, bem como algumas importantes informações trazidas por Souza (2008), aponta a ambigüidade do progresso de Corumbá, ao escancarar a miséria dos bairros habitados pelos trabalhadores braçais e ao mostrar que em uma cidade feita à imagem e semelhança do grande comerciante portuário, com amplas e arborizadas ruas, movimentadas pelo burburinho do cinema e do teatro, também pululou a lama, o mau cheiro, a fome e a doença, utilizando as descrições de Souza (2008).

Assim, se de um lado existiu uma cidade habitada pelas famílias dos grandes comerciantes portuários e pecuaristas, que podiam desfrutar das novidades que chegavam a Corumbá, como o cinema, o teatro, e as diversas mercadorias que abarrotavam os armazéns, de outro lado havia uma população pobre, analfabeta, faminta e doente. Dessa forma, o primeiro questionamento norteador da pesquisa realizada foi parcialmente respondido, ou seja, a bibliografia indicou que crianças pobres existiram em Corumbá, filhas dos trabalhadores braçais, como os *changadores*, e os *aguateiros*, habitantes dos bairros populares, dos “sarobás”, e filhas dos *peões*, dos trabalhadores rurais das fazendas que existiam na região de Corumbá. A partir deste dado outras questões despontaram, e certamente seria de fundamental importância dar continuidade a elas em futuras pesquisas: que tipo de relação familiar existia no interior das famílias das camadas pobres da população de Corumbá? A situação de vida das famílias compostas pelos trabalhadores braçais e por aqueles que viveram à margem do trabalho assalariado, permitiu que elas criassem seus filhos? Ou será que por não disporem de recursos financeiros essas famílias optaram por abandonar suas crianças pelas ruas, entregaram-nas a outras famílias ou ainda à instituições no centro urbano?

Como resposta ao segundo questionamento norteador da pesquisa, as crônicas Salesianas e as entrevistas realizadas permitiram conhecer que no colégio Salesiano Imaculada Conceição, na Santa Casa de Corumbá e nas casas de famílias crianças pobres e sem-família foram acolhidas e criadas.

Nas entrevistas realizadas com as ex-alunas do colégio Salesiano Imaculada Conceição e com o médico da Santa Casa foi relatado que era prática comum em Corumbá as filhas dos trabalhadores rurais das fazendas serem levadas pelos patrões de seus genitores ao centro urbano para com eles residirem. Tais trabalhadores deviam consentir que suas filhas fossem viver na cidade com as famílias de seus empregadores por acreditarem que dessa forma suas crianças ganhariam a oportunidade de estudar e viveriam em meio a melhores condições de vida. Certamente, entrevistar famílias que em alguma época acolheram e criaram crianças, assim como entrevistar aquelas cujos filhos foram criados dessa maneira, a fim de conhecer o tipo de relação que usualmente se estabelecia entre a criança e a família, e a vida que a criança passava a ter ao residir com tais famílias, enriqueceria sobremaneira a pesquisa.

Os dados empíricos permitiram também afirmar que famílias pobres, devido à falta de recursos financeiros que as impedia, por exemplo, de matricular seus filhos nos estabelecimentos de ensino da cidade, optavam por deixar suas crianças no colégio Salesiano Imaculada Conceição, para que no estabelecimento elas vivessem e fossem criadas pelas Salesianas. Neste ponto, outra questão mereceria ser melhor investigada: quem eram as famílias e as mulheres que precisavam entregar suas crianças a outras famílias ou à instituições para que fossem criadas?

Nos depoimentos de ex-alunas do colégio foi relatado que crianças pobres e crianças sem-família eram acolhidas no Imaculada Conceição, ou seja, os dados empíricos apontaram que assim como nos principais centros urbanos do país as crianças acolhidas por famílias e as crianças institucionalizadas provieram das camadas mais pobres da população, também em Corumbá as crianças que foram acolhidas e de alguma forma criadas por outros que não suas próprias famílias foram crianças pobres. As crônicas Salesianas registraram ainda que crianças indígenas Bororo também eram trazidas das aldeias para viverem no colégio e trabalharem no estabelecimento como auxiliares domésticas.

Tanto as crônicas quanto os depoimentos informaram que todas as meninas que moraram no colégio na condição de acolhida, dentre as quais havia tanto crianças pequenas quanto meninas e moças maiores, foram responsáveis pela execução das atividades domésticas do estabelecimento. Ainda que elas ganhassem do colégio a oportunidade de estudo, de forma predominante o dia a dia de tais meninas era preenchido pelos afazeres

domésticos. Às alunas internas e, possivelmente, às externas cabia também a execução de alguns destes afazeres, contudo, os relatos das próprias ex-alunas afirmaram que o trabalho mais “pesado” cabia às meninas acolhidas. Dessa forma, eram elas as encarregadas pela limpeza das salas de aula, dos dormitórios das alunas internas e das Irmãs, dos refeitórios, da cozinha, dos serviços de lavanderia, etc.

Pelos relatos também foi possível conhecer que não apenas os deveres diários diferenciavam as alunas das meninas acolhidas, como também os cômodos por elas utilizados. Alunas e acolhidas não compartilhavam o mesmo dormitório e refeitório. Os uniformes também eram diferentes, as alunas externas tinham um uniforme, que era diferente do uniforme das alunas internas, ao passo que as meninas acolhidas não usavam uniforme, mas sim vestidos e sandálias que eram doados pelas próprias Irmãs Salesianas.

Nota-se que ainda que todas as crianças tenham dividido o mesmo espaço físico, que foi o colégio, as Irmãs Salesianas trataram de estabelecer diferenças bem marcadas entre elas.

Ao longo do período examinado o colégio Imaculada Conceição acolheu, em cada ano, uma, duas ou três crianças, o que pode indicar que a prática de famílias deixarem na instituição de ensino seus filhos para que lá fossem criados tenha se resumido, no período examinado, a poucos casos.

As crônicas ainda registraram outra ação organizada pelas Salesianas especificamente destinada às crianças pobres da cidade: as catequeses dominicais. Tal ação tinha o objetivo maior de transmitir às crianças os ensinamentos religiosos cristãos e prepará-las para a primeira comunhão.

Com relação à prática de abandonar crianças, os relatórios presidenciais da província registraram que tal prática existiu em Mato Grosso ao longo do século XIX. Assim como nos principais centros urbanos do país, o abandono de crianças pelas ruas e nas portas de casas de família foi uma realidade na capital da província que contou, inclusive, com o funcionamento de uma Roda de Expostos ao longo dos anos de 1800. Os relatórios mostraram que a prática de abandonar crianças era conhecida pelas autoridades públicas, que apesar de discutirem tal questão consideravam mais importantes e urgentes de serem atendidas outras questões. O que suscita as seguintes questões: será que tal atitude representava o descaso do poder público com as crianças? Ou será que isto é um indício de que a questão das crianças abandonadas, sem-família e pobres não ocupou em Mato Grosso a posição de problema social? Tais questionamentos merecem ser retratados em futuras pesquisas.

Quanto à realidade que se desenhou em Corumbá, até o momento os dados empíricos não permitiram afirmar que existiu em Corumbá a prática de famílias abandonarem seus filhos, assim como foi comum nos grandes centros urbanos do país, e até mesmo, em Cuiabá.

Talvez essa prática, tal como se configurou nas demais localidades do país, não tenha existido em Corumbá, afinal, nota-se que havia uma diferença entre abandonar os filhos pelas ruas e nas portas de residência e deixá-los aos cuidados de outras famílias ou das Salesianas no colégio. Com relação à prática de abandonar crianças, caso este que foi comum, por exemplo, no Rio de Janeiro e em algumas cidades mineiras, a literatura mostrou que as famílias que abandonavam seus filhos, na maioria das vezes sem se identificar, faziam-no de forma definitiva, a intenção era, na maior parte dos casos, não ter mais contato com as crianças; dessa forma, não raro as crianças eram abandonadas em lugares ermos e morriam antes mesmo de serem encontradas e acolhidas por alguém. No segundo caso, a exemplo do que existiu em Corumbá, nota-se que havia por parte dos genitores um cuidado em garantir que suas crianças fossem acolhidas por alguém, afinal eles entregavam-nas a alguém e não a abandonavam em algum lugar; as famílias que entregavam seus filhos mantinham contato com eles, que mesmo sendo criados em outros lugares e por outras pessoas, conheciam suas famílias de origem.

A bibliografia, assim como os dados documentais e as informações obtidas por meio dos depoimentos orais, apontou que no período examinado não existiu em Corumbá uma ação do poder público organizada e específica de atendimento às crianças filhas das camadas mais pobres da população; até o momento, pode-se afirmar que as ações privadas, dos Salesianos, juntamente com a prática das famílias acolherem crianças de certa forma deram “conta” de absorver as crianças cujas condições de viver demandavam algum tipo de acolhimento e atendimento. É certo, contudo, que para poder responder se a criança pobre, abandonada e sem-família foi um problema social em Corumbá, assim como para compreender a relação que o poder público estabeleceu com as iniciativas particulares no atendimento à criança pobre, abandonada e sem-família, outras fontes documentais devem ser consultadas, como os jornais que circularam em Corumbá na época investigada, os relatórios das autoridades civis da cidade e as estatísticas criminais.

Embora no decorrer da pesquisa algumas outras questões tenham despontado e se revelado igualmente importantes, a grande intenção do presente trabalho foi dar início à reconstituição da história do atendimento às crianças pobres, abandonadas e sem-família em Corumbá. Sem a pretensão de chegar às conclusões definitivas, os dados empíricos e bibliográficos apresentados possibilitaram que algumas considerações fossem tecidas, assim como certas questões fossem clareadas. Estas foram primeiras aproximações da reconstituição de uma história.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Laurinda. O papel das Misericórdias dos “lugares de além-mar” na formação do império português. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, set./dez., 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>.
- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- ALVES, Gilberto Luiz. **Educação e história em Mato Grosso, 1719 – 1864**. 2. ed. Campo Grande: Editora UFMS, 1996.
- ALVES, Gilberto Luiz. **Mato Grosso do Sul: o Universal e o Singular**. Campo Grande: Editora UNIDERP, 2003.
- ALVES, Gilberto Luiz. **A produção da escola pública contemporânea**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados; Campo Grande: Editora UFMS, 2004.
- ARAUJO, Susylene Dias de. **A vida e a obra de Lobivar Matos: o modernista (des) conhecido**. Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2009.
- ARRUDA, Odineia de Oliveira, BRITO, Silvia Helena Andrade de. A educação salesiana na Escola Dom Bosco de Corumbá MT (1956/1970). **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, n. 22, p.164-179, jun. 2006.
- AYALA, S. Cardoso, SIMON, Feliciano. **Album graphico do estado de Matto-Grosso**. Corumbá-Hamburgo, 1914.
- BARROS, Roque Spencer M. de. Vida Espiritual. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr. **História Geral da Civilização Brasileira**. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1974. 4 v.
- BERGER, Maria Virgínia Bernardi; GRACINO, Eliza Ribas. Aspectos históricos e educacionais dos abrigos de crianças e adolescentes: a formação do educador e o acompanhamento dos abrigados. **Revista HISTEDBR**. Campinas, n. 18, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.histedbr.fae.unicamp.br>>.
- BITTAR, Marisa; FERREIRA Jr, Amarílio. Casas de bê-á-bá e colégios jesuíticos no Brasil do século 16. **Em Aberto**. Brasília, v.21, n.78, p.33-57, dez. 2007. Disponível em: <www.inep.gov.br>.
- BITTAR, Marisa; FERREIRA Jr, Amarílio. Pluralidade lingüística, escola de bê-á-bá e teatro jesuítico no Brasil do século XVI. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 25, n.86, abr. 2004.

- BITTAR, Marisa; FERREIRA Jr, Amarílio. Educação jesuítica e crianças negras no Brasil colonial. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília: v. 80, n. 196, p.472-482, set./dez., 1999. Disponível em: <www.inep.gov.br>.
- BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul, a construção de um estado**. Campo Grande: Editora UFMS, 2009. 1 v.
- BRAZIL, Maria do Carmo, PEREIRA, Luiz Alberto Sampaio. O navio Fernandes Vieira: memória e história social do sul de Mato Grosso. **Revista Territórios e Fronteiras**. Cuiabá: v. 1, n. 2, jul./dez. 2008.
- CADERNOS DE CRÔNICAS SALESIANAS, 1904-1914. Colégio Imaculada Conceição de Corumbá.
- CADERNOS DE CRÔNICAS SALESIANAS, 1915-1922. Colégio Imaculada Conceição de Corumbá.
- CADERNOS DE CRÔNICAS SALESIANAS, 1923-1928. Colégio Imaculada Conceição de Corumbá.
- CARVALHO, Jussara Gallindo Mariano de. **História, trabalho e educação: a educação profissional no Brasil (EPDB - Poços de Caldas – MG)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In: DEL PRIORE, M. **História das crianças no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- CHARLOT, Bernard. **A mistificação pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- CORRÊA, Mariza. A cidade de menores: uma utopia dos anos 30. In: FREITAS, Marcos César de (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.
- CORRÊA, Valmir. **Corumbá: terra de lutas e de sonhos**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2006. 77 v.
- CORRÊA, Valmir, CORRÊA, Lucia Salsa. **Memorandum de Manoel Cavassa**. Campo Grande: Editora UFMS, 1997.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais**. 4. ed. São Paulo: Cortez – Autores Associados, 1988.
- DEL PRIORE, M. O papel branco, a infância e os jesuítas na colônia. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.
- DISCURSO DO EXM. PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE MATTO-GROSSO ANTÔNIO PEDRO D'ALENCASTRO. Abertura da primeira sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial, em o dia 3 de julho de 1835. Cuiabá, Typ. Provincial, 1845. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil>.

DISCURSO DO EXM. PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE MATTO-GROSSO RICARDO JOSÉ GOMES JARDIM. Abertura da sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial, em o 1o de março de 1845. Cuiabá, Typ. Provincial, 1845. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil>>.

DISCURSO DO EXM. PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE MATTO-GROSSO RICARDO JOSÉ GOMES JARDIM. Abertura da sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial em 10 de junho de 1846. Cuiabá, Typ. Provincial, 1846. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil>>.

ENTREVISTA A (E.S.) realizada em Corumbá, em setembro de 2010 – gravada em 1 fita cassete de 60 minutos.

ENTREVISTA B (D.L. e D.K.) realizada em Corumbá, em setembro de 2010 – gravada em 1 fita cassete de 60 minutos.

ENTREVISTA C (W.B.) realizada em Corumbá, em setembro de 2010 – gravada em 1 fita cassete de 60 minutos.

ENTREVISTA D (T.S.) realizada em Campo Grande, em fevereiro de 2011 – gravada em 1 fita cassete de 60 minutos.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FERREIRA JR, Amarílio. **História da Educação Brasileira**. São Carlos: EDUFSCAR, 2010.

FERREIRA, Antônio da Silva. **Não basta amar**: a pedagogia de Dom Bosco em seus escritos. São Paulo: Editora Salesiana, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 18. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982. Ser. 2. V. 23

GERODETTI, João Emílio; CORNEJO, Carlos. **As ferrovias do Brasil nos cartões-postais e álbuns de lembranças**. São Paulo: Solaris Edições Culturais e Produções Gráficas Ltda., 2005.

GOÉS, José Roberto, FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: DEL PRIORE, M. (Org.). In: DEL PRIORE, M. **História das crianças no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

GRESSLER, Lori Alice. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul**: destaque. [S.I. s.n.]. 1988.

HAMDAN, Eli Mara Leite Royg. **Estado e Educação em Mato Grosso na primeira metade do século XIX**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O Brasil Monárquico: reações e transações. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1969. 3 v. (História Geral da Civilização Brasileira).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A época colonial: administração, economia, sociedade. 3. ed. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1973. 2 v. (História Geral da Civilização Brasileira).

ITO, Claudemira Azevedo. **Corumbá**: o espaço da cidade através do tempo. Campo Grande: Editora UFMS, 2000.

JACOMELI, Mara Regina Martins. **A instrução pública primária em Mato Grosso na Primeira República: 1891 – 1927**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1998.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés; ROCHA, José Fernando Teles da. Educação no asilo dos expostos da Santa Casa em São Paulo: 1896-1950. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v. 36, n. 129, p. 597-617, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. O Óbvio e o Contraditório da Roda. In: DEL, M. Priore (Org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

LIMA, Lana Lage da Gama; VENÂNCIO, Renato Pinto. Abandono de Crianças Negras no Rio de Janeiro. In: DEL PRIORE, M.(Org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

LONDOÑO, Fernando Torres. A origem do conceito *menor*. In: DEL PRIORE, M.(Org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

LOPES, Ivone Goulart. **Asilo Santa Rita, educação feminina católica (1890-1930)**. Cuiabá: Central de Texto: Ed.UFMT, 2006. 1 v. (Coletânea Educação e Memória).

MANFROI, José. **A missão salesiana e a educação em Corumbá: 1899– 1996**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 1997.

MARCILIO, Maria Luiza. **História social da Criança Abandonada**. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

MARCILIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada no Brasil colonial: 1726-1950. In: Freitas. M. (Org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.

MENSAGEM 1899. Disponível em: < <http://www.crl.edu/brazil>>.

MORAES, C. A normatização da pobreza: crianças abandonadas e crianças infratoras. **Revista Brasileira de Educação**. Campinas, n. 15, set./dez. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsanaro de. Infância operária e acidente do trabalho em São Paulo. In: DEL PRIORE, M.(Org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira república**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

OLIVEIRA, Helvecio de. **Missões Salesianas Em Mato Grosso 1894 – 1908**. São Paulo: [s.n.], 1908.

RAMOS, Fábio Pestana. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: DEL PRIORE, M. **História das crianças no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE MATTO-GROSSO ALEXANDRE MANOEL ALBINO DE CARVALHO. Assembléa Legislativa Provincial na abertura da sessão ordinária de 3 de maio de 1864. Cuiabá, Typ. de Souza Neves e Comp.a, 1864. Disponível em: < <http://www.crl.edu/brazil>>.

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE MATTO-GROSSO SR. DR. JOÃO JOSÉ PEDROSA. sessão da 22a legislatura da respectiva Assembléa no dia 1.o de novembro. Cuyabá, Typ. do Liberal, 1878. Disponível em: < <http://www.crl.edu/brazil>>.

RIZZINI, Irene. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

RIZZINI, Irma. Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas. In.: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Orgs.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: DEL PRIORE, M. **História das crianças no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

SANTOS, Marco Antônio Cabral dos. Criança e criminalidade no início do século. In: DEL PRIORE, M. **História das crianças no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

SANTOS, Manoel Isaú Ponciano dos. **Luz e sombras, internatos no Brasil**. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos**. 29º reunião ANPED. Caxambu- MG: outubro, 2006.

SCARANO, Julita. Criança esquecida das Minas Gerais. In: DEL PRIORE, M. **História das crianças no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. **Revista Brasileira de Historia**. São Paulo, v. 19, n. 37, set. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. A “infância desamparada” no asilo agrícola de Santa Isabel: instrução rural e infantil (1880-1886). **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 26, n. 1, p. 119-133, jan./jun. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>.

SENA, Divino Marcos de. **Camaradas: livres e pobres em Mato Grosso (1808 – 1850)**. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2010.

SOUZA, João Carlos de. **Sertão Cosmopolita: tensões da modernidade de Corumbá (1872-1918)**. São Paulo: Alameda, 2008.

SOUZA, Laura de Mello e. O senado da câmara e as crianças expostas. In: DEL PRIORE, M.(Org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

SOUZA, Lécio Gomes de. **História de Corumbá**. [S.I. s.n.],[198-?].

TRINDADE, Judite Maria Barboza. **O abandono de crianças ou a negação do óbvio**. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 19, n. 37, p. 35-58, set. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Os aprendizes da guerra. In: DEL PRIORE, M. **História das crianças no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2008.